ORGANIZADO POR
DIANA PRISCILA SÁ ALBERTO
RUBENS DA SILVA FERREIRA



ANAIS DO XIV TURISMO EM DEBATE

50 ANOS DO CURSO DE TURISMO DA UFPA & CIÊNCIA NA AMAZÔNIA

ENSINO SUPERIOR, SOCIEDADE E MERCADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor: Gilmar Pereira da Silva
Vice-reitora: Loiane Prado Verbicaro
Pró-Reitoria de Administração: Raimundo da Costa Almeida
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação: Maria Lucilena Gonzaga Costa
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio
Pró-Reitoria de Extensão: Nelson José de Souza Júnior
Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal: Ícaro Duarte Pastana
Pró-Reitoria de Relações Internacionais: Lise Vieira da Costa Tupiassu
Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional: Cristian Mayko Carvalho da Costa
Prefeito Multicampi: Eliomar Azevedo do Carmo

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Diretor-Geral: Paulo Moreira Pinto
Diretor-Adjunto: Welson de Sousa Cardoso

FACULDADE DE TURISMO

Diretora: Silvia Helena Ribeiro Cruz
Vice-diretora: Jéssika Paiva França

Realização

Faculdade de Turismo

Apoio

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Faculdade de Turismo
Escritório Modelo de Práticas Acadêmicas em Turismo
Grupo de Pesquisa sobre História do Turismo na Amazônia

Realização & Apoio

ORGANIZADORES
Diana Priscila Sá Alberto
Rubens da Silva Ferreira

ANAIS DO XIV TURISMO EM DEBATE

50 Anos do Curso de Turismo da UFPA & Ciência na Amazônia

Ensino superior, Sociedade e Mercado

Belém – Pará – 2026

Capa
Denise Sá e Raquel Botelho

Diagramação
Raque Botelho

Conselho Editorial
Armando Lírio de Souza
Diana Priscila Sá Alberto
Francilene do Carmo Cardoso
Gilberto de Souza Marques
Helena Doris de Almeida Barbosa
Paulo Moreira Pinto
Rubens da Silva Ferreira
Wanderlino Demétrio Castro de Andrade

Editora ICSA
Rubens da Silva Ferreira

As opiniões, as informações e as ideias expressas nos textos que compõem esta publicação são de inteira responsabilidade dos(as) autores(as), não refletindo, necessariamente, o posicionamento da organização do evento, da coordenação editorial ou das instituições envolvidas na publicação.

A exatidão das informações e a revisão textual, bem como a normalização das citações e referências são de inteira responsabilidade dos(as) autores(as).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Anais do XIV Turismo em Debate [livro eletrônico] : 50 Anos do curso de turismo da UFPA & Ciência na Amazônia : ensino superior, sociedade e mercado / organização Diana Priscila Sá Alberto, Rubens da Silva Ferreira. -- Belém, PA : Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA/UFPA, 2026.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-85-61214-47-0

1. Educação 2. Desenvolvimento sustentável – Amazônia 3. Empreendedorismo 4. Inovação 5. Patrimônio cultural 6. Turismo – Amazônia 7. Turismo – Aspectos ambientais 8. Turismo – Aspectos políticos I. Alberto, Diana Priscila Sá. II. Ferreira, Rubens da Silva.

26-368117.0 CDD-338.4791098113

Índices para catálogo sistemático:

1. Turismo : Amazônia 338.4791098113

Camila Aparecida Rodrigues – Bibliotecária CRB – SP-010133/O

Ed. ICSA
Universidade Federal do Pará
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
R. Augusto Corrêa, 1 – Guamá, Belém – Pará
Campus Profissional
66075-110

Licença de uso



CC BY-ND 4.0
Esta obra está licenciada sob a licença Creative Commons Atribuição Sem Derivações 4.0 Internacional. É permitida a leitura, a citação e a redistribuição do conteúdo, desde que seja atribuída a autoria e mentida a integridade dos textos, sendo vedada qualquer forma de alteração.

Organização Geral do Evento
Prof.ª Dr.ª Silvia Helena Ribeiro Cruz
Prof.ª Dr.ª Jéssika Paiva França

Comissão Cientifica
Diana Priscila Sá Alberto
Vânia Lúcia Quadros
Fabrício Lemos de Siqueira Mendes
Raul Ivan Raiol de Campos
Rubens da Silva Ferreira
Álvaro Negrão do Espírito Santo
Jéssika Paiva França
Silvia Helena Ribeiro Cruz
Giselle Castro de Assis
Paulo Moreira Pinto
Alessandra de Almeida Pereira Arnaud
Rafael Souza Guimarães

Organização dos anais do XIV Turismo em Debate
Prof.ª Dr.ª Diana Priscila Sá Alberto
Prof. Dr. Rubens da Silva Ferreira

Projeto Gráfico
Raquel Botelho

SUMÁRIO

14

APRESENTAÇÃO

Silvia Helena Ribeiro Cruz

17

INTRODUÇÃO

Diana Priscila Sá Alberto e Rubens da S. Ferreira

GT 1 – TURISMO, SUSTENTABILIDADE E AMBIENTES NA AMAZÔNIA

22

Relato de experiencias sobre as práticas de etnoturismo no Território Quilombola de Abacatal, Ananindeua (PA)

Emanuela da Conceição Cardoso e Silvia Helena Ribeiro Cruz

27

A bioeconomia como estratégia para o turismo no Pará: análise das ações da gestão pública estadual

Marcel Assis Batista do Nascimento e Ágila Flaviana Alves Chaves

Rodrigues

32

Gestão comunitária de recursos naturais na Amazônia: estudo de caso sobre Turismo de Base Comunitária, produção de cacau e a Ilha do Combú, Belém (PA)

Adriana Rocha Moreira, Jessiane Sousa do Espírito Santo e Giselle Castro de Assis

37

Entre trilhas e saberes: as contribuições das mulheres para o turismo sustentável em Belterra (PA)

Janise Maria Monteiro Rodrigues Viana e Helena Doris de Almeida Barbosa

41

Planejamento turístico e vulnerabilidade socioambiental nas Ilhas Amazônicas: o caso de Cotijuba e Combú, Belém (PA)

Silvia Helena Ribeiro Cruz, Jonathan Rodrigues Nunes, Giovane Martins Trindade e Valdiney Galiza Teles

45

Práticas sustentáveis em eventos de instituições públicas: um estudo sobre a Agenda Ambiental na administração pública e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 na cidade de Belém (PA)

Vinicius Rafael Mendes Saavedra e Giselle Castro de Assis

50

Turismo de Base Comunitária, justiça climática e comunidades quilombolas na Amazônia: reflexões a partir de Guajará-Miri, (PA)

Silvia Helena Ribeiro Cruz, Jéssia Sílviny Moura da Mota Araújo, Sabrina Veras da Silva Robert e William Viana dos Santos

54

Turismo de Base Comunitária em quilombos na Amazônia: um estudo sobre as potencialidades turísticas do Território Quilombola África e Laranjituba, Moju, (PA)

Felipe Augusto Soares Rodrigues e Giselle Castro de Assis

60

Perspectivas do Turismo Base Comunitária na comunidade quilombola São Benedito da Ponta em Salvaterra (Pará)

Jackson Éric Teixeira Lopes Jéssika Paiva França

64

Turismo, impactos e sustentabilidade no município de Salinópolis (PA)

Silvia Helena R. Cruz, Erick W. Santos, Raimundo N. Almeida e Paulo Moreira Pinto

GT 2 – CULTURA, PATRIMÔNIO E TURISMO NA AMAZÔNIA

69

Arqueoturismo na Amazônia: patrimônio, conflitos e reinterpretações no Parque Estadual de Monte Alegre, Pará

Fernanda Pimentel Santos e Rubens da Silva Ferreira

76

Avaliação de exposições: estudo sobre labels interpretativos e a atenção dos turistas/visitantes dos Museus do Forte do Presépio e Arte Sacra

Elana Lima Arruda, Raul Ivan Raiol de Campos, Lucas Oliveira da Silva e Ariadne da Silva Pedroso Morais

82

Epistemologia do turismo e formação na Amazônia: uma análise hermenêutica do currículo do curso de turismo da UFPA de 1976

Rubens da Silva Ferreira, Paulo Moreira Pinto e Paulo Vitor da S. França

88

A história do curso de turismo da UFPA nos jornais O Liberal e Diário do Para na década de 1980

Diana Priscila Sá Alberto e Jéssica Kelly Oliveira Lima

91

Turismo de experiências, emoções e memorabilidade: um estudo sobre a visita guiada no Theatro da Paz

Carlos Jesus Pereira Costa, Stefany Silva Nascimento e Jéssika Paiva França

95

Exposição "Águas Turvas: Paisagens Insurgentes da Adesão de 1823" como potencial historiográfico para o turismo por meio da mediação de visitas

Ysabel Arruda da Silva e Vânia Lúcia Quadros

GT 3 –POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO DO LAZER E TURISMO NA AMAZÔNIA

101

Lazer e turismo sustentável na Amazônia: a importância do Parque Estadual do Utinga como equipamento público em Belém (PA)

Elivelton Hernom Fiel Capela, Hevelly Cristina Costa da Silva, Raisa Juliana dos Santos Silva e Yasmin Carolina Gillet Santa Brigida

106

Lazer e humanização nas praças periféricas do Distrito Administrativo do Guamá em Belém do Pará

Kewyn Shayd Ferreira Nunes, Jéssika Paiva França e Jonathan Rodrigues Nunes

110

Lazer e políticas públicas em territórios periféricos: usos e significados da Praça Olavo Bilac na Terra Firme, Belém (PA)

Adilio Mende Calandrini de Castilho, Izaura Maria Campos de Souza, Larissa Souza da Rocha e Léia Formigosa Balieiro

113

Parque da Cidade, Belém (PA): espaço para lazer ou atrativo turístico?

Rosalia Mescouto Cardoso e Vânia Lúcia Quadros

118

Políticas públicas e turismo: cenário atual da gestão e da política pública de turismo em Viseu (PA)

Alinne Esteffany Brito Costa, Geilson Costa da Silva e Vânia Lúcia Quadros

124

Políticas públicas e cultura popular em Belém (PA): os arrastões do Arraial do Pavulagem como prática do lazer e memória

Jamille Nogueira Martins, Kayo Vinícius Teixeira Barreto, Edgard Santos dos Santos e Vinicius Silva Costa dos Reis

127

Turismo, lazer e direito à cidade: experiências no Boulevard da Gastronomia em Belém do Pará

Emily Tais dos Santos Lemos, Isabela do Socorro Azevedo, Jessiane Sousa do Espirito Santo e Vanessa Santos de Castro

GT 4 – TURISMO, MERCADO E EMPREENDEDORISMO NA AMAZÔNIA

133

Extensão universitária como viés de qualificação profissional na reunião de Ministros de Turismo do G20 em Belém do Pará

Jéssika Paiva França, Silvia Helena Ribeiro Cruz, Fernanda Queiroz da Silva e Cíntia Marques da Silva de Araújo

137

A hospitalidade comercial e a digitalização do território: contradições e possibilidades na capital da COP30, Belém, Pará

Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues e Marcel Assis Batista do Nascimento

143

O Potencial gastronômico de Salinópolis: uma oportunidade de empreendedorismo

Carlos Ney Gonçalves Ferreira, Joice Leidinea Brito do Espírito Santo e Silvana de Jesus Vicência da Cunha

147

Viajar & cuidar: turismo, bem-estar e práticas integrativas e complementares em saúde (PICS) em Belém (PA)

José Cardoso de Souza Neto e Rubens da Silva Ferreira

152

Os Parques Urbanos x lazer x turismo: as trabalhadoras do entorno do Parque Ambiental do Utinga

Helena Dóris de Almeida Barbosa, Janise Maria Monteiro Rodrigues Viana,

Juliene Carvalho Rabelo e Andressa Letícia Monteiro Nunes

158

Turismo e políticas públicas: uma análise do Programa Capacita COP 30 do Governo do Pará

Nick Clara Oliveira Alvim e Luis Henrique Bezerra Oliveira

163

A valorização do solo urbano a partir da construção de espaços de lazer no Bairro do Icuí-Guajará, Ananindeua, Pará

Leandro Souza de Jesus e Jéssika Paiva França

167

Gestão e política pública de turismo em Belém (PA) pré-COP30

Felipe Silva de Souza, Lorhana Fernandes Costa, Karen Bastos Cardoso e Lucas Barbosa Amador

173

O Círio de Nazaré como estratégia de fomento para o turismo cultural em Belém do Pará: primeiras reflexões

Layane Caroline Lima de Melo e Alessandra de Almeida Pereira Arnund

APRESENTAÇÃO

Silvia Helena Ribeiro Cruz[1]

Com grande satisfação, apresentamos o livro de resumos do XIV Seminário Turismo em Debate, uma edição comemorativa que celebra o 50º aniversário do Curso de Turismo da Universidade Federal do Pará – UFPA. Este marco histórico não só representa a convergência de um caminho acadêmico de importância regional e nacional, mas também reafirma o compromisso contínuo da Faculdade de Turismo da UFPA com a produção, disseminação e democratização do conhecimento em turismo.

Por mais de meio século, o Curso de Turismo da UFPA tem sido central na preparação de pessoal qualificado, crítico e comprometido para o desenvolvimento social, econômico e sustentável das atividades turísticas. Localizado em um cenário amazônico distinto, o curso estabeleceu uma identidade em relação à diversidade sociocultural, econômica, ambiental e territorial, desempenhando assim um papel importante na formação do turismo como uma área de conhecimento interdisciplinar e estratégica para o desenvolvimento da região e do país, entregando ao mercado de trabalho profissionais qualificados e capazes de atuar em qualquer lugar do mundo.

O XIV Seminário Turismo em Debate, alcançando sua décima quarta edição, reafirma-se como um espaço dedicado ao encontro, conversas e reflexões de acadêmicos, educadores, estudantes e profissionais, e que nasceu dos encontros e dos subsequentes ciclos de palestras do Escritório Modelo de Turismo – EMT no século XX. Por estar celebrando o 50º

1. Professora Titular e Diretora da FACTUR/UFPA.

aniversário do curso, esta edição especial tornou o evento ainda mais relevante ao promover uma abordagem retrospectiva e ao mesmo tempo prospectiva dos caminhos a serem trilhados e dos desafios que se colocam para o turismo contemporâneo, em particular, posto que tornou a discussão sobre a evolução ocorrida ao longo dos anos mais significativa ao mencionar as novas demandas de um cenário global em constante mudança.

Este livro de resumos reúne trabalhos que articulam a multiplicidade de perspectivas, estratégias teóricas e metodológicas que definem o campo do turismo da Amazônia para o mundo. Os resumos dos estudos aqui apresentados abordam temas emergentes e desafios contemporâneos como sustentabilidade, inovação, planejamento territorial, políticas públicas, lazer, planejamento, mercado, empreendedorismo, turismo comunitário, patrimônio cultural e natural, entre outros. Este cenário diverso não mostra apenas a vivacidade da região, mas também sua capacidade de se transformar à luz das novas realidades do século XXI, focando na globalização, nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, bem como nas novas tecnologias.

A realização deste seminário e a estruturação deste volume de resumos são possíveis graças ao trabalho de professores, estudantes, técnicos e colaboradores, que contribuíram para a sustentabilidade e fortalecimento da iniciativa. Neste empreendimento, busca-se desempenhar um papel positivo como instituição pública preocupada com a qualidade acadêmica, inclusão social e desenvolvimento regional, missão da Universidade Federal do Pará.

Além de registrar as produções científicas apresentadas no seminário, esta publicação é um instrumento crucial de socialização do conhecimento, ampliando o leque de temas, abrindo novos caminhos para a pesquisa e colaboração

acadêmica estabelecida pelos pesquisadores e estudantes engajados em pesquisa, extensão e ensino. É também um lugar de construção coletiva, onde vozes alternativas se encontram, se enriquecem mutuamente e desenvolvem o turismo como ciência e prática social.

Vale, portanto, lembrar de refletir sobre o turismo de forma crítica, ética e responsável neste exato momento; considerar o turismo em todas as suas formas e efeitos. Mais do que nunca, o mundo precisa promover práticas que respeitem territórios, comunidades locais e a conservação dos recursos naturais e culturais em uma região tão variada e multifacetada como a Amazônia.

Por fim, somos gratos a todos os participantes, palestrantes e organizadores que desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento do XIV Seminário de Turismo em Debate e na compilação deste livro de resumos. Que esta publicação gere mais reflexões, incentive a cooperação, facilite mais pesquisas para um turismo mais justo, sustentável e criativo!

INTRODUÇÃO

Diana Priscila Sá Alberto[2]
Rubens da S. Ferreira[3]

A apropriação das terras amazônicas, desde o século XVI, desperta a cobiça e o interesse de diferentes grupos humanos em especial os ocidentais. A busca pelo Novo Mundo nos trópicos trouxe elementos diferentes para a convivência dos povos originários. Ao pensar nas narrativas históricas sobre esse período, os/as viajantes, os/as naturalistas, os/as missionários/as, entre outros, deixaram marcas sobre a imensidão da região amazônica.

O estudo do turismo tem muitas vertentes. A literatura clássica aponta o fenômeno turístico moderno em meados do século XX. Mesmo ao citar informações longevas de que o turismo começou quando os gregos e os romanos se dirigiam às Olimpíadas, às águas termais ou a eventos religiosos, tais afirmações carecem de fundamento histórico, especialmente pela ausência de confirmação em fontes. Esse questionamento é relevante, pois direciona a reflexão e análise do turismo para uma abordagem mais rigorosa.

No mundo ocidental, estudos de W. Hunziker e K. Krap já delimitavam um conceito de turismo na obra *Allgemeine Fremdenverkehrslehre*, publicada entre meados do século XIX e começo do XX. A escola desses suíços foi uma das primeiras a conceituar o turismo e a discutir sua possível cientificidade. Um

2. Doutora em História Social da Amazônia. Docente e pesquisadora na Faculdade de Turismo da UFPA.
3. Doutor em Ciência da Informação (IBICT/UFRJ). Docente e pesquisador na Faculdade de Turismo e no Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPA.

pouco mais recente, mas ainda na Europa, têm-se os estudos de Luiz Fernandez Fuster, especialmente *Teoría y Técnica del Turismo*, obra seminal que integra a bibliografia dos primeiros currículos de ensino e pesquisa em turismo no Brasil.

Quando se trata do turismo em território nacional, pode-se situar o seu desenvolvimento a partir da década de 1930, quando surgem os primeiros decretos voltados à organização do setor, como aqueles que regulamentavam a venda de passagens em território brasileiro. Posteriormente, em 1966, tem-se a criação da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, atual Instituto, responsável pela promoção do turismo brasileiro em terras estrangeiras. Momentos significativos da história do Brasil, como período da ditadura civil-militar, afetou algumas interfaces do turismo.

Mas hoje, essas questões estão em voga e podem e devem ser discutidas, pois o caminhar do turismo no Brasil projeta-se para o futuro, mas sempre lembrando o passado, para que não se repita, assim como foram os anos ditatoriais. A investigação e o próprio tratamento do turismo, desde 2003, quando se cria o Ministério do Turismo – MTur, têm sido transformados e debatidos.

Com relação ao turismo na Amazônia, este ainda compartilha a ideia de que somente a partir das décadas de 1960 e 1970 se tem notícias da atividade. Porém, dados históricos, com fontes e pesquisas em andamento, dão conta de informações sobre hotéis, banhos de praia, restaurantes e até *"touristes"* na cidade de Belém, ainda no século XIX. Essa documentação ainda está em fase inicial de pesquisa, mas alguns resultados já apontam os banhos de praia de água doce na Ilha do Mosqueiro em 1885, bem como a propaganda de hotel no Arquipélago do Marajó, relatando acomodações e condições de higiene. Além disso, há narrativas de mulheres e homens cientistas sobre a paisagem

da cidade, os locais onde se hospedaram e a gastronomia experimentada.

Quando se fala do ensino de Turismo na Amazônia, a Universidade Federal do Pará – UFPA, em 22 de setembro de 1975, dá um passo importante para a profissionalização e para a investigação desse fenômeno que crescia no Brasil e no mundo no início do século XX. O curso de Turismo da UFPA, atual Faculdade de Turismo – FACTUR, surge como uma possibilidade de melhorar o mercado de trabalho em turismo em Belém, no Pará e em outras regiões do Norte. Além disso, destaca-se por ser o primeiro curso na Amazônia a formar professores e professoras para o campo.

Então, é com esse cenário que o Turismo em Debate surge no começo dos anos 2000, como um fórum oficial da FACTUR para discutir e ampliar o olhar sobre o fenômeno turístico na Amazônia e no Brasil. Em 2022, o TED, como ficou conhecido, teve a sua primeira publicação, com o caderno de resumos do XIII Turismo em Debate, com o tema "Reflexões temporais sobre o Turismo na Amazônia". Em 2025, em comemoração aos 50 anos de existência da Faculdade de Turismo, tem-se o caderno de resumos do XIV Turismo em Debate, com o tema "50 Anos do Curso de Turismo da UFPA & Ciência na Amazônia: Ensino Superior, Sociedade e Mercado".

Este documento de memória do XIII Turismo em Debate possui um caráter duplamente simbólico, pois homenageia o Jubileu de Ouro do curso de Turismo da UFPA e, ao mesmo tempo, reafirma o compromisso institucional da FACTUR – por meio de seu corpo docente, técnico e discente – com a continuidade e a consolidação de um evento que, ao longo de sua trajetória, vem contribuindo para o avanço na produção e na publicização do conhecimento científico no campo do Turismo na Amazônia.

No contexto universitário, os eventos científicos são espaços privilegiados de publicização e de validação do conhecimento, sobretudo ao promoverem o diálogo entre diferentes sujeitos(as) e perspectivas. É nesse espírito do fazer acadêmico, que mobiliza o intelecto, a criatividade, a pesquisa, a escrita e a comunicação, que se reúnem diversos trabalhos apresentados na forma de resumos expandidos, produzidos por professores, discentes, turismólogos(as) e outros(as) profissionais ligados(as) direta ou indiretamente ao turismo na região.

Não é sem fundamento que se pode afirmar que esta publicação resultante do XIV Turismo em Debate expressa a complexidade constitutiva e o caráter interdisciplinar do turismo, notadamente ao reunir debates e produções oriundos tanto do meio acadêmico quanto do campo profissional. Esta edição contém estudos sobre comunidades e regiões longínquas nas quais o turismo, como campo científico e como prática, se faz presente.

Ao congregar as contribuições que dinamizaram os quatro Grupos de Trabalho do evento, a presente publicação insere-se em um movimento amplo de produção e circulação do conhecimento científico, conferindo visibilidade a uma pluralidade de temas, experiências, referenciais teóricos, perspectivas metodológicas e enfoques analíticos que atravessam o campo do turismo na contemporaneidade. Nesse horizonte, espera-se que o/a leitor(a) possa ampliar e qualificar o seu olhar sobre o turismo na e da Amazônia do século XXI.

Tenham uma boa leitura!

GT1

TURISMO, SUSTENTABILIDADE E AMBIENTES NA AMAZÔNIA

Relato de experiências sobre as práticas de etnoturismo no Território Quilombola de Abacatal, Ananindeua (PA)

Emanuela da Conceição Cardoso
Silvia Helena Ribeiro Cruz

O Etnoturismo estuda as interações com as comunidades tradicionais, como povos indígenas, promovendo intercâmbio cultural, gerando benefícios para as comunidades e buscando a sustentabilidade. Para o etnoturismo, o saber, a cultura tradicional e o meio ambiente pouco alterados não são vistos como empecilho, mas como atração principal. Essa prática ressalta a visibilidade para os povos tradicionais, valoriza sua identidade e história, entendendo que é preciso conhecer para proteger. Busca-se, portanto, um desenvolvimento sustentável que para equilibrar a proteção dos ecossistemas e a sustentabilidade local, onde o turista convive com a identidade local, conhece e, ao mesmo tempo a respeita (Araújo, 2017). Esse estudo centra-se no Território Quilombola do Abacatal, Ananindeua (PA), O território quilombola do que existe há mais de 300 anos, localizado no município de Ananindeua, que dista aproximadamente 9 km da BR 316. A organização da população residente é por meio de uma associação que teve sua formação em março do ano de 1986, sendo a representação jurídica da comunidade. O TQ foi titulado pelo governo do Estado em 13 de maio de 1999, e pela Fundação Cultural Palmares em 12 setembro de 2012. Entre os desafios enfrentados pelas coordenações da associação desse território, estão as violações de diretos por parte de entidades que deveriam nos garantir os mesmos, direitos esses garantidos pela constituição federal. A população do território é majoritariamente de descendentes de negros oriundos da África do sul, que aqui

foram escravizados, porém existe famílias que descendem dos povos originários (uma pequena porcentagem) e varia entre quatrocentas (400) e quinhentas (500) pessoas, com aproximadamente cento e sessenta (160) famílias, que dependem de uma sala improvisada, dividida em cinco partes para ser usada como posto de saúde, uma escola que atende até ao nono ano do ensino fundamental, mas com três professores filhos e fruto do quilombo. Nos últimos anos vem sofrendo grande assédio por parte de grandes empreendimentos, os quais são motivos de mudanças em nossas rotinas diárias causando grandes impactos emocionais. A comunidade do Abacatal tem como práticas de trabalho e subsistência a agricultura familiar, a produção de fitoterápicos, o serviço público e o comércio. Portanto, o objeto desse relato é discutir a importância do Etnoturismo enquanto estratégia de resistência de um território quilombola. Como percurso metodológico optou-se pela observação participante quando a experiência em desenvolver as práticas de etnoturismo oportunizou que houvesse o relato de experiência; com levantamento em dados secundários e pesquisa de campo, como uso de técnicas de pesquisa qualitativa. Como resultados, observou-se que para além das práticas econômicas o TQ Abacatal é dotado de uma reserva da natureza, preservada e com ecossistema em equilíbrio, feito alcançado por meio da luta de seus moradores, que não sucumbem à pressão imobiliária e aos processos de desenvolvimento econômico. A resistência comunitária tem sido uma estratégia, inclusive para despertar o interesse de grupos dos municípios do entorno de Ananindeua em conhecer a dinâmica social, cultural, econômica, política e ambiental de um TQ Quilombola. Nesse sentido, há décadas que se recebe grupos de visitantes no Abacatal, porém, nos últimos anos, houve iniciativa de organizar, por meio de agendamentos prévios as visitas. Que passou a ser realizada pela graduanda em turismo do território, que relata: “as práticas que ocorrem dentro do território quilombola do Abacatal, estão de acordo com o conceito do etnoturismo,

por que muito antes de termos conhecimento de tal modalidade, recebíamos visitas, falávamos da nossa história, mostrávamos os nosso caminho de pedras, as casas de farinha e aproveitamos para vender o que produzíamos na mesma, as pessoas eram orientadas a não deixarem seus lixos na comunidade, a não levar pés de plantas dos terrenos dos moradores e também a respeitarem a nossa rotina, esse é o nosso capital social, que pertence à comunidade. Sempre tivemos esse cuidado com nossa casa (território) para que no futuro não fossemos ter que depender de outros meios para sobrevivermos, e sempre pensando nas gerações futuras, filhos, netos e bisnetos. Ao longo de muitos anos, muitas visitas aconteciam sem nenhum tipo de agendamento prévio, o que fazia com que não tivéssemos algo programado e nem ninguém que pudesse acompanhar as pessoas dentro do território, causando desconforto tanto para os visitantes, quanto para nós moradores. Então, com as trocas de coordenadores a cada dois (2) anos pensando em uma estratégia para que as visitas fossem acontecendo durante o ano todo, e não apenas em novembro, montamos um calendário que de acordo com as demandas, colocando as solicitações nele, porém sempre damos prioridade para as demandas e eventos do território evitando que os pedidos de visita não coincidem com uma programação na comunidade. A partir desse pensamento começamos a usar o e-mail institucional da associação para agendarmos as visitas, e designamos um coordenador/a ou morador/a para acompanhar nas visitas. Em dois mil e vinte e dois (2022) passamos a informar para aos visitantes que nós, enquanto coordenação, estaríamos solicitando uma espécie de contrapartida por parte de quem tivesse interesse em visitar a comunidade, que seria em forma de doações de material de limpeza, de higiene ou material de escritório, informamos que temos datas comemorativas como o 08 de março, o treze de maio, e o vinte de novembro, e as manifestações culturais como a festa religiosa do nosso padroeiro em junho, o festival do tucupi,

a festa do produtor, o festival do açaí, e os festivais esportivos que também acontecem na comunidade. Os agendamentos das visitas na maioria das vezes têm como objeto a história da comunidade e a interação com a natureza e a preservação da natureza. O roteiro inicia com a recepção na sede da associação de moradores, com uma breve contextualização sobre a história da comunidade. Em seguida apresenta-se os espaços importantes para a comunidade como a igreja católica, o posto de saúde provisório, os prédios das primeiras escolas e a atual, a casa de cultura 'toró açu', seguindo para a arvore centenária de sumaúma, o caminho das pedras, e a casa de farinha comunitária, além dos fazeres culturais, da relevância e importância da sociobiodiversidade, e das atividades tradicionais. No ano de 2024 foram realizados dezenove 19 roteiros guiados, chegando a um total de 800 pessoas, uma professora de botânica levou três turmas de uma só vez, principalmente alunos do ensino fundamental, médio e superior. A principal dificuldade apresenta-se com a necessidade de replanejar a logística, estrutura e organização do roteiro com foco na profissionalização dos condutores, a valorização do trabalho e a geração de renda para quem despende tempo e conhecimento para a execução do roteiro. Essa iniciativa será analisada juntamente com a Associação de Moradores e àqueles que se dispõe em receber os visitantes em seus espaços, inclusive na privacidade de seus quintais. Desse modo propõe-se a realização de uma oficina de planejamento do roteiro durante o ano de 2025.

Palavras-chave: Etnoturismo; TQ Abacatal; Resistência; Sustentabilidade; Cultura.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Wilson Alves de; TIMÓTEO, Araújo Joelma Abrantes Guedes; ANDRADE, TREVIZAN, Maristela Oliveira de Salvador Dal Pozzo. Desenvolvimento local, turismo e populações tradicionais: elementos conceituais e apontamentos para reflexão. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 18, n. 4, p. 5-18, out./dez. 2017.

A bioeconomia como estratégia para o turismo no Pará: análise das ações da gestão pública estadual

Marcel Assis Batista do Nascimento
Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues

O Pará, localizado na Amazônia, destaca-se pela diversidade cultural, biodiversidade e sua múltipla dimensão econômica, ambiental e social, e desponta para estratégias voltadas à valorização da floresta em pé. Nos últimos anos, a bioeconomia, que associa o conhecimento tradicional a novas tecnologias, tem se mostrado relevante por promover a utilização sustentável dos recursos biológicos na produção de bens e serviços. Ela se alinha com o turismo, especialmente o voltado à preservação da natureza e valorização das culturas locais e no estado do Pará, o turismo é identificado como uma cadeia prioritária da bioeconomia no Pará (Pará, 2024). Em 2022, foi instituído o Plano Estadual de Bioeconomia (PLANBIO), organizado em três eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Genético; e Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, com sete ações voltadas ao turismo, sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Turismo do Pará (SETUR/PA). O plano é coordenado pela Secretaria de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade do Pará (SEMAS) e alinha-se à Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), criada em 2020 para mitigar os impactos do clima e o desmatamento no estado. No entanto, observa-se um desdobramento limitado da bioeconomia no turismo, com poucas ações concretas além do Plano Estadual de Turismo de Base Comunitária (2022). Nascimento (2022) indica que as políticas públicas de turismo no Pará não são contínuas, variando com a mudança de governo. Serra (2017) aponta que a política pública de turismo concentra investimentos nas sedes de municípios e regiões estratégicas, em detrimento das áreas menos favorecidas,

especialmente as da fronteira do desmatamento. Historicamente, predomina o turismo de massa, que aumenta a pressão sobre os recursos naturais, onde Soares (2021) destaca que o turismo de sol e praia na Zona Costeira do Pará gera grande pressão sobre os recursos naturais. Diante destes apontamentos, a questão central deste trabalho é: como a gestão pública do Pará atua em relação ao turismo e bioeconomia, considerando as especificidades e oportunidades locais? A hipótese é que as ações públicas são concentradas em determinadas regiões, com um fomento limitado à atuação institucional no território. O objetivo principal é discutir como o turismo no Pará pode se beneficiar da bioeconomia, promovendo o desenvolvimento econômico sustentável e fortalecendo a identidade cultural, sem comprometer o patrimônio ambiental. O objetivo específico é analisar como a bioeconomia é abordada pela gestão pública de turismo no Pará. Silva et al. (2018) afirmam que o turismo é multidisciplinar, o que este trabalho pretende refletir ao abordar áreas como Turismo, Bioeconomia e Desenvolvimento Sustentável. A técnica de coleta de dados será análise documental, com revisão e discussão de dados institucionais sobre turismo e bioeconomia no Pará, e revisão da literatura sobre o tema, com base no PLANBIO e PEMC. Cardoso (2024) aponta que existem desafios pertinentes para a efetivação da bioeconomia no Pará principalmente na escassez de infraestruturas básicas, que limita a agregação de valor aos produtos e ao acesso aos mercados domésticos e internacionais, pois aponta-se que para que a bioeconomia no Pará se torne uma realidade viável e benéfica para o desenvolvimento do turismo, é necessário uma abordagem mais holística e consciente das interações complexas entre as dimensões ambientais, sociais e econômicas da região. Costa *et al.* (2022) aponta que precisa se debater sobre a abordagem de bioeconomia que tem se estimulado para a Amazônia e para os autores, a bioeconomia bioecológica é apontada como uma alternativa, pois é onde a sustentabilidade e a preservação da biodiversidade se sobrepõem

ao processo produtivo voltado exclusivamente para o mercado. No contexto do turismo no Pará, essa abordagem é pertinente, pois o setor depende diretamente da manutenção dos ecossistemas locais e do uso sustentável dos recursos naturais para atrair visitantes. Ao integrar práticas bioeconômicas com o turismo, o estado pode não apenas fomentar o desenvolvimento econômico, mas também preservar sua vasta biodiversidade, garantindo que práticas de turismo mais sustentáveis, possam ser uma atividade lucrativa a longo prazo. Como resultado parcial, pontua-se que a Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) do Pará tem desempenhado um papel significativo na implementação de ações relacionadas à bioeconomia e sustentabilidade, através da sua participação no Comitê Executivo do PLANBIO, no entanto, de acordo com os dados mais recentes da Plataforma de Monitoramento do plano, a execução das ações pela SETUR está apenas 20% concluída até o momento (SEMAS, 2025), onde a ação pública da SETUR está centrada principalmente na estruturação de municípios dentro do Programa de Regionalização do Turismo e do Mapa do Turismo Brasileiro (Pará, 2024) e essa priorização, embora importante para a ampliação da infraestrutura e da visibilidade dos destinos turísticos no Pará, ainda não aborda de forma eficaz as questões relacionadas à ao desenvolvimento de um turismo verdadeiramente sustentável. A falta de integração efetiva das estratégias de turismo que podem ser relacionadas a bioeconomia, como o incentivo ao turismo de base comunitária, turismo de natureza e o turismo cultural, é apontado como um dos principais desafios para o Pará, para tornar o turismo como uma cadeia produtiva efetiva da Bioeconomia no Estado.

Palavras-chave: Turismo; Bioeconomia; Gestão Pública; Cadeia Produtiva; Desenvolvimento Sustentável.

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, Nângelo Marques. **Avaliação do plano estadual de bioeconomia do Pará:** uma saída para a Amazônia e suas populações? Orientadora: Ruth Helena Cristo Almeida. 2024. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Belém, PA, 2024.

NASCIMENTO, Marcel Assis Batista do. **Rota Turística Belém – Bragança:** Proposições para o Desenvolvimento Territorial. 2022. 129 f.: il. color. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo do Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2022.

PARÁ, Secretaria de Estado de Turismo. **Relatório de gestão 2024.** Governo do Estado do Pará, 2024. Recuperado em 8 maio 2025, de: https://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/relatorio.gestao.setur_2024.pdf.

PARÁ, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Plano Estadual de Bioeconomia do Pará.** Belém, 2022.

PARÁ, Secretaria de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade do Pará. **Bioeconomia paraense é destaque na Feira Internacional de Turismo da Amazônia 2024.** 2024. Disponível em: https://www.semas.pa.gov.br/2024/08/24/bioeconomia-paraense-e-destaque-na-feira-internacional-de-turismo-da-amazonia-2024/. Acesso em: 24 jun. 2025.

SEMAS, Secretaria de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade do Pará. **Plataforma de acompanhamento do Plano Estadual de Bioeconomia do Pará.** 2024. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNDE1NTFjOWItMjA5NS00ZGQwLTgyYmItNTg3M2YzN2E1MmRjIiwidCI6ImJiOWRkMWUwLTgzYmEtNGZmYS1hY2Q3LTQyNzJhZGY4ZGIyNSJ9. Acesso em: 14 jul. 2025.

SERRA, Hugo Rogério Hage. **Obra-Prima da Amazônia?**: problemas de regionalização e políticas públicas de turismo no território paraense. 2017. 321 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografdia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017. Disponível em: https://geografia.unifesspa.edu.br/images/Publicacoes_Professores/HugoRogerioHageSerra/LIVROS_PUBLICADOS/Obraprima_da_Amazonia_Problemas_de_regionalizacao_e_polticas_publicas_de_turismo_no_territorio_paraense.pdf. Acesso em: 30 jun. 2025.

SILVA, Rodrigo Cardoso da et al. Apontamentos científicos em um campo multidisciplinar: turismo, ciência moderna e complexidade. **Revista Turismo, Visão e Ação**, Itajaí, v. 20, n. 3, p. 447-459, dez. 2018.

SOARES, Daniel Araújo Sombra. **Produção do espaço, dinâmicas territoriais e vetores técnicos na zona costeira do estado do Pará: uma geografia da subsunção e das exterioridades: uma geografia das águas.** Orientador: Gilberto de Miranda Rocha. 2021. 405 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/15386. Acesso em: 12 jul. 2025.

Gestão comunitária de recursos naturais na Amazônia: estudo de caso sobre turismo de base comunitária, produção de cacau e a Ilha do Combú (Belém, PA)

Adriana Rocha Moreira
Jessiane Sousa do Espírito Santo
Giselle Castro de Assis

A Ilha do Combú, localizada na Região Metropolitana de Belém, no estado do Pará, é exemplo emblemático de como a gestão comunitária pode contribuir para uso mais sustentável dos recursos naturais. Reconhecida pela produção de cacau nativo, a ilha recentemente se destacou em utilizar dos saberes tradicionais para inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do chocolate artesanal. Nesse contexto, observou-se crescente interesse pelo turismo de base comunitária como estratégia de desenvolvimento que pode articular a conservação ambiental, valorização sociocultural e fortalecimento das economias locais. (Silva 2023). Na Ilha, essa modalidade de turismo tem se integrado à cadeia produtiva do cacau, criando experiências além do consumo, ao permitir que visitantes conheçam o processo de produção do chocolate e a realidade das comunidades ribeirinhas. A presença de visitantes impulsiona a comercialização de produtos locais e favorece reconhecimento do território como espaço de saberes e sabores amazônicos (Rodrigues, 2018). A relação entre a cadeia produtiva do cacau e a do turismo de base comunitária, portanto, representa uma oportunidade para investigar como as duas dinâmicas podem atuar de maneira complementar, conciliando geração de renda e preservação ambiental, e monitoramento os impactos sociais e ambientais. Nesse contexto, a investigação objetiva compreender os caminhos possíveis de um modelo de turismo comprometido com o impacto social e a conservação da floresta amazônica. A repentina valorização do cacau

amazônico e sua transformação em chocolate artesanal impulsionou não apenas a economia local da Ilha, mas também o fluxo turístico na região. Silva (2023) A visita à produção do chocolate, que por hora existe apenas na empresa Filha do Combu, que iniciou seu projeto mesmo não tutelada ou incentivada por organização pública ou governamental, tornou-se importante motivação de visitação, inserindo assim o turismo como elo ligado a cadeia produtiva do cacau. Porém, é necessário questionar o modo com que essa interação entre os dois setores, cacau e turismo, está estruturada e conduzida dentro da lógica comunitária do território, sobretudo considerando quantas famílias e propriedades de fato se beneficiam desse arranjo. Na prática, o turismo de base comunitária, embora presente, ainda carece de articulação e incentivo institucional, que vá além da visita à fábrica de chocolate. Afinal, as atividades ligadas à extração do cacau, por exemplo, ainda são pouco exploradas como atrativo, o que limita a experiência dos visitantes e a participação mais ampla da comunidade. A experiência turística com o cacau, está relativamente centralizada em uma única produtora, o que gera os seguintes questionamentos: quantos moradores da ilha estão envolvidos nesse negócio? Existem outras produtoras de cacau interessadas no turismo? Há monitoramento dos impactos sociais e ambientais da vinculação dessas cadeias? Identificou-se em visita in loco que, embora a gestão do cacau e do turismo, tenham iniciado caminhada em conjunto no empreendimento mencionado, parece que a população da ilha, ainda não despertou para a importância da aliança entre as cadeias produtivas para a oferta de experiências turísticas pautadas nos princípios sustentáveis e socioambientais. Diante esse cenário, a questão central que se impõe é: a relação entre a cadeia produtiva do cacau e a cadeia produtiva do turismo na Ilha do Combu está, de fato, estruturada para a oferta de experiências integradas, sustentáveis e comunitárias? Analisar a aliança entre a cadeia produtiva do cacau e a cadeia produtiva do turismo na Ilha do

Combu, a fim de compreender se essa relação está estruturada para a oferta de experiências integradas, sustentáveis e de base comunitária, bem como, identificar os impactos sociais e ambientais (positivos e negativos) a aliança. Para a realização do estudo sobre a relação entre as cadeias sob a ótica da gestão comunitária do turismo de cacau na Ilha do Combu, serão adotados os seguintes procedimentos metodológicos: a) Revisão bibliográfica teórico-conceitual sobre turismo de base comunitária; autogestão turística; turismo sustentável; cadeia produtiva do cacau; impactos do turismo. b) Revisão bibliográfica de caráter histórico-geográfico, complementada pela análise do ambiente e coleta de dados através da observação participante pelo modelo de Oliveira (2006), a fim de avaliar o ambiente pela perspectiva de alguém que se insere diretamente no contexto social estudado, para descobrir como essas relações sociais estão estruturadas e estabelecidas. Os resultados iniciais, ainda que parciais, revelam que a relação entre a cadeia produtiva do cacau e a cadeia produtiva do turismo na Ilha do Combu demonstra impactos positivos e expressivo potencial de expansão dentro de uma lógica de gestão comunitária. A experiência liderada pela empresa Filha do Combu, criada por Izete Costa (Dona Nena), mostra que é possível romper com a imagem historicamente imposta à população ribeirinha da Amazônia como simples produtora de matéria-prima para exportação. Ao transformar o cacau local em chocolate artesanal de valor agregado e vincular essa produção à visitação turística, a comunidade deu os primeiros passos na consolidação de um modelo produtivo que integra cultura, extrativismo e turismo de base comunitária. Apesar de envolver, até o momento, um número ainda restrito de participantes 14 colaboradores com vínculo formal (1 na colheita, 4 na loja, 6 na cozinha, e 3 na administração) e o apoio direto de sete famílias produtoras, a experiência evidencia uma base sólida para o crescimento da iniciativa. A atuação coletiva e o fortalecimento organizacional da comunidade podem favorecer a

ampliação desse modelo, atraindo mais famílias para integrar tanto a produção de cacau quanto as atividades turísticas.

Palavras-chave: Turismo; Sustentabilidade; Ilha do Combu; Meio Ambiente.

BIBLIOGRAFIA

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo.** 2. ed. Brasília, DF: Paralelo 15; São Paulo, SP: Editora Unesp, 2006.

RODRIGUES, Ágila Flaviana Alves Chaves. **A Produção do espaço pelo e para o turismo na área de proteção ambiental da Ilha do Combu (Belém-Pará)**. 2018. 332 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2018. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

SILVA, Ana Carolina de Nazaré Gonçalves. Ilha do Combu, Belém: Espaço em constante transformação. **Nova Revista Amazônica**, v. 11, n. 1, julho, 2023.

Entre trilhas e saberes: as contribuições das mulheres para o turismo sustentável em Belterra (PA)

Janise Maria Monteiro Rodrigues Viana
Helena Doris de Almeida Barbosa

O Turismo Sustentável, ao longo dos anos, vem sendo consolidado como estratégia para promover o desenvolvimento local aliado à conservação ambiental em comunidades tradicionais amazônicas. Nessa perspectiva, entende-se que o Turismo Sustentável é uma prática que tem por fim minimizar os impactos negativos no ambiente, na cultura e na sociedade, e simultaneamente, promover benefícios socioeconômicos e culturais para as comunidades envolvidas (Medeiros, 2013). Segundo a Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2022), essa prática de turismo deve considerar plenamente seus impactos atuais e futuros nas esferas econômica, social e ambiental, atendendo às necessidades dos visitantes, das comunidades anfitriãs e da biodiversidade. É uma prática relevante em ambientes naturais, como os da região amazônica, onde o ecossistema é ímpar e as comunidades têm modos de vida profundamente conectados à natureza (Irving, 2006). Quando desenvolvido com base na participação comunitária e no reconhecimento dos saberes tradicionais, o Turismo Sustentável pode se tornar uma importante ferramenta de empoderamento, valorização cultural, geração de renda e do protagonismo das populações locais na gestão de seus territórios (Bonessi, 2002). No entanto, para que seja efetivamente sustentável, é necessário considerar as assimetrias de gênero, raça e classe social existentes, garantindo que os benefícios não se concentrem em apenas alguns grupos, mas que sejam acessíveis a todos, especialmente às mulheres, que historicamente enfrentam desafios adicionais de inserção e reconhecimento no setor turístico (Ferguson; Alarcón, 2014; Autor, 2023). Dito isto, este trabalho objetiva conhecer as

percepções e desafios enfrentados pelas mulheres da comunidade de Jamaraquá, localizada no município de Belterra/PA, em relação ao turismo desenvolvido em seu território. Jamaraquá integra a Floresta Nacional do Tapajós, sendo reconhecida pelos seus igarapés, as praias de água doce, as trilhas ecológicas e pela sociobiodiversidade amazônica, atraindo turistas interessados em vivências comunitárias, caminhadas interpretativas e imersões culturais. A metodologia adotada baseou-se em revisão bibliográfica e com trabalho de campo que incluiu entrevistas semiestruturadas com enfoque qualitativo com mulheres da comunidade e observação in loco. As entrevistas abordaram questões relacionadas à participação feminina no turismo, a distribuição de benefícios, a valorização de seus saberes tradicionais e as expectativas quanto ao fortalecimento do Turismo Sustentável como meio de geração de renda e manutenção do modo de vida local. Os resultados demonstram que, embora o turismo tenha promovido melhorias na renda familiar e fortalecido a valorização cultural local, ainda há desigualdades significativas na participação das mulheres em cargos de lideranças, gestão financeira e organização estratégica do turismo comunitário. As mulheres estão majoritariamente presentes nas atividades de alimentação, hospedagens, condução de trilhas e na produção de artesanato com sementes e fibras naturais. Apesar dessas atividades serem fundamentais para a qualidade da experiência turística, ainda são atividades desvalorizadas, sendo vistas como extensão do trabalho doméstico, o que contribui para a invisibilidade feminina na economia do turismo local. Por outro lado, foi possível identificar transformações importantes, como o fortalecimento da autoestima feminina, a ampliação da autonomia financeira, o orgulho no pioneirismo no trabalho de condução nas trilhas e em compartilhar saberes ancestrais com os visitantes. Algumas mulheres expressaram desejo de ampliar sua atuação, através de cursos de capacitação em gestão de turismo, idiomas e mediação cultural, para assumir papéis de maior protagonismo ou articuladoras com agências

externas. Porém, enfrentam barreiras estruturais, como a sobrecarga de trabalho doméstico, o preconceito em relação à liderança feminina e a falta de políticas públicas voltadas à formação técnica específica para mulheres de comunidades amazônicas. Conclui-se que para que o turismo desempenhe um papel estratégico no desenvolvimento ambientalmente responsável, é necessário promover políticas públicas e programas que priorizem a equidade de gênero, que incentivem a formação de lideranças femininas, que garantam a divisão justa do trabalho e fortaleçam espaços de fala e decisão para as mulheres. Assim, há possibilidade de alcançar práticas turísticas que priorizem não apenas o território e a cultura local, mas também os direitos, os saberes e a dignidade das mulheres que constroem cotidianamente os modos de vida na Amazônia.

Palavras-chave: Turismo sustentável; Gênero; Amazônia; Comunidade de Jamaraquá.

BIBLIOGRAFIA

BONESSI, Roxana. **Amazônia, vida, riqueza e morte:** o turismo sustentável como atividade sócio-econômica para ambientes de significativas mudanças ecológicas. 2002, 126 f. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Administração. Disponível em: http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82697 Acesso em: 03 de jun. 2022.

FERGUSON, Lucy; ALARCÓN, Daniela. Gender and sustainable tourism: reflections on theory and practice. **Journal of Sustainable Tourism**. v. 23, n. 3, p. 401-416, 2014.

IRVING, Marta. Áreas Protegidas de Fronteira e Turismo Sustentável na Amazônia: entre o surrealismo e a invenção. RDE. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. VIII, p. 35-49, 2006.

MEDEIROS, Lindenberg. Turismo e sustentabilidade ambiental: referências para o desenvolvimento de um turismo sustentável. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 197–234, 2013.

VIANA, Janise Maria M. R. **Mulheres no Turismo de Base Comunitária em Áreas Protegidas:** uma análise sobre suas atuações na Amazônia Paraense. 445 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido), Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

Planejamento turístico e vulnerabilidade socioambiental nas Ilhas Amazônicas: o caso de Cotijuba e Combú, Belém (PA)

Silvia Helena Ribeiro Cruz
Jonathan Rodrigues Nunes
Giovane Martins Trindade
Valdiney Galiza Teles

A cartografia da vulnerabilidade socioambiental tornou-se uma temática central nas discussões contemporâneas que envolvem o desenvolvimento sustentável e os impactos da ação humana sobre o meio ambiente. Esse fenômeno está relacionado a fatores como o avanço tecnológico, crescimento urbano acelerado, pressões demográficas e as mudanças climáticas, sendo intensificado em territórios frágeis e mal assistidos pelo poder público. Nas ilhas de Cotijuba e Combú, situadas na zona insular de Belém do Pará, esse contexto é especialmente evidente. O crescimento desordenado do turismo, aliado à ausência de políticas públicas eficazes de ordenamento territorial, tem potencializado as vulnerabilidades socioambientais das comunidades locais (Trindade et al., 2024). A problemática da pesquisa diz respeito à seguinte questão: de que maneira a expansão do turismo nas ilhas de Cotijuba e Combú tem contribuído para a intensificação da vulnerabilidade socioambiental dos seus territórios e populações? Essa indagação ganha relevância frente aos atuais debates sobre justiça ambiental e desenvolvimento sustentável em áreas de grande sensibilidade ecológica e valor cultural. A vulnerabilidade socioambiental é compreendida, como a exposição de populações e ecossistemas a riscos decorrentes da ação humana, especialmente quando há pouca capacidade de resposta institucional e comunitária (Belato et al., 2021). Diante disso, o objetivo central do estudo é analisar os principais fatores que configuram

a vulnerabilidade socioambiental nas Ilhas de Cotijuba e Combú, propondo estratégias de planejamento e ordenamento voltadas ao Turismo de Base Comunitária (TBC), enquanto modelo alternativo e sustentável de desenvolvimento. Parte-se do pressuposto de que o TBC pode constituir-se em uma ferramenta eficaz para a valorização dos saberes locais e para a mitigação dos impactos negativos do turismo convencional. A metodologia utilizada fundamenta-se em uma abordagem qualitativa e quantitativa, que combinou pesquisa de campo, aplicação de formulários, entrevistas semiestruturadas com moradores e agentes envolvidos com o turismo, além da observação direta in loco (Farias Filho; Arruda Filho, 2015). Essa triangulação de métodos permitiu captar a percepção dos moradores sobre os impactos do turismo, bem como mensurar indicadores de vulnerabilidade, como acesso ao saneamento, segurança ambiental, mobilidade e geração de renda. Como destacam autores como Becker (2013), é fundamental integrar os saberes locais e científicos na construção de diagnósticos socioambientais e estratégias de desenvolvimento territorial. Os resultados apontam para uma série de fatores que agravam a vulnerabilidade socioambiental nas ilhas. Dentre eles, destacam-se a especulação imobiliária, o crescimento desordenado de empreendimentos turísticos, o aumento do volume de resíduos sólidos e a insuficiência dos serviços públicos de infraestrutura. A ausência de um plano de manejo e de diretrizes claras para o uso e ocupação do solo na área que compõem a Área de Proteção Ambiental (APA) da ilha do Combú e para a ilha de Cotijuba que não possui legislação ambiental, contribui para um cenário de desregulamentação e conflitos de uso (Trindade et al., 2024). Nesse contexto, o Turismo Sustentável de Base Comunitária (TSBC) aparece como alternativa viável, mas que ainda encontra desafios relacionados à capacitação dos moradores, à ausência de apoio institucional e à disputa por interesses econômicos. Deste modo, para que o TSBC alcance seu potencial transformador, é

necessário que ele esteja ancorado em processos participativos, educação ambiental e reconhecimento dos territórios tradicionais. Conclui-se que a vulnerabilidade socioambiental nas ilhas de Cotijuba e Combú não é apenas fruto de processos naturais, mas está intrinsecamente ligada a dinâmicas econômicas e políticas que marginalizam essas comunidades. A valorização das iniciativas deste tipo de turismo, com planejamento participativo, pode representar uma via estratégica para promover a justiça socioambiental, o fortalecimento das identidades locais e a resiliência dos territórios frente às pressões externas. Para tanto, é necessário um esforço conjunto entre poder público, universidades, organizações sociais e comunidades locais.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Turismo de Base Comunitária; Áreas de Proteção Ambiental; Resiliência Territorial.

BIBLIOGRAFIA

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BELATO, L. S. et al. Proposta metodológica para mapeamento da vulnerabilidade socioambiental: caso do município de Belém, Pará, Brasil. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 12, n. 3, p. 554-569, 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. Resolução nº 428, de 17 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a Área de Proteção Ambiental (APA). Disponível em: https://www.in.gov.br. Acesso em: 18 jul. 2025.

FARIAS FILHO, M. C.; ARRUDA FILHO, E. J. M. **Planejamento da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

TRINDADE, G; M; TELES, V. G; NUNES, J. R; CRUZ, S. H. R. Vulnerabilidade socioambiental nas Ilhas de Cotijuba e Combú: desafios e perspectivas para o turismo comunitário. *In:* SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA LATINA E CARIBE, 5., 2023-2024, Belém. **Anais [...]**. Belém: NAEA, 2024. 1 recurso online (2519 p.). Disponível em: https://sialat2024.com.br/wp-content/uploads/2025/01/ANAIS_COMPLETO_2024-3.pdf. Acesso em: 18 jul. 2025.

Práticas sustentáveis em eventos de instituições públicas: um estudo sobre a Agenda Ambiental na administração pública e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 na cidade de Belém (PA)

Vinicius Rafael Mendes Saavedra
Giselle Castro de Assis

A produção de resíduos sólidos pelos seres humanos representa um desafio significativo, marcado pela complexidade da gestão e diversidade dos materiais descartados (Oliveira, 2013). Esses fatores exigem abordagens inovadoras para mitigar os impactos ambientais. Com isso, este trabalho analisa práticas sustentáveis adotadas em eventos promovidos por instituições públicas em Belém do Pará, com foco na implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e sua relação com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 (ODS 12), voltado à produção e consumo responsáveis. A pesquisa parte da constatação de que eventos institucionais, embora importantes para políticas públicas e disseminação de conhecimento, ainda geram impactos ambientais relevantes, especialmente em relação aos resíduos sólidos. A problemática que motivou a investigação baseia-se na constatação de que, mesmo com a existência de programas como a A3P e com o compromisso assumido pelas instituições públicas em aderir às diretrizes da sustentabilidade, há uma lacuna entre a adesão formal e a aplicação prática dessas diretrizes nos eventos organizados. Muitas instituições ainda enfrentam dificuldades como a ausência de planejamento adequado, falta de mecanismos de monitoramento e resistência cultural à adoção de novos hábitos. Diante desse cenário, surge a seguinte questão norteadora: as instituições públicas de Belém

do Pará que aderiram à A3P estão incorporando práticas sustentáveis em seus eventos institucionais, como parte do plano de trabalho alinhado com as diretrizes do eixo 2 da A3P e do ODS 12? Com o objetivo de responder a essa pergunta, o estudo estabeleceu como objetivo geral identificar, entre as instituições públicas localizadas em Belém que aderiram à A3P, se o plano de trabalho referente ao eixo 2 – voltado ao gerenciamento de resíduos sólidos – contempla os eventos institucionais como estratégia para alcançar seus objetivos. Os objetivos específicos visam, primeiramente, verificar se os eventos realizados por essas instituições adotam práticas sustentáveis compatíveis com as metas do ODS 12, e, em segundo lugar, analisar quais indicadores de monitoramento e avaliação, estabelecidos no plano de trabalho da A3P, dialogam com a organização desses eventos. A investigação seguiu o seguinte caminho metodológico: adotou-se uma abordagem qualitativa e exploratória, conforme orientam Gil (2017) e Lakatos (2017), com o objetivo de analisar a implementação da A3P em instituições públicas de Belém do Pará, com foco no Eixo 2 – Gerenciamento de Resíduos Sólidos. O processo metodológico foi dividido em duas etapas principais: levantamento de dados e análise documental. O levantamento iniciou-se com pesquisa bibliográfica sobre temas como A3P, ODS 12, sustentabilidade e eventos institucionais, a fim de construir o referencial teórico. Em seguida, foi realizado um mapeamento no sistema nacional RESSOA[4] (Relatório de Sustentabilidade Socioambiental), identificando as instituições públicas que aderiram à A3P em Belém, com filtragem para aquelas com adesão ativa[5]. Posteriormente, foram solicitados os Planos de Trabalho das instituições ativas, por meio de contato

4. Doutor em Ciência da Informação (IBICT/UFRJ). Docente e pesquisador na Faculdade de Turismo e no Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPA.

5. Doutor em Ciência da Informação (IBICT/UFRJ). Docente e pesquisador na Faculdade de Turismo e no Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPA.

via e-mail institucional, com questionamentos específicos sobre a execução das ações da A3P e a existência de práticas sustentáveis em eventos. Esses planos de trabalho constituíram os documentos centrais da etapa seguinte. A segunda etapa da pesquisa – a análise documental – compôs a fase de pesquisa de campo, uma vez que envolveu o exame direto dos documentos institucionais obtidos junto às instituições analisadas. Essa análise foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo, conforme Magalhães (2005), permitindo identificar se os eventos institucionais são utilizados como estratégia para alcançar os objetivos do Eixo 2 da A3P, bem como verificar os indicadores de monitoramento e avaliação aplicados nas práticas sustentáveis adotadas pelas instituições públicas. O estudo revelou que, entre 11 instituições públicas que aderiram à A3P em Belém, apenas cinco possuem adesão ativa. Dessas, somente duas (FAPESPA e SEMAS) responderam ao contato da pesquisa. A FAPESPA demonstrou a execução de diversas ações alinhadas aos seis eixos da A3P, como coleta seletiva, compostagem, plano de gestão de resíduos perigosos e campanhas de conscientização. No entanto, não possui plano específico voltado para eventos sustentáveis. Já a SEMAS, embora responsável pela disseminação da A3P no Pará, não apresentou evidências concretas de práticas aplicadas em seus eventos institucionais. O trabalho também destaca o papel estratégico dos eventos como instrumentos de mobilização social e educação ambiental. Com base nos achados, recomenda-se a elaboração de planos específicos que incluem eventos como estratégia da A3P, além da adoção de práticas como digitalização da programação, uso de materiais recicláveis, coleta seletiva, copos reutilizáveis, crachás ecológicos e capacitação dos servidores para fortalecer a cultura da sustentabilidade. Essas ações visam alinhar os eventos às diretrizes do ODS 12 e transformá-los em espaços de educação ambiental. Como estudo de caso, destaca-se o projeto "Evento Mais Sustentável", do curso de Turismo da UFPA, aplicado em eventos como o XX

Congresso Médico Amazônico, realizado de 16 a 18 de agosto de 2024, e o Simpósio Amazônia Viva, realizado de 10 a 12 de abril de 2024 que adotaram medidas como painéis digitais, kits ecológicos e pontos de coleta voluntária. Essas ações demonstram que é possível compatibilizar a realização de eventos com os princípios da sustentabilidade. A pesquisa revelou que, embora diversas instituições públicas de Belém tenham formalizado adesão à A3P, a aplicação prática da sustentabilidade em eventos institucionais ainda é pouco desenvolvida. Dos órgãos com adesão ativa, apenas uma instituição demonstrou ações concretas voltadas ao gerenciamento de resíduos sólidos, conforme previsto no Eixo 2 da A3P. No entanto, mesmo essa instituição não apresentou um plano de trabalho específico para a realização de eventos sustentáveis. Esses dados evidenciam uma lacuna significativa entre o compromisso institucional declarado e a efetiva incorporação de práticas ambientais nos eventos promovidos. A pesquisa concluiu que é necessário implementar mecanismos eficazes de monitoramento, capacitar adequadamente os servidores públicos e elaborar planos de ação específicos voltados à sustentabilidade em eventos. Como destacam Patricio e Costa (2023), a mudança nos padrões de consumo depende tanto da atuação institucional quanto do engajamento da sociedade. Sem planejamento, os eventos públicos tendem a permanecer como espaços marcados pelo desperdício e por impactos ambientais negativos, contrariando os compromissos assumidos na Agenda 2030.

Palavras-chave: Agenda ambiental; administração pública; eventos institucionais; organização de eventos; práticas ambientais ODS 12.

BIBLIOGRAFIA

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2017.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2017.

MAGALHÃES, Izabel. **Introdução: a análise de discurso crítica.** DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 21, n. especial, p. 1–9, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502005000300002. Acesso em: 24 out. 2024.

OLIVEIRA, Carla Raquel Dall'Agnese Reolon de; PANDOLFO, Adalberto; MARTINS, Marcele Salles; GOMES, Aline P.; PANDOLFO, Luciana M.; TAGLIARI, Leandro D. Proposta para um plano de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde nos estabelecimentos assistenciais de saúde de Guaporé/RS. **Revista CIATEC – UPF**, v. 5, n. 1, p. 1-11, 2013.

PATRICIO, Gabriela França; COSTA, Maria Josinete Araujo. **Consumo e Produção Responsável: Uma Análise Das Publicações Sobre O Ods 12.** Revista FT Volume 27 - Edição 125/AGO 2023/01/08/2023Disponível em: https://revistaft.com.br/consumo-e-producao-responsavel-uma-analise-das-publicaco es-sobre-o-ods-12/ Acesso em: 20 nov. 2024.

Turismo de Base Comunitária, justiça climática e comunidades quilombolas na Amazônia: reflexões a partir de Guajará-Miri (PA)

Silvia Helena Ribeiro Cruz
Jéssia Sílviny Moura da Mota Araújo
Sabrina Veras da Silva Robert
William Viana dos Santos

A realização da COP-30, marcada para novembro de 2025 na cidade de Belém (PA), reacende discussões sobre o papel das comunidades tradicionais da Amazônia diante dos desafios climáticos globais. Em resposta a esse cenário, o Turismo Sustentável de Base Comunitária (TSBC) ressurge como estratégia crítica de valorização territorial, sustentabilidade e justiça climática, especialmente quando articulado com comunidades historicamente marginalizadas (Cruz et al., 2025). A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) lançou, em março de 2025, uma carta aberta criticando a invisibilização dessas comunidades nos preparativos da conferência, apesar de serem frequentemente utilizadas como "vitrines" do discurso ambiental (CONAQ, 2025). Esse alerta revela a urgência em repensar modelos de inclusão, protagonismo e respeito aos direitos culturais e territoriais dos povos afrodescendentes na formulação de políticas ambientais e turísticas. A faculdade de Turismo da Universidade Federal do Pará (FACTUR/UFPA) através do projeto Vulnerabilidade Socioambiental e Impactos do Turismo propõe o TSBC como um modelo alternativo de turismo que rompe com a lógica extrativista e colonizadora do turismo tradicional, promovendo um processo endógeno de desenvolvimento sustentável baseado no conhecimento local e na autodeterminação comunitária (Cruz et al., 2025). Como ressaltam Almeida e Tsukamoto (2023), o Turismo de Base Comunitária

(TBC) feito de maneira sustentável, não deve ser visto apenas como uma modalidade econômica, mas como uma prática política de afirmação de identidades e direitos territoriais. A experiência na comunidade de Guajará-Miri, localizada no município de Acará (PA) cerca de 30 minutos de barco da capital, apresenta um caso emblemático. Trata-se de uma comunidade quilombola com forte vínculo com a ancestralidade e práticas tradicionais de manejo, culinária e oralidade. Pensando nessas ações o projeto, realizou uma oficina, no mês de maio de 2025 com a presença de 19 moradores, com apoio do Coletivo Pororoka e da Associação de Moradores de Guajará-Miri. A metodologia adotada foi qualitativa, dialógica e participativa (Freire, 1983), priorizando rodas de conversa, dinâmicas de escuta e construção coletiva de roteiros turísticos. Durante a oficina participativa, foi possível identificar o desejo coletivo por maior protagonismo e inserção no circuito turístico por meio do TBC. Durante a atividade, foram destacadas manifestações culturais como o carimbó, a culinária tradicional e as narrativas orais como elementos centrais da identidade local. Os roteiros turísticos elaborados incluíram passeios pelos igarapés, oficinas de saberes tradicionais e apresentações culturais. A oralidade, elemento central nas comunidades quilombolas, foi reconhecida como ferramenta de construção da memória coletiva e valorização do território (Halbwachs, 2006). Os resultados parciais indicam um avanço significativo no reconhecimento do potencial turístico local pelos próprios moradores, bem como a construção de estratégias sustentáveis de inserção econômica e preservação cultural. Houve fortalecimento das lideranças comunitárias e um sentimento ampliado de pertencimento territorial, fundamental para resistir às investidas de uso predatório do território por agentes externos. Além disso, a oficina demonstrou que o TBC pode ser incorporado como política de justiça climática e inclusão social, especialmente em eventos como a COP-30, que historicamente negligenciam os povos tradicionais

enquanto promovem a "ambientalização" das suas culturas sem retorno concreto. Segundo Lima et al. (2023), a participação efetiva das comunidades tradicionais nas decisões relacionadas ao clima e ao turismo deve ocorrer desde a fase de planejamento até a execução, garantindo que o protagonismo não seja simbólico, mas efetivo. A experiência em Guajará-Miri reforça a centralidade do TBC como estratégia de fortalecimento identitário, resistência política e sustentabilidade econômica. Diante da COP-30, torna-se essencial que políticas públicas valorizem as práticas e saberes das comunidades quilombolas amazônicas como protagonistas dos processos de adaptação e enfrentamento às mudanças climáticas.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária; Justiça Climática; Comunidades Quilombolas; Sustentabilidade.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, J. R.; TSUKAMOTO, M. Turismo de base comunitária e empoderamento: práticas de resistência e justiça ambiental. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 16, n. 3, p. 45–63, 2023. Disponível em: https://www.ecoturismo.abeco.org.br/rbecotur/article/view/1726. Acesso em: 20 jul. 2025.

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. **Invisibilidade climática: o desrespeito pela sabedoria dos povos afrodescendentes e quilombolas na COP 30.** 2025. Disponível em: https://www.conaq.org.br/invisibilidade-climatica-o-desrespeito-pela-sabedoria-dos-povos-afrodescendentes-e-quilombolas-na-cop-30/. Acesso em: 19 jul. 2025.

CRUZ, S. H. R et al. Ecoturismo e objetivos do desenvolvimento sustentável na Ilha de João Pilatos em Ananindeua (PA): o papel da gestão pública municipal. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 18, n. 3, p. 485-506, 2025. Disponível em: https://www.ecoturismo.abeco.org.br/rbecotur/article/view/1980. Acesso em: 20 jul. 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 2006.

LIMA, J. S.; COSTA, A. M.; SOUSA, E. S. Comunidades tradicionais e turismo sustentável na Amazônia: desafios à governança participativa. **Revista NERA**, v. 26, n. 60, p. 214–238, 2023. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/14888. Acesso em: 20 jul. 2025.

Turismo de Base Comunitária em quilombos na Amazônia: um estudo sobre as potencialidades turísticas do Território Quilombola África e Laranjituba, Moju, (PA)

Felipe Augusto Soares Rodrigues
Giselle Castro de Assis

O Afroturismo no Brasil configura-se como uma prática emergente que vem ganhando crescente relevância devido à sua profunda relação com a ancestralidade e a memória histórica dos povos afrodescendentes. Essa modalidade turística se desenvolve tanto em contextos urbanos quanto rurais. Ao contrário de roteiros convencionais, o afroturismo convida os viajantes a se aprofundar nas tradições, saberes e diversidade, apresentando contribuições significativas da comunidade negra para a memória do país (MTUR, 2023). Na Amazônia, os povos afrodescendentes estão majoritariamente localizados em territórios rurais, especialmente porque os quilombos amazônicos surgiram em áreas de difícil acesso, devido à extensão territorial da região. A localização em áreas isoladas, garantiu a proteção e a liberdade para os africanos escravizados que fugiram durante os períodos colonial e imperial, favorecendo o surgimento de comunidades, cujos integrantes, chamados de quilombolas, preservam até hoje modos de vida, culturas e tradições ancestrais. Portanto, o termo "quilombo" tem raízes históricas e está intimamente ligado à resistência contra a opressão e a busca pela liberdade (INCRA, 2017). Nesse contexto, se encontra o território quilombola de Laranjituba/África, distante cerca de 100 km da capital paraense. Fundado no séc. XVIII, por escravos fugitivos levados para a região do Baixo Tocantins para trabalharem com a produção de cacau, lavouras de mandioca, extração de madeira,

dentre outras atividades (Nascimento, 2017), sua história é marcada por luta e resistência. Segundo Guedes e Salgado (2018), a maioria de seus habitantes obtém seu sustento por meio da agricultura, extrativismo e pecuária. Localizado à margem esquerda do Igarapé Caeté, no município de Abaetetuba/PA (Lima, 2012), o território de Laranjituba/África é caracterizado pela presença significativa de castanheiras, sumaumeiras, açaizeiros e pelo igarapé que desemboca no rio Caeté. Essa rica biodiversidade reflete a relação harmoniosa e respeitosa dos quilombolas com a natureza. Diante a importância histórica, sociopolítica, cultural e paisagística do território, este trabalho teve como objetivo geral identificar as limitações socioculturais para a autogestão turística no Território Quilombola de Laranjituba/África e, a partir dos resultados, propor estratégias que auxiliem as comunidades a gerirem o turismo com autonomia através do turismo comunitário. Esta pesquisa é de natureza exploratória (Gil, 2019), com abordagem qualitativa e quantitativa, visando ampliar o entendimento sobre o turismo de base comunitária em quilombos. A primeira etapa da pesquisa envolveu levantamento de dados secundários por levantamento bibliográfico sobre os temas: turismo de base comunitária, turismo em quilombos, autogestão turística e turismo sustentável em comunidades tradicionais. A segunda etapa refere-se ao levantamento de dados primários por pesquisa de campo. Os dados foram coletados no período de outubro de 2023 a março de 2024, por meio de observação participante, entrevistas semiestruturadas e questionários estruturados, aplicados junto a moradores e lideranças do território. A amostra foi composta por 53 sujeitos, selecionados por amostragem aleatória. A análise qualitativa seguiu os procedimentos de análise de conteúdo (Bardin, 2011), enquanto os dados quantitativos foram tratados por meio de estatística descritiva (Marconi; Lakatos, 2017). Todos os procedimentos foram conduzidos conforme os princípios éticos da pesquisa com seres humanos, após a pesquisa ser aprovada em assembleia comunitária

da Associação Quilombola do Baixo Caeté Laranjituba e África. Os estudos realizados no território quilombola de Laranjituba/África revelaram um potencial significativo para o desenvolvimento do turismo comunitário, que se configura como abordagem alternativa para gerir e promover o desenvolvimento da atividade turística, gerido e protagonizado pelas populações locais. A pesquisa identificou algumas limitações socioculturais para a autogestão turística. Entre os principais entraves, destaca-se o baixo nível de escolaridade, que compromete a compreensão da complexidade da cadeia produtiva do turismo, um setor que demanda a articulação simultânea de múltiplos serviços. Além disso, a renda familiar é, majoritariamente, dependente de programas sociais e de atividades econômicas diversas, como o extrativismo do açaí e a agricultura da mandioca, o que resulta em escassez de tempo para a dedicação ao turismo. Observou-se também, a predominância de pessoas idosas na comunidade, as quais apresentam maiores limitações para cumprir longas jornadas de trabalho no setor. Soma-se a isso, uma resistência cultural à interação com visitantes, uma vez que essas comunidades não estão habituadas a receber pessoas oriundas de contextos culturais distintos. Entretanto, a comunidade se destaca pela atratividade com paisagem naturais, afinal, estão localizados na maior floresta tropical do mundo, favorecendo experiências de lazer ao ar livre, como trilhas na mata, banho e passeio de canoa no igarapé que atravessa o território local. Destaca-se ainda, a diversidade de produtos alimentícios oriundos da floresta: açaí, castanha-do-Pará, cupuaçu e o cultivo da mandioca. Assim, em face de suas potencialidades turísticas, e com o objetivo de propor estratégias para auxiliar o território Laranjituba/África a gerir o turismo com autonomia, foi desenvolvida uma capacitação intitulada "Turismo de base comunitária (TBC) como estratégia de gestão territorial sustentável do quilombo", com carga horária de 6h, em dois finais de semana de setembro de 2023. Esta foi uma ação realizada no âmbito do projeto

Experiências do Brasil Original[6], com o objetivo de qualificar os quilombolas para a oferta de experiências turísticas memoráveis e transformativas. Na oportunidade, os participantes foram orientados a criar cinco grupos de trabalho para operar os serviços turísticos: hospedagem, alimentação, condução local de passeios, práticas culturais e comercialização. A divisão dos grupos foi pautada nas necessidades endógenas de organização social, e nas habilidades inatas dos moradores locais para o trabalho. As competências estimuladas foram: cooperação, diálogo e comunicação, confiança. O principal resultado foi o funcionamento adequado da operação turística, em razão da cooperação dos grupos e do total comprometimento dos envolvidos. A capacitação foi validada e aprovada pela comunidade e pela organização do projeto, em outubro de 2023, no momento da realização de uma visita técnica de representantes do Ministério do Turismo e parceiros. A experiência relatada reforça o que é afirmado por Assis (2021), quando a autora explica que estratégias desenvolvidas no ambiente endógeno, capazes de promover a operação qualificada do turismo no território, consolidam iniciativas turísticas comunitárias pautadas na autogestão, característica basilar para caracterizar o turismo de base comunitária como um modelo alternativo de gestão do turismo, protagonizado por populações locais.

Palavras-chave: turismo de base comunitária; quilombos na Amazônia; comunidades tradicionais.

6. Realização do Ministério do Turismo em parceria com a Universidade Federal Fluminense, no período de agosto a dezembro de 2023, com o objetivo de ampliar a oferta turística brasileira por meio do desenvolvimento de experiências memoráveis, oferecidas por povos indígenas e comunidades quilombolas em seus territórios.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, M. (2011). O Início do Pensamento em Torno do Turismo de Base Comunitária: estudo de caso na comunidade de Galiléia, município de Caparaó, Minas Gerais, Brasil. **Revista Turismo Em Análise**, 22(2), 238-276. https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v22i2p238-276

ARRUDA, D. de O., & GONÇALVES, J. P. (2020). Limites e possibilidades no desenvolvimento de estratégias de Turismo de Base Comunitária em um território quilombola. **Interações** (Campo Grande), 21(1), 107–123. https://doi.org/10.20435/inter.v21i1.1968

ASSIS, Giselle Castro de. **Turismo comunitário como sistema de dádivas na Amazônia:** uma aliança entre reciprocidade e autonomia na gestão local do turismo em Anã e Coroca, Santarém, PA. Orientador: Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto. 2021. 295 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2021. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/14713. Acesso em:.23/03/2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BENITES. M.; MAMEDE, S. Ecoturismo de Base Comunitária na Comunidade Quilombola Furnas da Boa Sorte, Corguinho (MS): planejamento e sustentabilidade. **Revista Brasileira de Ecoturismo,** São Paulo, v.13, n.1, fev/abr 2020, pp.100-119.

DA SILVA LEAL, R. E. O Turismo sob a Ótica das Ciências Sociais e a "Incômoda" Relação entre Antropólogos, Viajantes e Turistas., **Anais** do no VII Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, São Paulo, 2010., Anais, ISSN: 9788576570868

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas,

2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

VAZ, Beatriz Accioly. Quilombos. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

Perspectivas do Turismo Base Comunitária na comunidade quilombola São Benedito da Ponta em Salvaterra (PA)

Jackson Éric Teixeira Lopes
Jéssika Paiva França

A Comunidade São Benedito da Ponta é uma das dezessete comunidades declaradas quilombolas do município de Salvaterra, com um território rico em recursos naturais, paisagísticos, culturais e históricos, sendo estas, características importantes para o desenvolvimento do turismo de base comunitária - TBC. Bezerra *et al.* (2017, p. 585), afirmam que "o TBC é um segmento do turismo que surgiu da necessidade trivalente: do mercado turístico de inovar, do estímulo à valorização cultural/endógeno e como alternativa de renda para as comunidades tradicionais". De acordo com Sansolo e Bursztyn (2009), o turismo de base comunitária se consolida como uma modalidade sustentável capaz de promover a preservação ambiental e o respeito às culturas autóctones. Partindo das discussões teóricas sobre a categoria TBC, foram elaboradas duas questões investigativas: 1). Qual é a principal dificuldade para o desenvolvimento do TBC nesta realidade? 2). Que tipo de apoio o poder público tem oferecido para a comunidade? A partir dessas inquietações a pesquisa objetivou gerar reflexões sobre os principais aspectos do turismo de base comunitária, que permeiam a comunidade quilombola São Benedito da Ponta. A metodologia adotada seguiu uma abordagem qualitativa (Minayo, 2001), envolvendo levantamento bibliográfico sobre o turismo, no município de Salvaterra Pará e sobre a categoria turismo de base comunitária. Como estratégia complementar e com intuito de sondagem preliminar, foi realizada uma entrevista semiestruturada com a Presidente da Associação de quilombolas, da comunidade São Benedito da Ponta, no mês de outubro de

2024. Dentre os resultados preliminares, o TBC é revelado como importante segmento do turismo, a ser desenvolvido neste território. No entanto, a pesquisa identificou fragilidades na infraestrutura do município, o que dificulta o acesso dos visitantes. Segundo Lima, Irving e Oliveira (2022), a efetivação do TBC nos territórios, necessita de infraestrutura básica, que possibilite qualidade de vida aos residentes e consequentemente, boas condições de acesso e permanência de turistas. Os resultados obtidos, indicaram que a comunidade já está trabalhando diretamente com fluxos de turistas nacionais e internacionais, que acessam os serviços de hospedagem e alimentação ofertados pelos moradores da comunidade quilombola São Benedito da Ponta. Além disso, são comercializados passeios nas roças e banho de igarapé com acompanhamento. Essas atividades e os seus meios de produção fazem parte das práticas endógenas da comunidade, que são fortalecidas com um viés educativo sobre o respeito e valorização da cultura local e a preservação do meio ambiente. O poder público local, como forma de incentivo no âmbito do TBC, promoveu espaços de discussões e planejamento, resultando na realização de um projeto de qualificação, pelo SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural). Boullón (2002), explica que o investimento em infraestrutura é um fator essencial para as trocas de mercado e comunicação. Cruz (2009), considera ser responsabilidade do poder público prezar pelas demandas sociais, promovendo a infraestrutura para o funcionamento do turismo. Dentre as principais considerações, evidencia-se que, grande potencial em termos de capital humano, com riqueza histórica, envolvendo os remanescentes de quilombolas, além de recursos naturais, como fortalezas essenciais. Apesar do interesse e da organização local para aproveitar as oportunidades econômicas e sociais proporcionadas pelo turismo, a comunidade enfrenta desafios significativos, especialmente relacionados à precariedade da infraestrutura, como as condições das estradas que dificultam o acesso dos visitantes. A

ausência de apoio consistente das esferas governamentais também se mostra como um entrave para o progresso do TBC. Contudo, a resistência da comunidade e a gestão coletiva dos recursos indicam um compromisso sólido com a valorização cultural, a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável do turismo local.

Palavras-chave: Turismo de base comunitária; Políticas públicas de turismo; Planejamento turístico; Sustentabilidade.

BIBLIOGRAFIA

BEZERRA, D. V. S.; NUNES, J. R.; NASCIMENTO, R. S.; NASCIMENTO, V. L. Q. Turismo de Base Comunitária: proposta para o resgate cultural da comunidade quilombola Alto Itacuruçá, Abaetetuba (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.9, n.6, p. 584-590, nov. 2016-jan. 2017.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do Espaço Turístico.** Bauru: EDUSC, 2002.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. IN: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. (org.). **Turismo de base comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem. 2009. p. 92-107.

LIMA, M. A. G. D; IRVING, M. de. A.; OLIVEIRA, E. Decodificando Narrativas de Políticas de Turismo no Brasil: uma leitura crítica sobre o turismo de base comunitária (TBC). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo.** São Paulo, v.16, n.2094, p. 1-15, 2022.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. IN: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. (org.). **Turismo de base comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem. 2009. p. 142-161.

Turismo, impactos e sustentabilidade no município de Salinópolis (PA)

Silvia Helena R. Cruz
Erick W. Santos
Raimundo N. Almeida
Paulo Moreira Pinto

O estudo sobre turismo, impactos e sustentabilidade no município de Salinópolis: em discussão os ODS e as mudanças climáticas, surge a partir de leituras e experiências empíricas e técnicas quanto aos problemas enfrentados pelas áreas costeiras no que concerne a ocupação desordenada nos últimos vinte anos. A ocupação do território de Salinópolis apresenta duas décadas de avanços quanto a instalação de equipamentos turísticos de hospedagem, alimentos e bebidas, entretenimento, casa de segunda residência e comércio em geral. Essas instalações tem contribuído para um processo de desmatamento das áreas costeiras, ocupações sem condições estruturais quanto ao saneamento, ocupação desordenada e conforto para população residente, além dos grandes empreendimentos de hospedagens e casas de segunda residência que são produtos da especulação imobiliária sem nenhum controle fundiário. O objetivo da pesquisa foi investigar os impactos socioambientais do turismo no município da região costeira do município de Salinópolis/PA, as praias, para o alcance do turismo sustentável por meio da difusão do conhecimento sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS e mudanças climáticas, com foco no planejamento e desenvolvimento responsável. Como metodologia seguiu-se a pesquisa qualitativa e observação direta, com a realização de entrevistas com agentes focais, aplicação da matriz de check list que possibilitou identificar os impactos socioambientais, além de entrevistas por meio de roteiro de perguntas semiestruturadas. Sendo que, na maioria das vezes,

a realização de descrições qualitativas e quantitativas do objeto de estudo, onde o investigador deve conceituar as inter-relações entre as propriedades do fenômeno, fato ou ambiente observado. Além disso, podem também envolver levantamentos bibliográficos, documentais e entrevistas com pessoas que conheçam o problema pesquisado O estudo é classificado como de caso, que para Yin (2015, p. 4) "[...] é usado em muitas situações, para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados". Os resultados apontam para problemas de lacunas nas políticas públicas e omissões do poder público para com o planejamento do turismo no município, principalmente para o uso das praias pelos visitantes, a despeito da presença de moradores locais que sobrevivem do trabalho pelo e para o turismo. Os principais impactos socioambientais identificados são: falta de saneamento básico (esgoto direto nas praias); acúmulo de resíduos sólidos (ausência de lixeiras e coleta regular); construções irregulares e avanço imobiliário; erosão das faixas litorâneas; desvalorização dos recursos culturais e naturais; baixo envolvimento dos moradores nas decisões sobre turismo; falta de conhecimento sobre meio ambiente e ODS. Ainda, optou-se por apresentar recomendações que possam colaborar com a formulação de políticas públicas para o município, como: Implantação de políticas públicas efetivas de planejamento turístico. capacitação dos comerciantes e moradores sobre sustentabilidade; sensibilização da população quanto aos ODS e às mudanças climáticas; controle da especulação imobiliária e proteção das áreas sensíveis; planejamento e gestão comunitária do turismo; criação de zona de amortecimento do MoNa Atalaia. As considerações gerais demonstram que urge ações efetivas para que se muda a realidade da faixa costeira do município, posto que se não houver novos encaminhamentos a tendência é para o desconforto ambiental, o desmatamento, alterações do ecossistema costeiro e a consolidação de um turismo insustentável que não contribuirá

para a inclusão social, a geração de renda e a qualidade de vida das populações locais, assim como para os próprios turistas.

Palavras-chave: Turismo; Sustentabilidade; Salinópolis; ODS; Impactos.

BIBLIOGRAFIA

PINHEIRO, C. D. P. da S., Rosa, A. G., & Sousa, A. M. L. de. (2020). Análise dos impactos socioambientais na zona costeira do município de Salinópolis/PA. *DRd* - **Desenvolvimento Regional Em Debate**, 10, 222–244. https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2553

SILVA, Alex Rubens Pereira da; SOUSA, Marcielle Monteiro de. **Turismo de Base Comunitária:** uma análise dos objetivos do desenvolvimento sustentável na comunidade do Caruaru – Mosqueiro – PA. Trabalho de Conclusão de Curso, 2022.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

GT2

CULTURA, PATRIMÔNIO E TURISMO NA AMAZÔNIA

Arqueoturismo na Amazônia: patrimônio, conflitos e reinterpretações no Parque Estadual de Monte Alegre/Pará

Fernanda Pimentel Santos
Rubens da Silva Ferreira

O turismo arqueológico, ou arqueoturismo, corresponde a uma modalidade do turismo cultural voltada à vivência e à apreciação de sítios, ruínas e vestígios materiais das sociedades pretéritas (Pereira; Silva, 2021; Carbone, 2011; Affonso, 2009). Com base nesse entendimento, este estudo propõe uma abordagem analítica que busca compreender as dinâmicas de conflito em Unidades de Conservação (UC) por meio da Tríplice Mimese de Paul Ricoeur (1983). A metodologia adotada nesse propósito é de natureza qualitativa, encontrando-se fundamentada nas três mimeses ricoeurianas como ferramenta analítica para compreender como a produção acadêmica sobre o arqueoturismo articula o mundo vivido (Mimese I), as narrativas institucionais (Mimese II) e as possibilidades de reinterpretação do patrimônio arqueológico (Mimese III) com foco no Parque Estadual de Monte Alegre (PEMA), no estado do Pará. A análise baseia-se em uma revisão da literatura e em notas de campo produzidas em visita técnica realizada ao PEMA em 10 de março de 2020. O Parque em questão foi instituído em 2001, abrangendo uma área de 3.678 hectares e, em 2022, foi incluído na lista de 2022 dos patrimônios mundiais apoiados pelo programa World Monuments Watch do Fundo Mundial de Monumentos (2022). Apesar disso, a implementação do parque ocorreu sem a ampla consulta às comunidades vizinhas, como a de Paytuna, Lages, Cuçaru e outras. As mudanças trazidas pelo Plano de Manejo (2010) limitaram o acesso tradicional aos sítios, afetando práticas culturais e religiosas importantes para as comunidades do entorno. Diante disso, questiona-

se: como os discursos na literatura especializada tratam (ou omitem) as tensões entre preservação, turismo e comunidades tradicionais no contexto do PEMA? A análise hermenêutica evidencia que o turismo arqueológico, embora promovido como ferramenta de conservação e difusão cultural, negligencia os vínculos simbólicos e afetivos das comunidades com seus sítios, oriundos de suas experiências pessoais e comunitárias (Mimese I). As narrativas técnico-científicas (Mimese II) tendem a silenciar interpretações locais, dificultando uma Mimese III capaz de integrar leituras diversas do passado. Essa ausência de integração reduz o potencial do arqueoturismo como possibilidade de diálogo intercultural, restringindo-o a experiências informativas e contemplativas com pouca participação das populações locais. Na Amazônia, esses problemas se intensificam, pois os sítios arqueológicos são vistos pelas comunidades como espaços sagrados e identitários, configurando uma Mimese I que traduz as experiências vividas e o vínculo simbólico com o território. No entanto, as políticas públicas e os discursos institucionais estabelecem uma Mimese II predominantemente técnico-científica, que trata esses territórios apenas como bens patrimoniais a serem protegidos, desconsiderando práticas culturais ancestrais e modos de vida autônomos. Essa sobreposição de sentidos cria um descompasso que, como bem destacam Abadia e Rambelli (2013), gera exclusão simbólica e material e dificulta a construção de uma Mimese III que concilie o valor histórico com a vivência comunitária para que o arqueoturismo corresponda a uma prática potente de diálogo e inclusão. Sem a mediação adequada entre ciência, cultura e turismo, a experiência tende a reproduzir conflitos, ao invés de gerar novas narrativas compartilhadas. No PEMA, os impactos dessas tensões são mais evidentes e foram confirmados em campo ao verificar que o Plano de Manejo trouxe avanços na organização do turismo, mas substituiu o acesso livre por regras e agendamentos que limitaram rituais e usos tradicionais, desestruturando a Mimese I das comunidades,

construída com base em práticas espirituais e culturais ligadas aos sítios. A narrativa institucional, enquanto Mimese II, centraliza a proteção patrimonial, deslocando as comunidades de guardiãs do território para usuárias subalternizadas. Nessa direção, durante a visita técnica observou-se não apenas a insatisfação dos moradores do entorno com essas restrições, mas também a emergência de práticas paralelas – como o uso ritual dos sítios fora da rota turística formal – que configuram a tentativa de reconstruir uma Mimese III própria. Essa reinterpretação, embora marginal ao modelo oficial, reflete a busca por conciliar a preservação dos vínculos culturais com as restrições impostas às comunidades. Ademais, a infraestrutura precária, representada por trilhas íngremes, sinalização deficiente, falta de acessibilidade e a ausência de políticas claras de cogestão, tem reduzido a capacidade do arqueoturismo de ser inclusivo e sustentável. A falta de planejamento turístico integrado e a fragmentação entre Estado, academia e comunidades impedem a consolidação de uma Mimese III que opere como um espaço de convergência e de diálogo. Apesar das capacitações promovidas por instituições e da disposição local para participar, as barreiras técnicas e institucionais perpetuam um modelo que privilegia a conservação formal em detrimento da experiência vivida, dificultando, desse modo, a transformação do arqueoturismo em uma prática verdadeiramente dialógica e participativa. Para que esse potencial seja alcançado, são necessárias metodologias participativas e modelos de governança colaborativa capazes de articular preservação, inclusão e justiça social. As análises aqui desenvolvidas com base na hermenêutica de Paul Ricoeur evidenciam que o turismo arqueológico, embora se apresente como uma estratégia de valorização patrimonial e de desenvolvimento sustentável, ainda é marcado por uma lógica verticalizada. Essa lógica privilegia sentidos técnico-científicos e reduz a relevância das experiências comunitárias, como apontado pela Tríplice Mimese ao demonstrar que discursos institucionais invisibilizam a dimensão

simbólica das populações, transformando o patrimônio em mero objeto de contemplação, mediado por especialistas/técnicos e fruído, sobretudo, por turistas. No contexto amazônico, essa tendência é intensificada pela fragilidade histórica dos direitos territoriais das populações tradicionais, sempre ameaçadas pelo avanço do capital, pois, mesmo quando a terra permanece, o modo de vida é drasticamente alterado por lógicas externas (Costa; Hazeu; Costa, 2024; Silva, 2019). Desse modo, a visita técnica ao PEMA confirmou que a sobreposição entre conservação, turismo e vivências comunitárias não tem gerado diálogo efetivo, pois a configuração institucional do Parque exclui narrativas e significados vividos pelas populações locais. A negligência da Mimese I (o que é vivido) em detrimento da Mimese II (o que é escrito) compromete a construção de uma Mimese III (o que é interpretado) que seja inclusiva e fiel às dinâmicas culturais e territoriais dos sítios, isto é, essa desconexão entre políticas públicas e realidade limita o potencial transformador do turismo arqueológico. Diante desse cenário, tornam-se necessárias pesquisas e práticas que superem essas lacunas. Em escala global, recomenda-se o desenvolvimento de metodologias colaborativas e narrativas plurais na Amazônia que integrem abordagens interdisciplinares capazes de articular a arqueologia, o turismo de base comunitária, a educação patrimonial e o direito. Especificamente no PEMA, é essencial investir em ferramentas pedagógicas e metodologias participativas que promovam o protagonismo comunitário na interpretação e na gestão dos sítios arqueológicos, bem como fortaleçam a identidade cultural local, construída na relação com o território, cujo conjunto simbólico e histórico integra a memória coletiva e modo de vida dessas comunidades. Assim, reconfigurar o arqueoturismo sob essas bases pode torná-lo uma prática efetivamente inclusiva e transformadora, capaz de integrar patrimônio, identidade e justiça social.

Palavras-chave: Turismo Arqueológico; Hermenêutica; Parque

Estadual de Monte Alegre (PA).

BIBLIOGRAFIA

ABADIA, Beijanine Ferreira da Cunha; RAMBELLI, Gilson. Arqueologia pública e turismo: possibilidades para o desenvolvimento do turismo em Laranjeiras/SE. In: SEMANA DE ARQUEOLOGIA, "ARQUEOLOGIA E PODER", 1., Campinas, 2013. **Anais [...]**. Campinas: Unicamp, LAP/NEPAM, 2013.

AFFONSO, Louise Prado. O Patrimônio Arqueológico e sua Vinculação a Circuitos Turísticos não Convencionais no Brasil. **História e-História**, Campinas, 4 nov. 2009. Disponível em: https://encr.pw/98GjV. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Manejo do Parque Estadual de Monte Alegre.** Belém [S.n.], 2009.

CARBONE, Fábio. Turismo, Arqueologia e Desenvolvimento: Gestão de Áreas Arqueológicas com fins Turístico - O caso de Conimbriga. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, n. 15, p. 102-115. 2011. Disponível em: https://encr.pw/ExzDQ. Acesso em: 18 jun. 2025.

COSTA; Solange Maria Gayoso da; HAZEU, Marcel Theodoor; COSTA, Larissa Marinho da. Conflitos e expropriação de territórios tradicionais na Amazônia Brasileira. **Argumentum**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 107–121, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/45509. Acesso em: 18 jun. 2025.

PEREIRA, Luciane de Carvalho; SILVA, Solange Maria da. Turismo arqueológico: o desenvolvimento sustentável com a contribuição das tecnologias da informação e comunicação sob a ótica dos destinos turísticos inteligentes. *In:* CAMPOS, Juliano Bitencourt *et al.* **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente:** arqueologia

e turismo sustentável. Criciúma: UDUNESC. 2021. p. 63-109. Volume 4.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa:** tomo I. Tradução: Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirus, 1994.

SILVA, Ana Tereza R. da. Áreas protegidas, populações tradicionais da Amazônia e novos arranjos conservacionistas. **Rev. Bras. Ci. Soc. [Internet]**, v. 34, n. 99, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/349905/2019. Acesso em: 23 jun. 2025.

WORLD MONUMENTS FUND – UNESCO. **2022 World Monuments Watch.** Disponível em: https://encr.pw/4n3vi. Acesso em: 17 jul. 2025.

Avaliação de Exposições: Estudo sobre labels interpretativos e a atenção dos turistas/visitantes dos Museus do Forte do Presépio e Arte Sacra

Elana Lima Arruda
Raul Ivan Raiol de Campos
Lucas Oliveira da Silva
Ariadne da Silva Pedroso Morais

Por meio dos processos de comunicação que possibilitam a experiência dos visitantes, é possível observar diversas formas de interação e de interpretações do conteúdo de uma exposição. Neste sentido, os estudos sobre visitantes e os de avaliações de exposições tornam-se importantes na análise do desempenho comunicativo dos museus. A principal preocupação dos profissionais dos museus, na maioria das avaliações, tem sido com a aprendizagem e o feedback dos visitantes. Entretanto, o aprendizado não se torna possível se antes não for consolidada a atenção, como afirma Bitgood (2013). Assim, o estudo proposto parte do princípio de que o sucesso de uma exposição museal está relacionado como ela consegue gerenciar a atenção de seus visitantes. A interpretação do público, apesar de diversa, pode ser analisada através de conceitos e variáveis intrínsecas e extrínsecas que constituem a experiência no contato com exposições. Tilden (1977, p.8) definiu interpretação como "uma atividade educativa que visa revelar significados e relações através do uso de objetos originais, pela experiência em primeira mão e por mídias ilustrativas, em vez de simplesmente comunicar informações factuais". Dean (1996, p. 6) compreende a interpretação como "ato ou processo de explicar ou esclarecer, traduzir, ou apresentar um entendimento pessoal sobre um assunto ou objeto". Assim, uma teoria da experiência turística, que engloba museus, também precisaria reconhecer a importância das características do cenário físico, interações sociais, motivações

e expectativas, e o fornecimento de informações na determinação da natureza da experiência turística, e especificamente, neste caso, como museus comunicam seu conteúdo. Este estudo tem como objetivo principal a identificação de *labels* interpretativos e registro da experiência de turistas/visitantes com estes labels nas exposições do Museu de Arte Sacra (MAS) e do Museu do Forte do Presépio (MFP), chamado de "Sala Guaimiaba", ambos localizados no centro histórico em Belém do Pará. Para alcançar o objetivo deste estudo considerou-se necessário compreender as teorias relativas aos *Interpretative Labels*, com ênfase nas abordagens de Screven (1992) e Serrell (1996), para identificar os tipos, classificar o nível de interação dos *Labels* nas exposições e sua eficácia sobre a atenção e o aprendizado. Considerou-se as noções de *Attracting Power, Holding Power, Holding Power e Teaching Power de Harris Shettel et Al*. (1968), e concepções oriundas de pesquisas de Campos, Costa e Silva (2021; 2022) que serviram para compreender sobre a eficácia dos *Labels* Interpretativos. A metodologia foi composta de pesquisa bibliográfica sobre avaliação de exposições e *labels* interpretativos, e conceitos que auxiliam na compreensão da atenção e interpretação em museus, conforme já mencionados. Em seguida, foi realizada pesquisa de campo nas exposições, no período de 26 de abril de 2025 até 27 de junho de 2025, para, por meio de observação direta, identificar e registrar os elementos de infraestrutura, design e organização, que impactam na experiência de turistas/visitantes, e posteriormente registrar a percepção/interpretação dos mesmos durante a visitação. A abordagem foi qualiquantitativa com aplicação de 200 formulários (100 para cada museu) compostos com perguntas abertas e fechadas. Ressalta-se que este ano os museus estavam abertos principalmente pelo turno da manhã, funcionando à tarde apenas sexta-feira e finais de semana. Após a coleta de dados, foi realizada a tabulação e análise qualitativa dos fatores observados, que foram categorizados a partir das teorias consideradas na pesquisa, assim como a partir

da análise de conteúdo, em consonância aos dados de perguntas abertas (Bardin, 1977, p. 31). Nesta etapa da pesquisa há resultados parciais. Os dados demográficos obtidos a partir desta investigação no MAS e MFP, indicam que o público visitante é em maioria feminino, a faixa etária distribui-se entre 21 e 30 anos e 31 e 40 anos, e a escolaridade de turistas/visitantes em museus encontra-se majoritariamente no ensino superior e pós-graduação. Registrou-se que 73% dos turistas/visitantes observados advém dos estados da região norte e sudeste, com apenas 5 observações de turistas estrangeiros (Portugal, França e Ucrânia). A motivação dos visitantes em ambos os museus em 52% relacionou-se por lazer e relaxamento, categorizando-se como "O buscador de experiências" (Falk, 2006) e 29,5% tiveram motivação relacionada ao conhecimento de cultura/patrimônio e temas mais profundos, encaixando-se na categoria "O explorador". A interpretação dos turistas/visitantes foi classificada a partir do conceito de *teaching power* (Shettell, 1968) categorizando as respostas dos visitantes sobre o que mais foi evidenciado em sua fala, seu aprendizado ou criação de significado sobre conteúdo/mensagem das exposições. Assim, 40% dos Turistas/visitantes apresentaram interpretações relacionadas à Cultura, e 38% relacionadas a Memória. No MFP o label sobre os tupinambás e o ato do "canibalismo" obteve atenção e consideração no tempo de leitura dos turistas/visitantes e no MAS as identificações/*labels* das relíquias da prataria (e especificamente do "Custódia do VI congresso eucarístico nacional") foi o que mais chamou atenção e teve tempo considerável de observação. Entretanto, a eficácia da maioria dos *labels* em ambos os museus é precária, pois, de 48 labels no MFP, apenas três conseguiram ter uma eficácia de 60%, e 11 labels não atingiram 10% de eficácia. No MAS, que possui 60 *labels* ao longo da exposição, apenas as identificações dos painéis da prataria tiveram mais de 60% de eficácia, e 6 não tiveram 10% de eficácia. Além disso, 45% dos turistas/visitantes admitiram não ter muito interesse em ler

os labels no MAS. Este estudo realizará análises mais profundas com os dados obtidos para compreender os elementos que impactaram na eficácia de *Labels* dos museus investigados.

Palavras-chave: Museus; Avaliações; Psicologia; Educação; lables Interpretativos.

BIBLIOGRAFIA

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Edições Setenta, 1994.

BITGOOD, Stephen. **Attention and value:** keys to understanding museums visitors. Walnut Creek: Left Coast Press, 2013.

CAMPOS, Raul Ivan Raiol de; COSTA, Isabel Monteiro da; SILVA, Lucas Oliveira. Museus e Turismo: Motivações e percepções da experiência museal dos turistas/visitantes nos Museus do Forte do Presépio e de Arte Sacra, Belém – PA. **Brazilian Journal of Development**, v.7, n.11, p. 107423-107444 nov. 2021.

CAMPOS, Raul Ivan Raiol de; SILVA, Lucas Oliveira. ASSIS, Giselle Castro de. COSTA, Isabel Monteiro da. Avaliação de exposições museais: interações de turistas/visitantes com as exposições do Museu forte do presépio e do Museu de Arte Sacra, Belém, PA. **Brazilian Journal of Development,** v.8, n.11, p. 75496-75524, nov. 2022.

DEAN, David. **Museum exhibition:** theory and practice. London and New York: Routledge, 1996.

FALK, John H. An identity-centered approach to understanding museum learning. **Curator:** The Museum Journal, n. 49, v. 2, p. 151-166, 2006.

SCREVEN, C. G. Motivating visitors to read labels. **ILVS Review:** A Journal of Visitor Behavior, v.2, n.2, 1992.

SERRELL, Beverly. **Exhibit labels:** an interpretive approach. Walnut Creek: AltaMira Press, 1996.

SHETTEL H. et al., **Strategies for Determining Exhibit Effectiveness.** Report no. AIR-E95-4/68-FR (Washington, DC: American Institutes for

Research, 1968).

STEPHEN, Bitgood. **Attention and value:** keys to understanding museums visitors. Walnut Creek: Left Coast Press, 2013.

TILDEN, Freeman. **Interpreting our heritage.** Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1977.

Epistemologia do turismo e formação na Amazônia: uma análise hermenêutica do currículo do curso de Turismo da UFPA de 1976

Rubens da Silva Ferreira
Paulo Moreira Pinto
Paulo Vitor da S. França

O trabalho aqui socializado é fruto de pesquisa desenvolvida no âmbito da Faculdade de Turismo da Universidade Federal do Pará (FACTUR/UFPA), mais especificamente no Projeto "Epistemologia do Turismo: trajetória curricular do curso de Turismo da UFPA – EPISTUR". O estudo tem como objetivo compreender as bases epistemológicas, ideológicas e históricas do primeiro currículo do curso de bacharelado em tela, um documento norteador da formação de turismólogos em pleno regime militar. Por meio da hermenêutica, esse documento pode ser interpretado como a expressão de um tempo histórico e de um projeto formativo conformado segundo a racionalidade tecnocrática e funcionalista de uma época. Nesse sentido, busca-se responder a seguinte questão: de que maneira o currículo de 1976 do curso de Turismo da UFPA expressa as concepções epistemológicas e ideológicas no contexto político-educacional da ditadura cívico-militar? A metodologia desenhada para responder essa pergunta consistiu na construção de uma abordagem qualitativa (Hernández Sampieri; Fernández Collado; Baptista Lucio, 2013), assumindo uma natureza interpretativa em função do recurso à hermenêutica ricoeuriana (Ricouer, 2007, 1997, 1990). Na dimensão operacional, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e documental (Lima; Mioto, 2007). Enquanto a primeira estratégia foi fundamental para a identificação de fontes bibliográficas sobre currículo, história do turismo e ditadura militar, a segunda valeu-se da consulta aos arquivos institucionais da FACTUR, à legislação

federal educacional da época e especialmente ao currículo de 1976. Esse conjunto de materiais de informação foi submetido à leitura orientada à compreensão dos marcos epistemológicos e políticos fundantes do curso de Turismo na UFPA. Uma etapa da pesquisa foi dedicada à realização de entrevistas semiestruturadas com docentes do curso de turismo. Após a transcrição e a organização, o material empírico foi analisado conforme propõe Bardin (2011) para a Análise de Conteúdo (AC). A aplicação dessa técnica de investigação no campo da comunicação permitiu a identificação de categorias de análise que apontam para os sentidos atribuídos ao turismo como um campo de formação e de atuação profissional que se institucionaliza na Amazônia. No contexto da ditadura cívico-militar, a criação do curso de Turismo na UFPA está inserida no projeto de modernização da Amazônia, pois a atividade turística era entendida como uma estratégia fundamental para a integração territorial, bem como para a atração de divisas para a Região. Pela Reforma Universitária de 1968 (Brasil, 1968), o ensino superior foi reorganizado no Brasil, institucionalizando um modelo educacional voltado para a profissionalização rápida com vistas à formação de mão de obra qualificada, precipuamente sob a influência da Teoria do Capital Humano (Azevedo, 2021; Fernandes, 2015). Tais aspectos se refletiram também no currículo de 1976 do curso de Turismo da UFPA, de maneira que as disciplinas então oferecidas priorizavam conteúdos técnico-operacionais com ênfase na Administração, Economia, Direito e Planejamento Turístico, enquanto disciplinas que tematizavam a Amazônia em seu contexto social e cultural eram ofertadas como optativas, mesmo sendo o território em que se instalava o curso de bacharelado. De acordo com uma entrevistada, o curso foi concebido para alinhar-se às políticas de desenvolvimento econômico para a região: "a região amazônica era uma região que precisava ser desenvolvida, e o turismo vinha com essa missão de contribuir para essa estratégia... mais um turismo que era visto

meramente na ótica das teorias econômicas. Um turismo que iria gerar emprego e renda... e só isso" (S.C.R., 17 fev. 2025). A pesquisa documental reforça esse entendimento ao fornecer evidências sobre visões e ações institucionais que buscavam adaptar o curso recém-criado às exigências de um mercado emergente (Chermont, 1979; Fihri, 1977). Do ponto de vista epistemológico, a estrutura do currículo de 1976 aponta para um percurso formativo orientado principalmente por disciplinas oriundas de outras áreas das Ciências Sociais Aplicadas, realidade comum às escolas de turismo da época, tanto no Brasil quanto no exterior. Essa dependência epistemológica era reforçada pela dificuldade do Turismo se constituir como uma ciência autônoma de produção de saber. Como registra o depoimento de um docente da primeira turma de turismo da UFPA, os estudantes enfrentaram dificuldades, como a carência de bibliografia especializada e a falta de professores para ministrar as disciplinas específicas (A.N.E.S., 28 jan. 2025). Foi somente a partir dos anos de 1990 que o curso de Turismo começou a adquirir maior nitidez epistemológica, notadamente pela expansão da pesquisa e dos cursos de pós-graduação, o que contribuiu para abordagens curriculares mais sofisticadas do turismo como prática e como fenômeno. Considerando a análise proposta, o estudo conclui que o currículo de 1976 expressa as concepções epistemológicas e ideológicas perfiladas ao contexto da ditadura cívico-militar e ao panorama acadêmico do turismo na época. Como artefato histórico, esse documento reveste-se de uma racionalidade tecnocrática dirigida à formação de mão de obra especializada diante de uma lógica funcionalista que reduzia o turismo ao papel de instrumento de geração de riqueza no projeto desenvolvimentista. Nesse contexto, significa dizer que o turismo era visto como um campo de aplicação de saberes e de técnicas que vislumbravam somente sua faceta econômica. Assim, de uma condição de subalternidade epistêmica, nas décadas seguintes o curso de Turismo da UFPA caminhará progressivamente para a construção

de currículos mais comprometidos com a região amazônica, principalmente em relação à sustentabilidade, à diversidade humana e ao patrimônio cultural.

Palavras-chave: Educação em Turismo - História; Epistemologia crítica; Amazônia.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, M. L. N. Teoria do capital humano, bem público e mercadorização da educação. *In:* EDUCAÇÃO e gestão neoliberal: a escola cooperativa de Maringá – uma experiência de Charter School?. Maringá: EDUEM, 2021, p. 101-137. Disponível em: https://doi.org/10.7476/9786587626062.0006. Acesso em: 17 jul. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 23 nov. 1968. Disponível em: https://encurtador.com.br/aEFI8. Acesso em: 28 jun. 2023.

CHERMONT, Afonso Brito (03 jan. 1979). **[Ofício n. 04/1979 ao Presidente da EMBRATUR]**. Arquivo da Faculdade de Turismo, UFPA, Belém. 2 folhas.

FERNANDES, R. R. O mundo do trabalho e suas implicações no currículo da formação continuada de professores. **Margens**, v. 9, n.12, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/3013. Acesso em: 12 ago. 2024.

FIHRI, Ali Fassi (1977). **[Justificativa da proposta de modificação do currículo do currículo do curso de Turismo, de Ali Fassi Fihri, professor de Economia e Planejamento do Turismo para o professor Afonso Brito Chermont, Coordenador do Curso de Turismo]**. Arquivo da Faculdade de Turismo, UFPA, Belém. 5 folhas.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, Pilar. **Metodologia de pesquisa.** 5. ed. Porto

Alegre: Penso, 2013.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Reina Célia Tamaso. (2007). Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, n. esp., p. 37–45. 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004. Acesso em: 28 nov. 2024.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Unicamp, 2007.

RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa.** Campinas: Papirus, 1997. Tomo III.

RICOUER, Paul. **Interpretação e ideologias.** 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

A história do curso de Turismo da UFPA nos jornais O Liberal e Diário do Pará na década de 1980

Diana Priscila Sá Alberto
Jéssica Kelly Oliveira Lima

A história do turismo na Amazônia, em especial na capital, pode ser contada a partir da criação do primeiro curso de nível superior em turismo na Amazônia em meados da década de 1970, na Universidade Federal do Pará. Em meados do ano de 1975 a cidade de Belém e a Amazônia paraense já despontavam como destino turístico no Brasil, mas a formação de profissionais ainda não era realidade. Mas, em 22 de setembro de 1975 é criado o curso de turismo, e em 1979 a sua primeira turma de bacharéis em turismo é entregue a capital paraense. Com esse cenário o turismo em Belém toma outros rumos, seja na formação para o mercado seja na inserção de professores, já bacharéis em turismo, na própria UFPA. A partir desse contexto questiona-se: como o curso de turismo da UFPA estava presente no cotidiano de Belém, em especial nas suas atividades acadêmicas dentro e fora da UFPA nos primeiros 10 anos de criação? A partir da problemática o objetivo desse trabalho é analisar o papel do curso de turismo nos 10 primeiros anos de criação e sua influência no cotidiano da capital paraense justifica-se essa pesquisa para se entender como a criação de um curso de formação superior na região amazônica traz a possibilidade de pensar a história do turismo na capital paraense. A importância de ressaltar o papel da UFPA em aprovar a formação de profissionais em turismo. Além de ser um debate relevante para comemoração dos 50 anos de curso na instituição, e referendar o papel dos primeiros alunos e professores do curso. O processo metodológico da pesquisa inicia com uma pesquisa bibliográfica sobre a história do turismo no Brasil, tendo como base os estudos de Assunção (2012), sobre a formação dos cursos no Brasil vindo

da pesquisa de Santos e Gutierrez (2012) e uma leitura clássica de Rejowski (2002). Com relação ao campo de pesquisa, este foram as fontes de jornais no período de 1980 a 1989. Um recorte inicial, que poderá ser ampliado para a finalização da pesquisa em curso. As fontes segundo Janotti (2015) são o caminho para o historiador recriar um cenário, e assim foi feito ao olhar as páginas dos jornais: Diário do Pará, com 10 fontes, e o jornal O Liberal com 07 fontes. Tais documentações foram catalogadas da Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital, entre maio a junho de 2025. Como resultados preliminares as documentações apontem que nas fontes do jornal O Liberal, a análise inicial das 7 fontes demonstra a importância da Companhia Paraense de Turismo – PARATUR, antigo órgão gestor do Turismo, é apontando como instituição para realizar estudos para diferentes regiões do estado com potencial turístico. As fontes não somente se ligam as questões do turismo como atividade econômica, mas visam inclusive a entrada e permanência de alunos na UFPA. Com relação as fontes do jornal Diário do Pará (10 fontes) inicialmente têm-se diferentes cenários em que o turismo surge como importante na economia da capital, mas também expressa a importância do curso de turismo em atuar nos primeiros debates científicos com relação ao fenômeno turístico na região. O papel de alunos e professores do curso de turismo sendo divulgados como importantes na organização e discussão do tema do turismo na capital. Também como resultado de análise foi interessante notar que entre os periódicos, um deles, como o Diário do Pará se mostrava mais receptivo com relação as notícias especificas sobre o turismo no estado, e em destaque para o curso de turismo.

Palavras-chave: História; Turismo; Curso de Turismo; Amazônia.

BIBLIOGRAFIA

ASSUNÇÃO, P. de. **História do Turismo no Brasil entre os séculos XVI e XX –** viagens, espaço e cultura. Barueri: Manole, 2012.

JANOTTI, M. de L. O livro 'Fontes históricas' como fonte. *In:* PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 1-15.

REJOWSKI, Mirian. **Turismo e pesquisa científica.** 5 ed. Campinas/SP: Papirus, 2002.

SANTOS, Milka; GUTIERREZ, Laís. A formação profissional em turismo no Brasil: história, perspectivas e desafios. **Revista Turismo em Análise,** São Paulo, v. 23, n. 3, p. 507-529, 2012. Disponível em: https://www.revista.usp.br/rta/article/view/777258. Acesso em: 30 jun.2025.

Turismo de experiências, emoções e memorabilidade: um estudo sobre a visita guiada no Theatro da Paz

Carlos Jesus Pereira Costa
Stefany Silva Nascimento
Jéssika Paiva França

A psicologia como subsídio para a melhoria da atuação dos profissionais da área de turismo diz respeito a compreensão de processos essenciais, de necessidades, de desejos e atitudes de decisão, sobre o que visitar, o que fazer no destino, além das emoções despertadas pelas experiências turísticas, Rossi (2002). Os conhecimentos desses processos poderão auxiliar na previsão de comportamentos dos turistas e consequentemente, na entrega de produtos, serviços mais satisfatórios. Admiração, alegria e encanto são emoções positivas estimuladas pela construção de vínculos afetivos. Estes vínculos, podem ser estabelecidos entre pessoa, ou por exemplo, de uma pessoa com um objeto ou espaço. Kleinginna e Kleinginna (1981) definem a emoção como um "conjunto complexo de interações entre fatores objetivos e subjetivos, mediado por sistemas neurais e hormonais", que pode gerar experiências afetivas (como excitação), desencadear processos cognitivos (como avaliações), provocar mudanças fisiológicas e comportamentos geralmente expressivos e adaptativos. A psicologia social, foi eleita nesta pesquisa no âmbito do turismo, por estudar a forma que as emoções influenciam as interações sociais. Segundo Marujo (2017), o turismo pode ser compreendido como parte de um fenômeno psicológico, o qual a psicologia tem como objeto de estudo desde a natureza das motivações dos turistas, até as experiências e seus comportamentos. De acordo com Panosso (2010), o capital humano ganha destaque no turismo de experiência, sendo a alicerce nas relações estabelecidas durante as viagens, revelando acolhimento,

hábitos de uma população e herança histórica e cultural. O turismo de experiência exige mediação humana e pode ser investigado com riqueza de detalhes em visitas guiadas. Neste contexto de discussões apresenta-se o Theatro da Paz na Amazônia, que há 147 anos, conecta arquitetura e emoção, despertando experiências sensoriais e afetivas. Como questão investigativa, foi elaborada a seguinte: Quais emoções os visitantes do Theatro da paz sentem ao conhecê-lo? O objetivo central foi identificar e analisar as emoções dos turistas após a visita guiada no patrimônio, considerando aspectos do turismo de experiência. A pesquisa justifica-se pela ausência de estudos acerca da psicologia do turismo em Belém do Pará. A metodologia abrangeu além de pesquisa bibliográfica e documental, a aplicação de formulário, contendo questões semiestruturadas, com perguntas abertas e fechadas, que foram respondidas por quarenta (40) turistas, após as visitações no Theatro da Paz. A observação participante foi outra estratégia utilizada, por compor o ambiente de trabalho dos pesquisadores. Proença, 2007, caracteriza a observação participante, como um acontecimento que ocorre quando o pesquisador, vivencia pessoalmente o evento de sua análise para melhor entendê-lo, o que implica na proximidade com os fenômenos analisados. Os resultados obtidos, revelam que, ótica particular dos visitantes é diretamente vinculada às emoções. Neste sentido, visitar o Theatro passa a ser mais do visitar um edifício. Resulta em uma vivência sensorial, que acionada desde audição e visão, provocando olhares atentos aos elementos neoclássicos, com influências da região amazônica, desde o piso, paredes, lustres, espelho, escadas, poltronas, acústica, pinturas, entre outros. A primeira questão: Qual emoção define sua experiência ao visitar o Theatro? Dentre as respostas, 25% dos visitantes relataram "alegria" como principal sensação, seguidos de 17,5% que se sentiram "impressionados" e 12,5% "encantados". Emoções como curiosidade, nostalgia, orgulho de pertencimento, entre outras, também foram mencionadas, mas em menor escala.

A segunda questão: Após a visita, o mais impactou o seu ponto de vista sobre o Theatro? As respostas revelaram múltiplas ideias preconcebidas sobre o espaço, que foram reelaboradas após as visitações guiadas. Os relatos, indicaram impactos afetivos e cognitivos no público. Esses resultados foram confirmados, através de observação direta e de registros fotográficos, possibilitando múltiplos viés de obtenção de informações e análises. Na esfera da observação, expressões faciais de espanto, êxtase e rostos emotivos, que choravam de felicidade, eram frequentemente testemunhados. Este estudo evidencia que a psicologia do turismo é fundamental para compreender as emoções e experiências sensoriais vivenciadas pelos visitantes durante a visita guiada ao Theatro da Paz. As emoções despertadas, como alegria e encantamento, são elementos essenciais para a construção de uma experiência memorável, reforçando o papel do turismo de experiência na promoção de vínculos afetivos entre o turista e o patrimônio cultural. As entrevistas confirmaram que, as emoções não apenas influenciam a percepção do espaço, mas também promovem mudanças cognitivas e afetivas significativas nos visitantes, ampliando sua valorização e senso de pertencimento em relação ao Theatro da Paz. Tais resultados indicam que a mediação humana, por meio de visitas guiadas, é crucial para potencializar essas experiências e enriquecer o turismo cultural. Dessa forma, integrar a psicologia social ao turismo possibilita um melhor entendimento dos processos emocionais envolvidos, contribuindo para o desenvolvimento de produtos e serviços turísticos mais satisfatórios e alinhados às expectativas dos turistas.

Palavras-chave: Psicologia social; Emoções; Turismo de experiência; Memorabilidade; Theatro da Paz.

BIBLIOGRAFIA

KLEINGINNA, P. R.; KLEINGINNA, A. M. A **categorized list of emotion definitions, with suggestions for a consensual definition.** Motivation and Emotion, 5(4), 345–379, 1981.

MARUJO, Noémi. **A psicologia do turismo na educação superior de turismo em Portugal.** Universidade de Évora/CIDEHUS, Portugal, 2017.

NETTO, Alexandre Panosso; GAETA, Cecília. **Turismo de Experiência.** SP: SENAC, 2019.

PROENÇA, Wander de Lara. **O método da observação participante: contribuições e aplicabilidade para pesquisas no campo religioso brasileiro.** REVER – Revista de Estudos da Religião, São Paulo, n. 4, p. 1–24, abr./jul. 2007.

ROSS, Glenn F. **Psicologia do turismo.** São Paulo: Contexto, 2001.

Exposição "Águas Turvas: paisagens insurgentes da Adesão de 1823" como potencial historiográfico para o turismo por meio da mediação de visitas

Ysabel Arruda da Silva
Vânia Lúcia Quadros

Em 2023, comemorou-se o bicentenário da Adesão do Pará à Independência do Brasil, um evento histórico cujo marco na sociedade paraense, e belenense, reverbera até os dias atuais. A partir disso, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), por meio de sua diretoria de museus, em homenagem ao bicentenário, planejou, montou e inaugurou no dia 15 de agosto de 2023, no Solar Barão de Guajará, a exposição de longa duração "Águas Turvas: Paisagens Insurgentes da Adesão de 1823". Nela é abordado o processo de âmbito social e político que precedeu a adesão do Pará à independência e os impactos na sociedade paraense do Século XIX. Tombada como patrimônio em 23 de maio de 1950 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) (Trindade e Moraes, 2021, p. 176) o referido Solar abriga, desde 2018, o Centro de Visitação Solar Barão de Guajará (CVSBG) (Nunes; Barros; Nascimento, 2018; Silva; Quadros, 2021; Tavares 2019), cuja equipe de mediadores é responsável pela condução da visitação turística nele e na exposição supramencionada. Nesse contexto, questiona-se "Qual a percepção dos turistas e visitantes locais em relação à exposição "Águas Turvas: Paisagens Insurgentes da Adesão de 1823"?". Tal questionamento surgiu a partir da historiografia abordada durante as mediações realizadas nessa exposição. Dessa feita, este trabalho apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa em andamento cujo objetivo é identificar a percepção dos turistas e visitantes locais em relação à exposição "Águas Turvas: Paisagens Insurgentes da Adesão de 1823". Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica,

pesquisa documental e observação participante. A primeira versou sobre turismo e museus; a segunda teve como objeto de análise dos formulários da "Pesquisa de Opinião e Demanda" aplicados aos turistas e visitantes ao final das visitas na exposição, nos meses de março, abril e maio do ano de 2025, tendo sido analisados 90 formulários; e a terceira ocorreu durante as mediações das visitas por uma das autoras deste trabalho. Para a análise dos resultados, considerou-se que o turismo, tido como uma ferramenta que ajuda a preservar, conservar e valorizar o patrimônio (Andrade, 2007), com a Museologia, se torna um importante meio de comunicação e de socialização do patrimônio e das ações expográficas. Por sua vez, as exposições museais possuem um papel significativo de informar e transmitir uma mensagem. Souza e Cal (2016, p. 91-92), consideram o museu um meio de comunicação devido "[...] seu potencial informativo e pela condição em sistematizar as formas de assimilação do conhecimento e de (re)criação de diversas memórias na atualidade.". Dessa feita, ao se analisar o teor informacional presente na exposição "Água Turvas" em relação ao recorte histórico do período de mudanças da Colônia para o Império no contexto do Grão-Pará, é perceptível como o processo de mediações juntamente com o acervo exposto se tornam importantes ferramentas para o resgate, a valorização e a divulgação da história paraense. Porém, dos 90 formulários de pesquisa de demanda e opinião analisados, apenas 10 sinalizavam a procura especifica pela exposição como principal motivação da visita ao Solar. Ficou claro que grande parte dos visitantes não possuía conhecimento, ou sabia pouco, acerca do processo político e sobre os movimentos sociais que ocorreram em 1823 na cidade de Belém, tendo sido a exposição de grande ajuda para entenderem e aprenderem sobre o tema. Os relatos da experiência informacional dos turistas de fora do Pará demonstram que muitos deles desconheciam sobre a Adesão do Pará à independência do Brasil. Tem-se que, por ser uma casa museal, o Solar Barão de

Guajará recebe uma grande quantidade de turistas nacionais e internacionais e visitantes locais, o que automaticamente enfatiza o peso da coerência informacional histórica que é repassado aos turistas. Prova disso foram as respostas contantes nos 10 formulários citados anteriormente, que avaliam como bom ou excelente tanto o "Tema de exposição" quanto a "Importância do tema". Por fim, conclui-se que a exposição "Águas Turvas: Paisagens Insurgentes da Adesão de 1823" é de suma importância para a história, a cultura e o turismo em Belém, e que a mediação das visitas desempenha papel fundamental na divulgação histórica e cultural do Pará, possibilitando a valorização e aproximação dos turistas e visitantes com os fatos da história local que contribuíram para a construção do panorama político e governamental do Brasil.

Palavras-chave: Turismo; Museus; Exposição historiográfica; Mediação de visitas; Solar Barão de Guajará.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Marcela N. de. **Turismo e Arqueologia na Amazônia:** Planejamento e Visitação de Sítios Arqueológicos na Região da Serra dos Martírios/Andorinhas. Belém, 2007, p. 1-161.

NUNES, Jonathan Rodrigues; BARROS, Evelyn Cristina Castro; NASCIMENTO, Vânia Lúcia Quadros. Turismo no Centro Histórico de Belém: a experiência no Solar Barão do Guajará. **Caderno 4 Campos**, Belém: PPGA/UFPA, n. 2, p. 3, 2018.

SILVA, Ana Cláudia da Silva e; QUADROS, Vânia Lúcia. **A prática da visitação guiada no casarão do século XIX Solar Barão do Guajará em Belém do Pará.** *In:* CONGRESSO NACIONAL PARA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL, III, 2021, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: UNIFESP, 2021. p. 23-36.

SOUZA, Lucimery Ribeiro; CAL, Danila. Museu como medium: reflexões sobre as interfaces entre comunicação e museologia. **Dispositiva**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 85–102, 2016. Disponível em:https://periodicos.pucminas.br/dispositiva/article/view/12692 . Acesso em: 5 jul. 2025.

TAVARES, Jéssica de Fátima Maia. **Turismo, Educação Patrimonial e Políticas Públicas:** perspectivas sobre o Solar Barão do Guajará, Belém (PA). 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

TRINDADE, Elna Maria Andersen; MORAES, Francianny Keyla Cabral. Solar Barão de Guajará: de residência de Domingos Antônio Raiol a Instituto Histórico Geográfico do Pará. **Casas senhoriais e seus interiores em debate: estudos luso-brasileiros,** Rio de Janeiro, 2021, p. 176-192. Disponível em:https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/pdfs/casas_senhoriais_finalizada-compactado.pdf.

Acesso em: 18 de jul. 2025.

GT3

POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO DO LAZER E TURISMO NA AMAZÔNIA

Lazer e turismo sustentável na Amazônia: a importância do Parque Estadual do Utinga como equipamento público em Belém/PA

Elivelton Hernom Fiel Capela
Hevelly Cristina Costa da Silva
Raisa Juliana dos Santos Silva
Yasmin Carolina Gillet Santa Brigida

O Parque Estadual do Utinga PEUt, unidade de conservação com aproximadamente 1.393 hectares, situada em Belém (PA), destaca-se como espaço essencial para lazer, educação ambiental e turismo sustentável. Em 2025, o parque registrou recorde de mais de 9 mil visitantes em um único dia, evidenciando sua relevância para a cidade. Mensalmente, cerca de 60 mil pessoas usufruem do espaço. Em meio ao crescimento urbano desordenado, atua como área de respiro para a população e instrumento de valorização da biodiversidade amazônica e do direito ao lazer. Apesar disso, ainda há desafios de gestão, manutenção e participação social. Assim, este artigo busca responder: de que forma o PEUt contribui para o lazer, a sustentabilidade e o direito à cidade em Belém? O objetivo do trabalho é analisar como o PEUt contribui para a conservação ambiental e promoção do turismo ecológico, evidenciando seu papel social e as políticas públicas que possibilitam seu funcionamento como espaço de lazer e sustentabilidade. Especificamente, busca-se investigar as percepções dos visitantes quanto à infraestrutura, acessibilidade e lazer; avaliar as ações de políticas públicas e a gestão participativa no parque; e refletir sobre os desafios e potencialidades do PEUt como espaço de bem comum urbano. Com base em Dumazedier (1979) e Marcellino (1990), o lazer é compreendido como direito social e fenômeno cultural, associado ao bem-estar e cidadania. Sarges (2002) e Silva (2016) destacam os parques urbanos de Belém como espaços

de qualidade de vida e reconexão com a natureza. Menezes e Lima (2019) ressaltam a função do PEUt no cotidiano amazônico como local de tranquilidade e lazer. No campo das políticas públicas, Bruhns (2006) enfatiza a importância da gestão participativa. A atuação do Ideflor-Bio e projetos como o AgroVárzea reforçam a integração entre turismo, preservação e inclusão social. Cavalcanti (1999) destaca o ecoturismo como ferramenta de valorização ambiental, presente nas trilhas, ciclismo e observação da fauna no PEUt. Assim, autores dialogam ao reconhecer a importância de políticas intersetoriais para o uso sustentável do PEUt, com base em lazer, turismo e conservação. O funcionamento do PEUt evidencia a necessidade de políticas públicas intersetoriais. A gestão do Ideflor-Bio e ações como o Projeto AgroVárzea demonstram o potencial de iniciativas que integram turismo, educação ambiental e capacitação comunitária. No entanto, desafios persistem, como a baixa visibilidade do parque e a necessidade de ampliar a participação social. Modelos de gestão público-comunitária podem fortalecer a corresponsabilidade e o uso sustentável do espaço. A pesquisa é qualitativa, com análise de conteúdo segundo Bardin (2016), baseada em 30 relatos de visitantes do TripAdvisor, coletados entre 7 e 10 de julho de 2025. Optou-se por essa técnica por permitir identificar percepções subjetivas e recorrências temáticas, essenciais à compreensão da experiência dos usuários. A seleção considerou diversidade regional, temporalidade e saturação temática. As categorias analisadas incluíram infraestrutura, acessibilidade, atividades, natureza, segurança, gestão e críticas. A revisão bibliográfica complementou os dados empíricos. A maioria dos visitantes destaca positivamente o contato com a natureza (28 relatos), a fauna (24), a diversidade de atividades (27) e a boa infraestrutura (22). A gratuidade é valorizada em 19 comentários. Críticas surgiram em relação ao horário de funcionamento e restrições de uso de bicicletas. Essas percepções dialogam com autores como Silva (2016), que aponta a importância de espaços

verdes na apropriação urbana, e Cavalcanti (1999), que destaca o potencial do ecoturismo como ferramenta de inclusão. O parque é reconhecido como espaço democrático e de bem-estar urbano. O PEUt é referência em lazer sustentável e turismo ecológico, reforçando o direito à cidade e à natureza. Apesar de seu potencial, a efetivação como política pública exige maior participação social e políticas inclusivas. Como continuidade, recomenda-se aprofundar a análise com gestores e comunidades do entorno para pensar novos caminhos de corresponsabilidade na gestão do espaço.

Palavras-chave: Lazer urbano; Turismo sustentável; Políticas públicas; Amazônia; Parque Estadual do Utinga.

BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA PARÁ. **Parque Estadual do Utinga bate novo recorde de público com mais de 9 mil visitantes em um único dia.** Disponível em: https://www.agenciapara.com.br/noticia/65823/parque-estadual-do-utinga-bate-novo-recorde-de-publico-com-mais-de-9-mil-visitantes-em-um-unico-dia. Acesso em: 11 jul. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BOTELHO, E. S.; RAIMUNDO, S. Aporte teórico-conceitual sobre as parcerias público-comunitárias para o lazer e o turismo em áreas protegidas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 25-46, 2023.

BRUHNS, Heloisa T. Políticas públicas de lazer no Brasil: trajetória e desafios. In: MARCELLINO, Nelson C. (Org.). **Lazer e políticas públicas**. Campinas: Autores Associados, 2006.

CAVALCANTI, Lídia. **Turismo e meio ambiente:** uma abordagem geográfica. Campinas: Papirus, 1999.

DUMAZEDIER, Joffre. **Elogio ao lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

HENDERSON, B. L. R. et al. Valoração ambiental do Parque Estadual do Utinga na Região Metropolitana de Belém-PA. **Enciclopédia Biosfera**, v. 10, n. 18, p. 3461-3472, 2014.

IDEFLOR-BIO. **Levantamento nacional aponta Parque Estadual do Utinga entre os dez mais visitados do Brasil**. Disponível em: https://ideflorbio.pa.gov.br/levantamento-nacional-aponta-parque-estadual-do-utinga-entre-os-dez-mais-visitado-do-brasil/. Acesso em: 11 jul. 2025.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e sociedade**. Campinas: Autores

Associados, 1990.

MENEZES, R. T.; LIMA, A. A. Uso público no PEUt. **Revista Geográfica da Amazônia**, v. 13, n. 1, 2019.

PARQUE ESTADUAL DO UTINGA. Site oficial. Disponível em: https://parquedoutinga.com.br/. Acesso em: 11 jul. 2025.

SANTOS, Y. A. et al. Políticas públicas para o desenvolvimento do turismo em unidades de conservação da Região Metropolitana de Belém - Pará: o caso do Projeto AgroVárzea. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 7, p. 67486-67503, 2021.

SARGES, M. N. Belém: **Roteiro histórico e afetivo**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

TRIPADVISOR. **Parque Estadual do Utinga –** Avaliações de visitantes. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303404-d4059530-Reviews-Parque_Estadual_do_Utinga-Belem_State_of_Para.html. Acesso em: 11 jul. 2025.

VALLEJO, L. R. Unidades de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. **Revista Geografia em Questão**, Universidade Federal Fluminense, 2010.

Lazer e humanização nas praças periféricas do Distrito Administrativo do Guamá em Belém do Pará

Kewyn Shayd Ferreira Nunes
Jéssika Paiva França
Jonathan Rodrigues Nunes

O estudo analisa as práticas de lazer nas praças públicas de bairros periféricos do Distrito Administrativo do Guamá (D'AGUA), em Belém do Pará, refletindo sobre a importância do direito ao lazer como componente essencial da cidadania e da inclusão social. O interesse investigativo surgiu da necessidade de compreender e discutir o lazer das classes populares no espaço urbano, considerando a carência histórica de intervenções públicas em equipamentos específicos de lazer, a exemplo das praças, que emergem como lugares privilegiados de convivência, resistência cultural e expressão identitária, sendo essenciais para a qualidade de vida dos moradores. Para França, 2018, falar de lazer em bairros periféricos é dialogar com a história das lutas trabalhistas, retomando discussões importantes sobre reivindicações por mais tempo livre e direito ao lazer. A prática do lazer, além do simples prazer, pode promover interação social e a coesão comunitária, fortalecendo os laços entre moradores de diferentes bairros. Requixa (1980, p. 35) define o lazer como "Ocupação não obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive, e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento". No entanto, esta definição ressalta a natureza voluntária do lazer, e que nem sempre os moradores de bairros da periferia têm acesso à atividade de qualidade ou em quantidade suficiente. A metodologia adotou uma abordagem qualitativa e quantitativa (Minayo, 2001), com levantamento bibliográfico, observação direta, registros fotográficos, georreferenciamento e entrevistas semiestruturadas com moradores. Foram analisadas seis

praças, uma em cada bairro do D'AGUA: Canudos, Cremação, Guamá, Jurunas, Condor e Terra Firme. A coleta de dados foi iniciada no ano de 2023 e finalizada no mês de julho de 2025. Em cada bairro, foi selecionada uma praça pública com base na visibilidade, frequência de uso e apropriação comunitária, conforme a perspectiva de Magnani (1998), que valoriza os espaços urbanos de convivência e interação cotidiana. Para complementação, foram utilizadas técnicas de observação direta, registros fotográficos e georreferenciamento. A análise dos resultados seguiu uma abordagem indutiva, conforme orientam Bogdan e Biklen (1994), permitindo a emergência de categorias a partir do material empírico. Belém do Pará, é marcada por uma complexa estrutura urbana composta por dez Distritos Administrativos. Esses distritos refletem desigualdades socioespaciais significativas, influenciadas por processos históricos de ocupação, políticas urbanas seletivas e dinâmicas de exclusão social (Cardoso; Miranda, 2019). Entre os anos de 2023 e 2025, foram entrevistadas 20 (vinte) pessoas, nas 06 (seis) praças localizadas no D'AGUA: Praça do Triângulo; Praça Dalcidio Jurandir; Praça Princesa Isabel; Praça Cleide Moraes; Praça São Domingos de Gusmão e Praça Benedito Monteiro. A questão investigativa girou em torno da importância da praça para o lazer e a melhoria na convivência, dos moradores locais. Além das entrevistas, a pesquisa utilizou a observação direta e os registros fotográficos para identificar e analisar os tipos e formas de uso. De acordo com a resposta do **entrevistado A**, (Praça da Condor): *"Eu faço capoeira toda semana lá, então sem ela, deixaria de praticar esportes e a própria cultura. É sempre bom um espaço de ar livre e de acesso gratuito"*, fica claro o papel social das praças na cidade, especialmente nos bairros periféricos, em decorrência da escassez de espaços e programações de lazer. Em muitos bairros afastados dos centros urbanos, a praça é, por vezes, o único equipamento público acessível à população, funcionando como um verdadeiro ponto de encontro e convivência comunitária. Além do aspecto recreativo,

a praça periférica tem um papel fundamental na construção da identidade local, pois fortalece os laços de pertencimento, incentiva o cuidado com o espaço público e pode até servir para manifestações culturais, importantes. Sobre a contribuição das praças periféricas para a cidadania, de acordo com o **entrevistado B** (Praça Dalcidio Jurandir) que considera a praça periférica como: *"É o único meio de reafirmar e reconhecer o direito de lazer a todos"*. A relação entre cidadania e lazer é profunda e prática, pois o lazer é muito mais do que descanso. É uma ferramenta poderosa para exercer direitos e deveres, estimular a inclusão social, a participação ativa das comunidades e fortalecer a cidadania plena. Com base no exposto, considera-se que, o lazer nas periferias quando analisado sob uma perspectiva crítica, remete ao papel do Estado enquanto principal ente representativo para pensa e dinamizar o lazer no âmbito urbano, considerando o poder humanizador das praças periféricas para a sociabilidade na cidade. Neste aspecto, o papel do Estado precisa ser questionado pela sociedade, de modo a impulsionar ações de real impacto na construção de uma cidade verdadeiramente justa e humanizadora (Marcellino, 1983), que atenda de fato as necessidades de seus habitantes, independente de classe social ou localização geográfica.

Palavras-chave: Experiência; Lazer; Periferia; Cidade Espaço público.

BIBLIOGRAFIA

BOGDAN, R; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

CARDOSO, A. C. D; MIRANDA, T. B. Invisibilidade social e produção do espaço subordinado em Belém (PA). **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 41, p. 85-107, 2018. Disponível em: https://revistas.usp.br/paam/article/view/141265. Acesso em: 22 abr. 2025.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular.** São Paulo: Perspectiva, 1999.

FRANÇA, Jéssika Paiva. **Espaços Públicos de lazer e cidade:** desdobramentos em Belém, o caso Orla Portal da Amazônia. 2017. Tese (doutorado em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo) – IAU/USP, 2017. doi:10.11606/T.102.2018.tde-17042018-152235. Acesso em: 2025-07-11.

FRANÇA, J. P; BAHIA, M. C. Espaços públicos, lazer e cidade: conformação de praças públicas em Belém-Pará. **Nova Revista Amazônica**, Belém, v. 7, n. 2, p. 183-201, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/7513. Acesso em: 22 abr. 2025.

MARCELLINO, N. Carvalho. **Lazer e Humanização.** SP: Papirus, 1983.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

REQUIXA, Renato. **O lazer no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

Lazer e políticas públicas em territórios periféricos: usos e significados da Praça Olavo Bilac na Terra Firme, Belém/PA

Adilio Mende Calandrini de Castilho
Izaura Maria Campos de Souza
Larissa Souza da Rocha
Léia Formigosa Balieiro

A Constituição Federal de 1988 assegura o lazer como um dos direitos sociais fundamentais. Em Belém (PA), no entanto, a realidade dos territórios periféricos como o bairro da Terra Firme revela o descaso com esse direito. A ausência de equipamentos de lazer adequados e políticas públicas efetivas afeta diretamente a qualidade de vida da população, sobretudo em áreas marginalizadas, onde o espaço público muitas vezes é degradado ou abandonado. Diante da precariedade urbana, de que forma a Praça Olavo Bilac, localizada no bairro da Terra Firme, é ocupada pelos moradores como espaço de lazer e convivência? Sendo assim, o objetivo central é investigar como a Praça Olavo Bilac, situada no bairro da Terra Firme, é utilizada como espaço de lazer e socialização pelos moradores locais, em meio às limitações impostas pela ausência de políticas públicas de lazer. A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como a população periférica de Belém ressignifica os espaços públicos abandonados pelo poder público. Analisar a ocupação da Praça Olavo Bilac possibilita revelar as contradições e potências que envolvem o uso do lazer nas periferias, contribuindo para a construção de propostas mais inclusivas de políticas públicas urbanas. A pesquisa fundamenta-se em autores que compreendem o lazer como prática social, direito e meio de construção de cidadania. França (2020) discute o lazer como espaço de disputa e afirmação de direitos. Marcellino (2008) trata o lazer como parte da cultura, com valor educativo e transformador. Segundo Santos (2022), o lazer nos bairros periféricos de Belém está vinculado às lutas por dignidade

e pela valorização de territórios historicamente negligenciados. O conceito de políticas públicas também é relevante para o estudo, considerando sua definição como ações do Estado orientadas à resolução de demandas sociais, especialmente aquelas relacionadas à inclusão e justiça social. A pesquisa é de caráter qualitativo, com uso de questionários aplicados a moradores e frequentadores da Praça Olavo Bilac. As informações obtidas permitiram compreender a forma de uso do espaço, suas limitações e potencialidades. O estudo também se baseia em revisão bibliográfica de autores que discutem lazer, território e políticas públicas. A praça é reconhecida pela comunidade como espaço tradicional de lazer, especialmente durante o mês de agosto, quando ocorre a festividade de São Domingos de Gusmão. Nesse período, observa-se uma maior sensação de segurança, aumento de visitantes, inclusive de outros bairros, e maior circulação de pessoas para atividades culturais, religiosas e comerciais. No entanto, durante o restante do ano, a praça é marcada pela insegurança, comércio informal e uso associado a práticas ilícitas. Isso demonstra a ausência de políticas públicas contínuas e a dificuldade de apropriação permanente do espaço. Apesar das adversidades, a comunidade ressignifica o lugar como território afetivo e cultural. A apropriação da Praça Olavo Bilac revela os contrastes entre abandono estatal e resistência comunitária. Mesmo diante da negligência, os moradores transformam o espaço em ambiente de encontro, lazer e cultura. A pesquisa reforça a importância de políticas públicas que reconheçam e fortaleçam esses usos legítimos do espaço público, promovendo segurança, infraestrutura e participação popular. O estudo indica a necessidade de que a gestão urbana valorize os territórios periféricos como parte essencial da cidade, garantindo o direito ao lazer para todos.

Palavras-chave: Lazer; Políticas Públicas; Território; Praças; Belém.

BIBLIOGRAFIA

BIRKLAND, T.A. **An introduction to the policy process:** theories, concepts, and models of public making. 2, ed. Armonk, Nova York: M.E. Sharpe, 2005.

FRANÇA, Jéssika Paiva. Espaço público de lazer e turismo na cidade contemporânea: Belém-PA (Paper 465). **Papers do NAEA**, v. 1, n. 1, 2020.

RODRIGUES, Caroline Araújo; PONTES, Altem Nascimento. Mensuração do nível de satisfação de usuários de parques urbanos de Belém do Pará. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 7, n. 1, p. 91-107, 2020.

Parque da Cidade, Belém (PA): espaço para lazer ou atrativo turístico?

Rosalia Mescouto Cardoso
Vânia Lúcia Quadros

O Parque da Cidade de Belém, idealizado pelo Governo do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Cultura (SECULT) e com aporte financeiro da Vale, é um projeto urbanístico criado para proporcionar espaços de lazer e práticas esportivas, articulado à questão da sustentabilidade na Região Metropolitana de Belém (RMB). O espaço foi inaugurado em 27 de junho de 2025, com 88% de suas obras concluídas, e, desde então, tem atraído tanto moradores de Belém e da RMB quanto turistas. Entretanto, por se tratar de uma obra de infraestrutura e ser o principal espaço físico para a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30), que será realizada em novembro de 2025, na capital paraense, vem sendo tema de debates sobre seu legado para a cidade. Nesse contexto, a questão que incitou esta pesquisa é: como estão a gestão e as atividades desenvolvidas no Parque da Cidade, Belém (PA)? O objetivo deste trabalho é caracterizar a gestão e as atividades desenvolvidas no Parque da Cidade, Belém (PA). A pesquisa efetivada caracteriza-se, de acordo com Farias Filho e Arruda Filho (2013), como exploratória e descritiva, de abordagem quanti-qualitativa, tendo sido realizada pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A primeira versou sobre turismo e lazer; a segunda foi feita nos meios de comunicação (*internet*, jornais on *line*) e nas redes sociais, notadamente o Instaram, dos órgãos governamentais responsáveis pelo Parque. Quanto à pesquisa de campo, esta foi realizada nos dias 10, 12 e 14 de julho de 2025, sendo cada dia em um turno diferente (manhã, tarde e noite), contando com observação direta e registro fotográfico; e de aplicação de formulário composto de

10 perguntas, sendo oito fechadas e duas abertas, totalizando 36 ouvidos. A título de referencial teórico utilizou-se os postulados de Marcellino (1996), que aborda a democratização do lazer em espaços urbanos, garantindo acesso a locais de recreação e atividades de lazer; Panosso Netto (2010), que afirma que o setor turismo é um dos maiores do mundo, quando se trata de economia e impacto social; e de Sousa, Carvalho e Bahia (2016), que argumentam que o acesso das pessoas nos locais de interesse turístico, sem nenhum controle da demanda, pode gerar impactos negativos para a gestão e o planejamento desses locais. Consoante a Marcellino (1996), o lazer é um direito social e de democratização nos espaços urbanos e a busca pelo lazer nesses espaços acaba tornando-os frequentemente visitados. Sobre o lazer como motivo de deslocamento, Panosso Netto (2010), defende que o lazer possibilita um grande impacto econômico e social, refletindo no planejamento de uma região. Os resultados encontrados apontam que, a partir da observação direta, o Parque da Cidade tem uma estrutura que congrega áreas de lazer, esporte e cultura. Abrigará, ainda, um centro gastronômico e outros espaços que, inicialmente, serão reservados para a COP 30. Nas áreas de lazer e esportes, há várias quadras esportivas, áreas infantis com playground, fontes de águas e espaços para práticas de atividades recreativas. Nas áreas de convivência, há quiosques e esplanadas que foram colocadas para melhor aproveitar o Parque. Nos espaços de circulação, há ciclovias, trilhas e alamedas. Estas fazem parte da estrutura que já foi inaugurada, possibilitando mais espaços para o lazer e para visitação de moradores locais e turistas. Estrategicamente posicionados, há lixeiras, dois banheiros, dois vestiários e pontos de água. No entanto, há carência de espaços cobertos que possam servir como abrigo do sol e da chuva. O que existe são árvores que ainda estão em fase de crescimento e apenas uma arena coberta. A gestão do Parque é compartilhada entre Secretaria de Estado de Cultura (SECULT), responsável pela grande parte administrativa e

de funcionamento; a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SEEL), a quem compete a organização das áreas de esporte e lazer; e a Secretaria de Estado de Comunicação (SECOM), responsável pelas estratégias de comunicação social e por encaminhá-las aos demais órgãos governamentais. Constatou-se que o Parque é mais visitado à noite, o que pode acontecer em função da temperatura estar mais amena e de ser após o horário de trabalho das pessoas. Quanto aos 36 formulários aplicados, de modo geral e sem distinção de turno do dia, os resultados encontrados apontam que dos 36 ouvidos, 29 são moradores da própria Belém, 05 são de Ananindeua (PA), 01 de Castanhal (PA) e 01 de Rio Branco (AC); 17 são do sexo feminino e 19 do sexo masculino; a faixa etária está compreendida entre 21 e 50 anos. Quanto à questão da estrutura do Parque da Cidade, 20 ouvidos disseram que está bom e 16 excelente. O principal motivo das visitas é a busca pelo lazer. Conclui-se que o Parque da Cidade tem atraído um quantitativo expressivo de pessoas, neste julho de 2025, sendo a maioria oriunda da própria capital paraense, o que ocorre em função de ser uma novidade em Belém e dadas as diversas possibilidades de lazer, notadamente a colônia de férias promovida pelo Governo do Estado. Assim sendo, neste primeiro momento, o Parque da Cidade caracteriza-se como um espaço de lazer para a população local. Porém, pode vir a se tornar um atrativo turístico, notadamente como desdobramento da COP30. Há que se ressalta que as obras do Parque ainda precisam ser concluídas e carecem equacionar questões como os alagamentos que acontecem em determinadas áreas por ocasião de chuvas mais fortes e por tempo mais prolongado; a instalação de coberturas para possibilitar abrigo do sol e da chuva; instalação de sinalização em outros idiomas, principalmente inglês e espanhol, a se considerar que é será um dos principais espaços da COP30. É importante apontar a necessidade de continuação da pesquisa para averiguar, por exemplo, a percepção dos ouvidos em cada um dos turnos (manhã, tarde e noite), bem como durante a semana e nos

fins de semana. E, também, para abordar a questão dos recursos financeiros e as fontes de financiamento da construção do Parque.

Palavra-Chave: Turismo; Lazer; Parque da Cidade; COP30; Belém (PA).

BIBLIOGRAFIA

FARIAS FILHO, M. C; ARRUDA FILHO, E. J. M. **Planejamento da Pesquisa Científica.** São Paulo: Atlas, 2013.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer:** uma introdução. SP: Autores associados, 1996.

PANOSSO NETTO, A. **O que é turismo.** São Paulo: Brasiliense, 2010.

SOUSA, J. F. M. de.; CARVALHO, K. M. de; BAHIA, M. C. Planejamento, gestão e uso público do Museu Parque Seringal em Ananindeua-Pará. In: Figueiredo, S. L.; Bahia, M. C. (Org.). **Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer.** Belém: NAEA, 2016, p. 107-126.

Políticas públicas e turismo: cenário atual da gestão e da política pública de turismo em Viseu (PA)

Alinne Esteffany Brito Costa
Geilson Costa da Silva
Vânia Lúcia Quadros

As políticas públicas são essenciais para nortear a atuação da gestão pública na promoção do desenvolvimento de um país, estado ou município. Assim, este trabalho sintetiza os resultados de uma pesquisa sobre a gestão, as políticas públicas de turismo e a participação em municípios paraenses. Partiu-se do questionamento sobre qual o atual cenário da gestão e da política pública de turismo no município de Viseu (PA)? Objetivou-se caracterizar o atual cenário da gestão e da política pública de turismo no município de Viseu (PA). Como suporte teórico, foi utilizado os postulados de Silva e Bassi (2012), para quem o papel do Estado é tornar mais equivalente as oportunidades a fim de amadurecer a soberania e o processo de desenvolvimento social, gerando igualdade e garantindo o bem público. O Estado é fixo e se estrutura por meio dos governos, que são transitórios. E os governos são responsáveis por administrar e gerir a coisa pública e, portanto, "[...] estabelece o poder soberano do Estado (Silva; Bassi, 2012, p. 16). Ainda segundo tais autores, as políticas públicas são os meios pelos quais o Estado intervém na sociedade e isso só é possível porque essas ações são conferidas a esse agente, cabendo a ele agir estrategicamente por meio das políticas públicas. Por sua vez, Souza (2006) discute que não há uma definição exata do que de fato são as políticas públicas. Contudo, ela argumenta que o governo é um dos agentes importantes para a formulação e implantação das políticas públicas, emergidas a partir da identificação de problemas ou necessidades, se não de toda, mas ao menos da maior parte da sociedade, e que necessitam ser usadas

como ferramenta diretiva para suas ações, devendo ser materializadas em planos, programas ou projetos. A se considerar que os governos são transitórios, a formulação e a implementação de políticas públicas não são de responsabilidade unicamente da gestão pública, mas requerem a participação de outros atores, de modo que elas tenham continuidade, mesmo que haja mudança de governo em função dos resultados das Eleições municipais. Para o alcance do objetivo proposto, foi realizada pesquisa caracterizada, segundo Farias Filhos e Arruda Filho (2013), como exploratória, descritiva, de abordagem qualitativa. O percurso metodológico cumprido congregou pesquisa bibliográfica, sobre estado, gestão pública políticas públicas e participação; pesquisa documental, com levantamento de dados nas plataformas digitais oficiais dos órgãos municipais e do Ministério do Turismo. Os resultados encontrados apontam que o município de Viseu está localizado a 320 km da capital paraense, pertence à região Nordeste do Estado (Brasil, 2023) e, consoante a Brasil (2025), integra a região turística paraense Amazônia Atlântica Caeté, categorizado como município com oferta turística complementar. É conhecido por atrativos naturais como Taperebateua e a Serra do Piriá, praias, grutas, lugares místicos e paisagens paradisíacas; possuindo como principais atividades a pesca, o extrativo e a agricultura familiar. Busca desenvolver o turismo alternativa para a promoção do desenvolvimento local. Em se tratando da gestão pública, o órgão gestor do turismo é a Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, criada pela lei municipal nº 576/2023 (Viseu, 2023), tendo como órgão de assessoramento o Conselho Municipal de Turismo. Todavia, até o presente momento, não foram encontradas informações sobre tal conselho, embora ele seja um dos requisitos para a inclusão do município no Mapa do Turismo Brasileiro. Com relação à política pública de turismo, não foi identificada a existência de um plano municipal de turismo. Contudo, observou-se que no Plano Plurianual (PPA) de Viseu para o quadriênio 2022 a 2025

(Viseu, 2021) há destinação de recursos para incentivo ao turismo, quais sejam: 1) para a criação de área de lazer: R$59.535,00; 2) para manutenção de praças, jardins e espaços públicos: R$59.535,00; 3) para apoio às manifestações culturais, artísticas, religiosa e cívicas: R$138.915,00; e para 4) manutenção da Secretaria Municipal de Turismo e Desporto: R$218.295,00. Embora o PPA destine verbas de incentivos à atividade turística, esses recursos são voltados para pequenas ações como a construção de espaços públicos de lazer e apoio a manifestações culturais. A recente entrada de Viseu no Mapa do Turismo Brasileiro possibilita o melhor aproveitamento dos atrativos e dos equipamentos e serviços turísticos de maneira regionalizada. Todavia, considerando que os municípios que participam do Mapa devem possuir identidade sociocultural própria, de maneira que possam receber fluxo turístico para dela usufruir. Convém ressaltar que, conforme Silva e Bassi (2012), a implementação de políticas públicas deve contar com a participação coletiva dos atores direta e indiretamente envolvidos com a atividade turística (setor público, iniciativa privada, sociedade civil organizada e comunidade em geral), cujos representantes devem compor o Conselho Municipal de Turismo. Conclui-se que a gestão do turismo em Viseu é realizada por uma secretaria municipal, assessorada pelo Conselho Municipal de Turismo, não tendo sido identificada a existência de um plano municipal de turismo, embora haja destinação de recursos para o turismo no PPA do município. E que Viseu está caminhando para a consolidação da atividade turística, conforme comprova a entrada no Mapa do Turismo. Contudo, é necessária maior participação e inclusão dos grupos de interesse, notadamente no que se refere à política pública de turismo que carece ser materializada em um plano municipal de turismo para sua melhor implementação e, por conseguinte, promoção do desenvolvimento local. Destaca-se que é importante continuar com a pesquisa para elucidar questões em aberto, como por exemplo sobre a institucionalização e o

funcionamento o Conselho Municipal de Turismo.

Palavras-chave: Gestão pública; Políticas Públicas; Turismo; Viseu (PA).

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro 2025**. Disponível em: https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home. Acesso em: 18 jul. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2023. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/viseu/panorama. Acesso em: 10 jul. 2025.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; ARRUDA FILHO, Emílio J. M. **Planejamento da Pesquisa Científica.** São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA, Christian Luiz da; BASSI, Nadia Solange Schimdt. Políticas públicas e desenvolvimento local. In: SILVA, Cristian Luiz da (org.) **Políticas públicas e desenvolvimento local:** instrumentos e proposições de análise para o Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez, 2006, p. 20-45.

VISEU. Prefeitura Municipal de Viseu. **Portal da Transparência**. 2025. Disponível em: https://www.viseu.pa.gov.br/portal-da-transparencia/. Acesso em: 10 de jul. 2025.

VISEU. Prefeitura Municipal de Viseu. **Lei nº 549/2021, de 21 de outubro de 2021.** Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Viseu para o período 2022 a 2025. Disponível em: https://www.viseu.pa.gov.br/wp-content/uploads/LEI-No-549-2021-PPA-VISEU-2022-A-2025.pdf. Acesso em: 20 jul. 2025.

VISEU. Prefeitura Municipal de Viseu. **Lei nº 576/2023, de 13 de jun. de 2023.** Dispõe sobre a reestruturação organizacional das secretarias e órgãos

da administração direta do Município de Viseu/PA, cria as Secretarias Municipais da Mulher, da Juventude, de Obras e Urbanismo, de Transporte e Infraestrutura, de Desporto e Lazer, de Desenvolvimento Econômico e Turismo e dá outras providências. Câmara Municipal, Viseu, PA, 2023. Disponível em: https://camaraviseu.pa.gov.br/arquivos/403/LEI%20MUNICIPAL_576_2023_0000001.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

Políticas públicas e cultura popular em Belém (PA): os arrastões do Arraial do Pavulagem como prática do lazer e memória

Jamille Nogueira Martins
Kayo Vinícius Teixeira Barreto
Edgard Santos dos Santos
Vinicius Silva Costa dos Reis

Belém, capital do Pará, é reconhecida por sua intensa produção cultural popular, que expressa a identidade amazônica em festas, danças e cortejos de rua. Entre essas manifestações destaca-se o Arraial do Pavulagem, criado em 1987 por artistas e brincantes com o objetivo de valorizar tradições como o boi-bumbá e os festejos juninos. Os Arrastões do Pavulagem percorrem o centro histórico de Belém aos domingos de junho, reunindo milhares de pessoas que cantam, dançam e brincam juntas, ressignificando o espaço urbano e fortalecendo vínculos comunitários. Este trabalho tem como objetivo analisar como os Arrastões do Arraial do Pavulagem configuram-se como prática de lazer, memória coletiva e ocupação simbólica do espaço público, considerando o papel das políticas públicas culturais para sua existência. A fundamentação teórica ampara-se em Marcellino (2008), que destaca o lazer como dimensão da cidadania, em Halbwachs (2006), que define a memória coletiva como construção social viva, e em Costa (2011), para quem "a cultura popular é, sobretudo, uma forma de resistência simbólica, na medida em que constrói identidades e sentidos de pertencimento" (Costa, 2011, p. 27). A metodologia adota abordagem qualitativa de caráter bibliográfico e documental, com recorte temporal de 2016 a 2024, período em que se observa a consolidação do evento como política cultural estruturada. Foram analisados o Plano Estadual de Cultura do Pará (2016-2026), editais de fomento cultural da SECULT-

PA, relatórios de gestão cultural disponibilizados pela Secretaria de Estado de Cultura, além de registros audiovisuais e depoimentos de brincantes coletados em entrevistas de campo. Segundo o Plano Estadual, "a SECULT atua na promoção, proteção e valorização do patrimônio cultural, articulando ações com os municípios e a sociedade civil para garantir o acesso democrático à cultura" (PARÁ, 2016, p. 21). No contexto das políticas públicas, Rubim (2007) ressalta que "as políticas públicas de cultura são instrumentos essenciais para democratizar o acesso aos bens culturais, viabilizando a produção, a circulação e o consumo de manifestações simbólicas" (Rubim, 2007, p. 32). Essa perspectiva evidencia como o Arraial do Pavulagem se insere em uma dinâmica de resistência cultural e lazer participativo, consolidando-se como patrimônio imaterial de Belém. Para Halbwachs (2006), "a memória coletiva se constitui no seio da sociedade, sendo constantemente reconstruída em função do presente" (Halbwachs, 2006, p. 55). Nos Arrastões, essa reconstrução é vivenciada nos cantos, danças e narrativas que fortalecem o sentido de pertencimento. Portanto, observa-se que o Arraial do Pavulagem representa mais que entretenimento: é prática de lazer socialmente organizada, capaz de articular tradição, memória e cidadania. A ressignificação do centro histórico, a ocupação das ruas e praças e a intensa participação popular evidenciam como o lazer se torna forma de resistência cultural e afirmação identitária. Reafirma-se, assim, o direito ao lazer e à cultura como política pública essencial para a vida na cidade, garantindo espaços de convivência, expressão simbólica e memória viva da Amazônia.

Palavras-chave: Cultura popular; Lazer; Memória coletiva; Políticas públicas; Arraial do Pavulagem.

BIBLIOGRAFIA

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos:** conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

COSTA, Cristina. **Cultura e cultura popular.** São Paulo: Moderna, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Sociedade.** 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

PARÁ. Secretaria de Estado de Cultura. **Plano Estadual de Cultura do Pará 2016–2026.** Belém: SECULT, 2016.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil:** dos anos 1930 ao século XXI. Salvador: EDUFBA, 2007.

Turismo, lazer e direito à cidade: experiências no Boulevard da Gastronomia em Belém do Pará

Emily Tais dos Santos Lemos
Isabela do Socorro Azevedo
Jessiane Sousa do Espirito Santo
Vanessa Santos de Castro

O Boulevard Paulo Martins da Gastronomia, inaugurado em 2023, insere-se como importante intervenção urbanística no centro histórico de Belém, articulando ações de requalificação urbana com estratégias de valorização cultural e fomento ao turismo. Com investimento público superior a R$5 milhões, o projeto revitalizou a Avenida Castilho França com recuperação de casarões, implantação de ciclofaixas, praças e áreas de convivência, ressignificando a paisagem e o uso do espaço urbano como vetor de desenvolvimento local. A proposta, coordenada pelo arquiteto Raul Ventura em parceria com empresários locais, tem como objetivo consolidar o espaço como polo de turismo gastronômico e criativo, alinhado ao título de Belém como Cidade Criativa da Gastronomia pela UNESCO. Para além da infraestrutura, o Boulevard tem se configurado como plataforma de expressão artística e cultural, abrigando eventos como rodas de lambada, carimbó, guitarrada e festivais como o das Tacacazeiras, os quais contribuem para a afirmação identitária, valorização das heranças culturais amazônicas e promoção do lazer como direito social. A análise do Boulevard como espaço de lazer se ancora na concepção de lazer como fenômeno cultural e prática social. Para Marcelino (2008), o lazer carrega valores educativos, simbólicos e transformadores, sendo fundamental na constituição das subjetividades e do pertencimento territorial. Complementarmente, Dumazedier (1973) compreende o lazer como o conjunto de ocupações livres voltadas ao descanso, entretenimento, participação

voluntária e desenvolvimento pessoal, o que reforça sua dimensão política e emancipatória quando presente no cotidiano urbano. Nessa perspectiva, o lazer também pode ser interpretado como uma dimensão da cultura, construída por meio da vivência lúdica em espaços conquistados pela coletividade. Para Gomes (2004), tais práticas estabelecem uma relação dialética com as obrigações sociais, especialmente com o trabalho, funcionando como campo de liberdade, resistência e construção de sentidos. Ainda segundo Panosso Netto (2013), o turismo contemporâneo é uma das expressões mais características do lazer urbano, manifestando-se como fuga da rotina e do estresse cotidiano, mas também como forma de aproximação com o outro, com o território e suas manifestações culturais. Dessa forma, o Boulevard da Gastronomia se configura como espaço multifuncional e simbólico, articulando lazer, cultura e turismo em um cenário de disputas e possibilidades, onde a apropriação coletiva e o reconhecimento das práticas populares reafirmam o direito à cidade e ao bem viver. A criação do Boulevard da Gastronomia representa uma proposta relevante de valorização cultural e requalificação urbana em Belém (PA). No entanto, observa-se que fatores como a localização, o perfil comercial e a ausência de estratégias inclusivas podem limitar o acesso de populações de baixa renda, reforçando desigualdades já existentes. O espaço, embora público, apresenta barreiras simbólicas e econômicas que desafiam sua função como equipamento acessível e democrático. Torna-se essencial analisar como diferentes grupos se apropriam (ou não) do local, especialmente à luz do direito ao lazer e à cidade. A pesquisa de campo revelou que, embora o Boulevard da Gastronomia seja um espaço público voltado à cultura e ao lazer, os valores elevados praticados no local dificultam sua apropriação por pessoas de menor renda. Essa realidade evidencia uma barreira econômica que compromete tanto a inclusão social quanto a democratização cultural, em um espaço que, por definição, deveria ser acessível a todos os públicos. Diante da questão central

sobre como o Boulevard da Gastronomia contribui para o acesso democrático ao lazer e à cultura em Belém, conclui-se que, apesar do potencial simbólico e urbano do espaço, ainda há desafios quanto à apropriação plena por diferentes grupos sociais. A presença de barreiras econômicas e a ausência de estratégias inclusivas limitam sua função como espaço verdadeiramente público. Nesse sentido, propõem-se ações como a ampliação de eventos culturais gratuitos, políticas públicas que incentivem a economia criativa local e o fortalecimento da participação comunitária na gestão do espaço. Tais medidas podem contribuir para consolidar o Boulevard como um equipamento urbano de fato acessível, plural e alinhado aos princípios do direito à cidade.

Palavras-chave: Turismo cultural; Lazer urbano; Espaço público; Identidade cultural; Belém do Pará.

BIBLIOGRAFIA

COSTA, G. H. O.; ARAÚJO, P. do S. C. O direito à cidade: interface entre urbanização excludente, políticas públicas e lazer em Belém do Pará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 21., Galoá. 2019. **Anais [...]**. Disponível em https://proceedings.science/conbrace-2019/trabalhos/o-direito-a-cidade-interface-entre-urbanizacao-excludente-politicas-publicas-e-l?lang=pt-br.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular.** São Paulo: Perspectiva, 1973.

FRANÇA, Jéssika Paiva. **Gestão dos espaços públicos de lazer, turismo e paisagem urbana:** Belém – PA. Belém: EDUFPA, 2020.

GOMES, Christianne Luce. Lazer-Concepções. In: GOMES, C. L. (org.). **Dicionário crítico do lazer.** Belo Horizonte: Autêntica, p. 19-125. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua:** Acesso a Serviços Culturais e de Lazer no Brasil. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/.

MARCELINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação.** 5. ed. Campinas: Autores Associados, (Coleção Educação Contemporânea). 2008.

MIRANDA, V. **Boulevard da Gastronomia começa a virar realidade no centro histórico de Belém.** Agência Belém. 2022. https://agenciabelem.com.br/Noticia/229684/boulevard-da-gastronomia-comeca-a-virar-realidade-no-centro-historico-de-belem.

PANOSSO NETTO, A; TRIGO, L. G. G. **Cenários do turismo brasileiro.** São Paulo: Aleph, 2009.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **O que é turismo.** São Paulo: Brasiliense, 2013.

PARÁ. Secretaria Municipal de Urbanismo. **Prefeitura de Belém inaugura Boulevard da Gastronomia para fortalecer o turismo e a gastronomia na capital.** 2023. Disponivel em: https://infraestrutura.belem.pa.gov.br/prefeitura-de-belem-inaugura-boulevard-da-gastronomia-para-fortalecer-o-turismo-e-a-gastronomia-na-capital/.

GT4

TURISMO, MERCADO E EMPREENDEDORISMO NA AMAZÔNIA

Extensão universitária como viés de qualificação profissional na reunião de Ministros de Turismo do G20 em Belém do Pará

Jéssika Paiva França
Silvia Helena Ribeiro Cruz
Fernanda Queiroz da Silva
Cíntia Marques da Silva de Araújo

A extensão universitária tem se consolidado como um instrumento essencial na qualificação profissional, pois contribui no processo formativo dos discentes, resultando em aprendizagens práticas significativas, (Coelho, 2014). No ano de 2024, a Faculdade de Turismo da UFPA assinou um contrato com o Ministério do Turismo, para envolvimento dos estudantes de turismo na dinâmica operacional, necessária para o receptivo das autoridades, no evento: "4ª Reunião do Grupo de Trabalho de Turismo e na Reunião de Ministros de Turismo do G20" ocorrido nos dias 19, 20 e 21, no Hangar Convenções & Feiras da Amazônia, na cidade de Belém do Pará. Este evento buscou promover a cooperação internacional no setor do turismo, coordenando planos entre os países para o desenvolvimento sustentável do turismo global. O evento de caráter internacional, foi uma realização do Ministério do Turismo, com o apoio da FACTUR, através do programa de extensão Escritório Modelo de Práticas Acadêmicas em Turismo – EMPACTUR. É importante ressaltar que, o G20 envolveu uma série de atividades voltadas à gestão de eventos, protocolos diplomáticos e recepção, o que resultou em um importante impacto formativo acadêmico. O resumo em questão, resulta de uma pesquisa que objetivou identificar e analisar os principais impactos na formação profissional dos discentes de turismo, decorrentes do evento G20 Belém. A metodologia abrangeu pesquisa bibliográfica e documental, sobre

as categorias: Eventos e receptivo, que foi combinada com a aplicação de um questionário na plataforma online *Google Forms*. É importante ressaltar que, a extensão universitária é reconhecida como uma ferramenta de qualificação profissional, ao proporcionar aos estudantes das Universidades a prática conectada ao conhecimento acadêmico com as demandas do mercado de trabalho. De acordo com Costa e Silva (2011 apud Santos, 2012) destacam que esses espaços de aprendizagem favorecem a aproximação entre acadêmicos, docentes e a comunidade, o que possibilita a articulação entre a teoria e a prática, o desenvolvimento de habilidades para o trabalho em equipe e o fortalecimento do compromisso social e ético voltado à cidadania. Neste mesmo sentido, Santos (2012) reforça que a extensão constitui um espaço formativo privilegiado, justamente por possibilitar uma interação constante entre teoria e prática. Segundo o autor, essa dinâmica cria um movimento contínuo entre o conhecimento acadêmico e a realidade social, o que favorece o desenvolvimento cultural, político e econômico, além de contribuir significativamente para a formação profissional e cidadã dos discentes. No campo do turismo, segundo estudos realizados por Malerba *et al.* (2011) a participação de estudantes de turismo em projetos de extensão universitária tem contribuído significativamente para o desenvolvimento de competências profissionais e sociais. Por meio do envolvimento em ações como planejamento turístico, educação ambiental e valorização cultural, os discentes tem a oportunidade de aplicar conhecimentos teóricos em contextos práticos, fortalecendo habilidades como liderança, trabalho em equipe e responsabilidade social. Esse processo formativo, além de ampliar a vivência acadêmica, aproxima os estudantes das realidades do mercado e das comunidades envolvidas, favorecendo uma formação mais crítica e comprometida com o desenvolvimento local. Para compreender o efeito do G20 na qualificação profissional, foi aplicado um questionário, contendo sete perguntas abertas, com uma amostra de 17 (dezessete) acadêmicos

do 3° ao 7° semestre do curso de turismo da Universidade Federal do Pará, que atuaram como Liaison Officers. As palavras mais citadas pelos entrevistados, para caracterizar a experiência emocional, foram: realização, orgulho, entusiasmo, responsabilidade, aprendizado e superação. Em termos sentimentais e profissionais, o evento foi compreendido como enriquecedor, transformador e marcante, com forte valorização da vivência prática em um ambiente multicultural. Dentre as funções desempenhadas, destacaram-se: O receptivo e acompanhamento de delegações; organização logística de transporte; suporte em protocolos e agendas; além de tradução e intermediação com a equipe organizadora. A atuação exigiu domínio de competências técnicas, interpessoais e comunicacionais. Em relação aos impactos na carreira, a vivência possibilitou maiores idealizações profissionais e consequentemente, maior interesse no que se refere a continuidade dos estudos dentro da graduação. No que se refere ao impacto na formação profissional, foi evidenciado: amadurecimento pessoal, autoconfiança, o desenvolvimento na da habilidade comunicacional; além do entendimento prático do turismo, como ferramenta estratégica de relações internacionais. A experiência também contribuiu no firmar da escolha pelo curso.

Palavras-chave: Extensão; Eventos; Turismo; G20; Receptivo.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Ministério do Turismo. Belém (PA) receberá reunião dos ministros do Turismo do G20**. Brasília: Ministério do Turismo, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/belem-pa-recebera-reuniao-dos-ministros-do-turismo-do-g20. Acesso em: 14 de julho de 2025.

COELHO, Geraldo Ceni. O papel pedagógico da extensão universitária. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v. 13, n. 2, p. 11–24, 2015. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/26682. Acesso em: 14 julho de 2025.

MALERBA, Rafaela Camara; LANDI, Camila de Meirelles; REJOWSKI, Mirian. Extensão universitária em turismo no Brasil: Mapeamento Preliminar. **Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo – ANPTUR**, 8, 2011. Balneário Camboriú: UNIVALI, 2011. Disponível em: https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/8/82.pdf. Acesso em: 16 de julho de 2025.

SANTOS, Marcos Pereira. Extensão Universitária: Espaço De Aprendizagem Profissional E Suas Relações Com O Ensino E A Pesquisa Na Educação Superior. **Revista Conexão UEPG**, vol. 8, n. 2, 2012, p. 154-163 Universidade Estadual de Ponta Grossa Ponta Grossa, Brasil, Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/5141/514151728002.pdf. Acesso em: 16 de julho de 2025.

A hospitalidade comercial e a digitalização do território: contradições e possibilidades na capital da COP30, Belém (PA)

Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues
Marcel Assis Batista do Nascimento

A realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), prevista para ocorrer em novembro de 2025, em Belém, capital do estado do Pará, reacende discussões sobre os impactos da globalização ambiental e digital nos territórios urbanos da Amazônia. Ao colocar Belém no centro do debate climático internacional, o evento tem mobilizado investimentos, reconfigurado práticas econômicas e evidenciando contradições, dentre elas, na hospedagem comercial. A transformações revelam novas articulações entre os circuitos da economia urbana (Santos, 2004), composto pelo circuito superior — ligado à produção moderna, formal e globalizada — pelo circuito inferior ou tradicional — mais próximo da informalidade, da subsistência e de práticas locais, e por um circuito intermediário, constituído de formas mistas, pertencentes tanto às atividades herdadas de divisões do trabalho anteriores, como formas de trabalho emergentes. A intensificação do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), em especial, plataformas digitais como o Airbnb, tem operado como catalisador dessas transformações, ampliando a oferta de hospedagem tradicional e de aluguel por temporada, tensionando os limites entre formalidade e informalidade, centralidade e periferia, modernização e precarização. Diante dessa problemática, parte-se da seguinte questão: *De que modo a COP30 influencia a dinâmica da hospitalidade comercial em Belém quanto à ampliação de ofertas via plataformas de aluguel por temporada e quanto ao aumento do número de postos de trabalho formais?* O estudo, ainda em andamento, fundamenta-se na teoria

dos circuitos da economia urbana de Santos (2004), de abordagem qualitativa com elementos quantitativos, tendo como objetivos: (1) analisar os efeitos da COP30 sobre a oferta e a demanda por serviços de hospedagem em Belém; (2) compreender como a digitalização, mediada pelas TICs, altera a configuração da hospitalidade comercial e da empregabilidade em turismo em Belém. O recorte empírico concentra-se no setor hoteleiro formal de Belém e na expansão da oferta de imóveis para aluguel por temporada por meio de plataformas digitais como Airbnb. As técnicas de investigação incluem revisão bibliográfica e documental em artigos acadêmicos, dissertações, legislações municipais e planos de desenvolvimento urbano voltados à COP30; levantamento e análise de dados em plataformas digitais de hospedagem (Airbnb e Airdna); consulta a indicadores de empregabilidade e regulamentação do setor, tais como o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e do Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR). Nesse sentido, parte-se do entendimento que a hospitalidade é um "ato humano, exercido em contexto doméstico, público e profissional, de recepcionar, hospedar, alimentar e entreter pessoas temporariamente deslocadas de seu hábitat natural" (Camargo, 2004, p. 52). Essa prática possibilita investimentos tanto governamentais quanto privados, o que pode acarretar na melhoria de equipamentos turísticos, na qualificação e capacitação profissional, contribuindo com o desenvolvimento de dada cidade ou região (De Rose, 2014). Contudo, Nascimento (2019) considera haver fragilidades quanto à constituição conceitual da hospitalidade comercial, haja vista que se tende a excluir nas pesquisas e projetos abordagens de maior valor social pela maior valorização de aspectos econômicos. Tozzi (2020) chama atenção para a noção de digitalização do território, capaz de alterar a relação entre espaço, trabalho e consumo, mediando relações sociais e criando novas formas de uso do território, muitas vezes tensionando normas legais, regimes de propriedade e formas

de controle do espaço. No caso da hospitalidade, a digitalização permite a rápida inserção de imóveis e hotéis no circuito de consumo turístico, muitas vezes deslocando populações locais e redefinindo centralidades. Diante disso, os resultados parciais apontam que desde o anúncio oficial do evento em 2023, a cidade tem vivenciado uma elevação expressiva no setor hoteleiro quanto no mercado de aluguel por temporada. Vale ressaltar que a oferta hoteleira em Belém cresceu a partir dos anos 2000, pelo incremento em espaços de eventos e lazer. Em 2009, Belém continha 76 meios de hospedagem turística, subindo para 93 unidades em 2011, número reduzido em 2019, quando registrou-se 72 estabelecimentos. Esses novos equipamentos e serviços hoteleiros nacionais e internacionais, em sua maioria, foram instalados nos bairros da área central, onde o solo apresenta valorização para camadas de maior poder aquisitivo (Rodrigues; Queiroz, 2023). Os dados do Cadastur indicam que Belém registrou em 2024 e 2025, 92 e 164 novos meios de hospedagem, respectivamente. Em paralelo, o aluguel de imóveis por temporada teve um salto expressivo. De 274 imóveis registrados no Airbnb em 2019, o número subiu para 1.900 em fevereiro de 2025 com posterior redução para 1.372 em julho do mesmo ano. Tal oscilação tende a revelar dinâmicas especulativas de agentes imobiliários que aproveitam o megaevento para estabelecerem outros tipos de negociação com proprietários de imóveis, atraídos por melhores "taxas", "prazos" e "menos burocracia". Esses dados diferem do anúncio do governo estadual ao registrar parceria com a plataforma Airbnb, quando se projetou cerca de 5.210 imóveis cadastrados apenas no primeiro ano do acordo, com um PIB previsto em R$91 milhões (Agência Pará, 2025). A intensificação do aluguel por temporada por altos valores é um fenômeno já observado em eventos como a Copa do Mundo de 2014, no Brasil, e a COP27 no Egito (CLIMAINFO, 2025), revelando que um padrão global associado à ausência de políticas regulatórias eficazes. Dados do CAGED demonstram que,

embora o número de estabelecimentos tenha crescido, a melhoria nos empregos formais não acompanhou esse ritmo, visto que a porcentagem de admissões entre 2023 e 2025 não foi tão expressiva, não ultrapassando o número de 1000 contratações formais (Brasil, 2025). Assim, mesmo com o impacto visível do crescimento da oferta de acomodações formais e temporárias para a COP30, **os** dados do **CAGED** revelam um cenário instável e assimétrico. Isso evidencia que muitos postos de trabalho podem estar sendo preenchidos de forma **temporária, informal ou terceirizada**, o que dificulta a consolidação de uma política sustentável de empregabilidade no turismo local. Os resultados parciais demonstram assim que **o legado social do evento ainda permanece incerto**, o que reforça a importância de políticas públicas orientadas à regulação, qualificação e proteção do trabalho em contextos turísticos, para que eventos desse porte não aprofundem as desigualdades historicamente presentes.

Palavras-chave: hospitalidade comercial; COP30; digitalização do território; circuitos da economia urbana; Belém do Pará.

BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA PARÁ. **Oferta de estadias cresce em 54% e impulsiona PIB de Belém em R$ 91 milhões.** Disponível em: https://www.agenciapara.com.br/noticia/63266/oferta-de-estadias-cresce-em-54-e-impulsiona-pib-de-belem-em-r-91-milhoes. Acesso em: 14 fev. 2025.

AIRBNB. **Mapa de localização dos imóveis em Belém.** São Francisco: Airbnb, s.d. Disponível em: https://www.airbnb.com.br/belem-brazil/stays. Acesso em: 14 jul. 2025.

AIRDNA. **Lista de imóveis cadastrados em Belém.** Denver: Airdna, s.d. Disponível em: https://app.airdna.co/data/us?welcome=true&lat=40.43509&lng=-96&zoom=4&tab=markets. Acesso em 18 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Cadastro geral de empregados e desempregados - Caged.** Base de dados online, 2025. Disponível em: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php. Acesso em: 16 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos – Cadastur.** Base de dados online, 2025. Disponível em https://cadastur.turismo.gov.br. Acesso em 17 jul. 2025.

CAMARGO, L. O. L. **Hospitalidade.** São Paulo: Editora Aleph, 2004.

CLIMAINFO. **Governo do Egito tergiversa sobre alta nos preços de hospedagem para a COP27.** 2022. Disponível em: https://climainfo.org.br/2022/09/15/governo-do-egito-tergiversa-sobre-alta-nos-precos-de-hospedagem-para-a-cop27/. Acesso em: 01 fev. 2025.

DE ROSE, A. T. **Turismo, Planejamento e Marketing.** Barueri/SP:

Manole, 2014.

NASCIMENTO, J. L. B. **O nível de satisfação do hóspede nos meios de hospedagem comercial em desenvolvimento.** 2019. 302 f. Tese (Doutorado em Turismo) - Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro, Portugal, 2011.

RODRIGUES, A. F. A. C.; QUEIROZ, J. S. Experiência extensionista na hospitalidade comercial: o projeto "anfitrião cidadão" em Belém (Pará). **Revista Turismo e Cidades**, São Luís, v. 5, n. 11, p. 132-151, jan./jun. 2023.

SANTOS, M. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

TOZZI, F. **A digitalização do território:** uma leitura geográfica das plataformas digitais e da produção do urbano. São Paulo: Editora da FFLCH/USP, 2020.

O potencial gastronômico de Salinópolis: uma oportunidade de empreendedorismo

Carlos Ney Gonçalves Ferreira
Joice Leidinea Brito do Espírito Santo
Silvana de Jesus Vicência da Cunha

Salinópolis é um município que há mais de dois séculos tece sua identidade cultural sob forte influência indígena e portuguesa. Sua vocação para o turismo enriqueceu sua cultura com valores provenientes de diversas partes do Brasil e do mundo, destacando-se, atualmente, sua rica culinária, especialmente os pratos à base de pescados e frutos do mar, que se tornaram um elemento tradicional e distintivo. Este trabalho é um estudo exploratório inicial sobre o turismo gastronômico em Salinópolis, partindo de uma fundamentação bibliográfica, passando por uma pesquisa de campo e culminando na apresentação de sugestões de roteiros elaborados com o objetivo de impulsionar e, futuramente, consolidar essa vertente turística na cidade. A pesquisa bibliográfica ajudou a compreender a amplitude do turismo gastronômico. Moraes (2024) enfatiza que o verdadeiro valor de um ingrediente reside em seu "entorno, a conexão com a história, as técnicas, a qualidade de produção e a responsabilidade no uso dos recursos naturais". Para ela, viajar é uma oportunidade de expandir a percepção de mundo e, no contexto gastronômico, uma "imersão profunda no universo da cultura alimentar". Nesta mesma perspectiva, Gimenes-Minasse (2015) reforça a importância das práticas alimentares e seus serviços como atrativos turísticos cruciais, destacando a gastronomia local como um vetor de desenvolvimento econômico e regional, capaz de proporcionar experiências memoráveis aos visitantes. Ela sublinha a capacidade da culinária de expressar a cultura de um local, integrando-se a outros segmentos turísticos. Gimenes-Minasse também chama

atenção para os "souvenirs gastronômicos", que funcionam como lembranças gustativas da visita. Partindo dessa fundamentação teórica, foi realizada uma pesquisa de campo com o objetivo de levantar dados para a proposição de roteiros gastronômicos, focando em quatro pilares: Bares e restaurantes tradicionais, personagens representantes da gastronomia local, lugares de comida de rua típica e pontos de distribuição de insumos típicos. Como resultado das investigações, descobriu-se, no tocante a personalidades e espaços de alimentação, dezenas de opções que ajudariam a compor vários roteiros para visita. Entretanto, para os fins deste estudo, selecionou-se aqueles que, além de oferecer a experiência gastronômica em um final de semana, também pudessem levar o visitante a conhecer vários ambientes da cidade. O roteiro contempla café da manhã, almoço e jantar, além de visita a mercados locais. A jornada inicia na a sexta-feira com um café da manhã no Mercado Municipal do Porto Grande, onde a tradição se manifesta em tapiocas, pães e cuscuz, doces e salgados, preparados artesanalmente há mais de 30 anos. Após, os visitantes podem explorar a feira de peixes e mariscos, um verdadeiro paraíso de produtos frescos como caranguejo, camarão e mexilhão. Para o almoço, o destino é o tradicional Restaurante do Nicolau, com seu cardápio variado à base de peixes e mariscos regionais. A noite convida para o Quiosque Delícias do Sal, na Orla da Avenida Beira Mar, que oferece a autêntica comida de rua paraense, com destaque para o tacacá e o arroz com mariscos. E para finalizar este dia, o Piratas Drinks, também na Orla, é o local ideal para desfrutar de drinques saborosos, incluindo a famosa cachaça de jambu com pimenta. Já o sábado começa com o café da manhã no Mercado Municipal do Bom Jesus, com opções artesanais e saborosas. Em seguida, visita à feira do agricultor, que reúne produtores de diversas vilas do município e até de outras cidades, oferecendo farinhas, condimentos, frutas, peixes, mariscos e galinha caipira. O almoço é no renomado Casemirão Frutos do Mar, que nasceu da

experiência da Barraca O Casemirão na Praia do Atalaia, famoso por seus pratos de peixes e mariscos. À tarde, a Banca Delícias da Tia Bené, atuando há mais de 26 anos na Praça Luís Bentes, oferece um dos mais requisitados tacacás da cidade. Para o domingo, o almoço no Restaurante Bife de Ouro, localizado na Orla do Maçarico. Com mais de 50 anos de história, o restaurante – hoje comandado por uma das filhas do fundador – preserva os pratos tradicionais que o tornaram famoso, ao mesmo tempo em que inova com opções para o público infantil. Para o jantar de despedida, a indicação é o célebre Marujos Grill, na Praia do Farol Velho, na Ilha do Atalaia. Além de um pôr do sol espetacular, os pratos originais do chefe Carmelo, como o peixe inteiro grelhado, a farofa de mariscos e a farofa de carne seca, encantam os paladares, acompanhados de drinks exclusivos como o "marujita de jambu" e o "marujo's suns". Em suma, este estudo inicial revelou que a gastronomia de Salinópolis representa um potencial inestimável para o desenvolvimento turístico e econômico do município. A promoção do turismo gastronômico na cidade não apenas diversifica a oferta turística, mas também valoriza as práticas alimentares e os saberes locais, gerando empregos diretos e indiretos e, consequentemente, aumentando o tempo de permanência dos turistas. Ao investir nesse segmento, Salinópolis pode consolidar-se como um destino que encanta não apenas por suas belezas naturais, mas também pela riqueza e autenticidade de seus sabores.

Palavras-chave: Turismo; Gastronomia; Tradição.

BIBLIOGRAFIA

GIMENES-MINASSE, Maria Henriqueta S. G. Para turista ver (e provar): dos usos do patrimônio gastronômico no contexto do turismo. **Tessituras**, Pelotas, v. 3, n. 2, p. 175-194, jul./dez. 2015.

MORAES, Renata Cabrera de. **Do Campo à Mesa:** Como criar seu próprio Roteiro de Turismo Gastronômico. Jarinu, 2024.

Viajar & Cuidar: turismo, bem-estar e Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) em Belém (PA)

José Cardoso de Souza Neto
Rubens da Silva Ferreira

As chamadas Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) correspondem a diversas terapêuticas que se baseiam em conhecimentos tradicionais voltados à prevenção e à complementação de tratamentos de diferentes doenças. Elas são práticas de baixo custo e de fácil acesso, que melhoram a relação entre usuário-profissional-serviço e ampliam a visão das pessoas sobre os processos de saúde e cuidado integral. O Brasil é uma referência nessa área de atenção básica e, atualmente, o Sistema Único de Saúde (SUS) oferta, de maneira gratuita, 29 tratamentos de PICS à população. Em razão do seu potencial para a saúde e para o bem-estar, essas terapêuticas vêm sendo gradualmente inseridas em roteiros turísticos em diferentes países, inclusive no Brasil. Entre os fatores que têm contribuído para essa procura, cabe mencionar o aumento das doenças crônicas, a insatisfação com os serviços convencionais de saúde, a redução da medicalização e de seus efeitos colaterais e a valorização de cuidados preventivos holísticos voltados para a qualidade de vida, mesmo quando da impossibilidade de recuperar integralmente a saúde (Aguiar; Kanan; Masiero, 2019). Todavia, ressalta-se que as PCIS não substituem os tratamentos médicos, mas atuam de forma complementar, oferecendo uma nova forma de cuidar da saúde. Diante desse cenário, o turismo de bem-estar, subproduto do turismo de saúde, tem se consolidado como uma vertente no setor, sensível à demanda crescente por qualidade de vida, autocuidado e experiências regenerativas (Cavalcante; Ferreira, 2023; Amorim; Conto; Pereira, 2022). O objetivo geral deste estudo consiste em

identificar as principais características e tendências quanto à procura de turistas e visitantes pelas PICS em associação ao turismo na cidade de Belém, Pará. Em relação à questão motivadora, pergunta-se como as práticas integrativas em saúde e bem-estar vêm sendo experienciadas em Belém? Na dimensão metodológica, este estudo é de natureza qualitativa, pois procura descrever características e as experiências em turismo de bem-estar. A pesquisa é caracterizada como do tipo exploratória, centrada no objetivo de proporcionar maior familiaridade com o tema (Gil, 2002), a fim de produzir, sistematizar e apresentar dados e informações preliminares sobre o fenômeno investigado. Além da pesquisa bibliográfica (Sousa; Oliveira; Alves, 2021), também foi realizada a coleta de dados entre pessoas que recorrem às viagens e às PICS em busca de saúde e bem-estar. Para a recolha de dados e informações foi elaborado um questionário *online* distribuído à rede de contatos do pesquisador que atua nesse segmento. Como resultado, foi obtido o retorno de 25 questionários, respondidos em sua maioria por mulheres (72%), por pessoas pardas (52%) e por pessoas católicas (36%), com renda entre um e três salários-mínimos (60%), vinculadas ao serviço público (32%) e com idade entre 36 e 45 anos de idade (44%). Os resultados evidenciam características e tendências relevantes sobre o perfil e o comportamento de turistas e visitantes que utilizam as PICS como parte de sua experiência no turismo de bem-estar. Dos 25 respondentes, grande parte já vivenciou ou tem interesse contínuo em práticas de saúde e bem-estar associadas às PICS. Sobre a frequência de uso, 29% dos respondentes relataram recorrer "raramente" às PICS, enquanto outros 29% fazem uso "ocasionalmente". Um percentual de 25% teve a primeira experiência com essas terapêuticas associadas ao turismo; e 17% fazem uso "regular". Pelo conjunto das respostas, verifica-se que, em Belém, o envolvimento de turistas e visitantes com as PICS encontra-se ainda em fase de descoberta. Quanto à motivação, 79% dos respondentes afirmaram que já viajaram com o objetivo

específico de buscar práticas de saúde e bem-estar. Isso reforça o potencial do turismo de bem-estar como um nicho promissor, notadamente quando articulado com as terapias integrativas. Entre as práticas mais mencionadas em relação às viagens, destacam-se a meditação (70,8%), a aromaterapia (37,5%), a musicoterapia (33,3%), o reiki (25%) e a fitoterapia (20,8%). Por serem práticas de baixo custo, elas oferecem experiências sensoriais e emocionais positivas, razão pela qual são bem aceitas entre as pessoas. Quanto aos efeitos experimentados nessas terapêuticas pelos respondentes, tem-se menção à "leveza", ao "bem-estar espiritual", ao "relaxamento", ao "autoconhecimento" e à "saúde mental", indicando uma tendência para ressignificar o modo de viver e de cuidar de si. Perguntados sobre os preços das práticas integrativas e complementares de saúde, 48,1% dos respondentes consideram os valores moderados, 25,9% consideram acessíveis e 18,5% consideram caros. Essas respostas mostram certo equilíbrio na percepção de valor econômico dos usuários das PICS, ainda assim, para a menor parcela dos viajantes e turistas, os preços podem representar uma limitação para os cuidados com a saúde e bem-estar em contextos não médicos. Uma última questão apresentada aos respondentes corresponde à opinião quanto ao que consideram precisar de melhoria na oferta das PICS associadas ao turismo em Belém. No conjunto das respostas abertas, a maior parte das pessoas apontou a necessidade de maior divulgação e esclarecimento sobre como funcionam as PICS, pois acreditam existir "mitos" e "crenças" que produzem preconceitos contra as terapias holísticas, especialmente de fundo religioso. Também é mencionada a necessidade de popularização e de conscientização das pessoas sobre os benefícios da PICS, sobretudo no que diz respeito à saúde mental. Conforme declarou um dos respondentes: "Falar sobre esse assunto [da saúde mental] ainda é um tabu para comunidades dos outros municípios do Pará". Essa fala revela a importância de se discutir mais sobre as terapias holísticas em meios de comunicação

populares como rádio e televisão. Tais apontamentos mostram que o turismo de bem-estar combinado às PICS precisa ser fortalecido na região, considerando a grande disponibilidade de recursos aquáticos e florestais que podem ser estrategicamente aproveitados para a integração do ser humano com a natureza, oferecendo, desse modo, experiências de reconexão, equilíbrio, bem-estar e de cura, com todo o potencial terapêutico que a região possui. Destarte, recomenda-se que as agências de turismo receptivo em Belém e demais municípios paraenses identifiquem parcerias com profissionais, como guias de turismo, terapeutas holísticos e espaços qualificados, para atender à demanda por experiências relacionadas ao turismo de bem-estar. A articulação entre natureza, saberes ancestrais e terapias complementares representa uma oportunidade para diversificar a oferta turística regional, agregar valor a produtos e à experiência de turistas e visitantes e, assim, impulsionar o segmento com base em um turismo que contribui para a construção de uma cultura de autocuidado e de qualidade de vida no espaço amazônico.

Palavras-chave: Turismo de bem-estar; Práticas Integrativas e Complementares de Saúde; Belém (PA).

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, J.; KANAN, L.A.; MASIERO, A.V. Práticas Integrativas e Complementares na atenção básica em saúde: um estudo bibliométrico da produção brasileira. **Saúde Debate**, v. 43, n. 123, p; 1205-1218, out. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-1104201912318. Acesso em: 17 jul. 2025.

AMORIM, F. A.; CONTO, S. M. de; PEREIRA, G. S. Turismo de bem-estar e sustentabilidade na produção do conhecimento: um estudo baseado no Portal de Periódicos da Capes. **Conjecturas**, v. 22, n. 1, p. 1260-1273, 2022. Disponível em: encurtador.com.br/veppt. Acesso em: 17 jul. 2025.

CAVALCANTE, I. C. O. G. S.; FERREIRA, L. V. F. O comportamento do consumidor no segmento de turismo de bem-estar. **Ateliê do Turismo**, v. 7. n. 1, p. 96-118. 2023. Disponível em: https//:doi.org/10.55028/at.v7i1.16064. Acesso em: 17 jul. 2025.

GIL, A. **Como elaborar projetas de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

SOUSA, A.S. de; OLIVEIRA, G.S. de; ALVES, L.H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43. 2021. Disponível em: https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336. . Acesso em: 17 jul. 2025.

Os Parques Urbanos x Lazer x Turismo: as trabalhadoras do entorno do Parque Ambiental do Utinga

Helena Dóris de Almeida Barbosa
Janise Maria Monteiro Rodrigues Viana
Juliene Carvalho Rabelo
Andressa Letícia Monteiro Nunes

As transformações correntes vêm imputando ao mundo contemporâneo transformações de todas as ordens, social, econômica, cultural e ambiental. Apesar do avanço tecnológico, este muitas vezes se dá de maneira assimétrica nos mais diferentes países, e muitas vezes desconectado de suas especificidades e problemas de desenvolvimento. Na Amazônia a pressão sobre os recursos naturais vem imputando novas maneiras de se relacionar e perceber as áreas verdes existentes nas grandes cidades, os chamados parques urbanos, tanto por parte de seus visitantes (moradores locais e turistas), quanto pela moradores do entorno. O modo de produção capitalista, no decorrer dos tempos, tem favorecido uma crescente degradação ambiental. Com isso emerge a necessidade da criação de parques ambientais, muitos deles em áreas urbanas, considerados reservas intocadas de beleza cênica excepcional com múltiplas finalidades. Neles os recursos naturais podem permanecer em situação de "equilíbrio", apresentando potencialidades para a conservação ambiental, desenvolvimento do lazer e da prática do turismo. Os parques (urbanos ou não) no Brasil integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) na categoria de proteção integral (Pará, 2025) e vem deparando-se com usos e percepções diferenciadas com relação a esses espaços. Deixam de ser somente um espaço natural com fins de proteção, como lócus de uso para o lazer e turismo, e eventualmente se tornam também fonte de geração

de renda para a população do entorno. De acordo com Kaick, Hardt e Oba (2006) os parques urbanos possuem várias funções, dentre elas a proteção de florestas nativas, a preservação da drenagem, das matas ciliares e fauna adjacente, além de se constituírem em uma barreira natural para ocupações antrópicas indevidas. Assim toma-se como lócus de estudo o Parque Estadual do Utinga Camillo Viana (PEUt), localizado em dois municípios da Região Metropolitana de Belém (Belém e Ananindeua), no Pará e criado pelo Decreto Estadual Nº 1.552 de 1993 (Pará, 2025), com uma área de 1.353ha, que abriga os Lagos Água Preta e Bolonha, mananciais que abastecem de água 63,0% da população de Belém (SEMA, 2011), além de desenvolver atividades de cunho científico, cultural, educacional, turístico e recreativo à sociedade, e também conservar a fauna e a flora local (Alves, *et al.* 2015). Anteriormente chamava-se Parque Ambiental do Utinga e através da Lei Estadual nº 8.958/2019, o Governo do Estado do Pará homenageou o médico, professor e ambientalista Camillo Martins Vianna, agregando seu nome ao Parque (Pará, 2025). Sob a administração do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLORBIO) o Parque passou por uma grande reforma entre 2015 e 2018 e hoje se "um patrimônio natural de todos os paraenses e visitantes. Nosso objetivo é continuar aprimorando a experiência dos frequentadores, ao mesmo tempo em que garantimos a preservação desse espaço único para as próximas gerações" (Meyer, 2024, p.1). Oferece aos seus visitantes - em 2024 opções de trilhas, espaços turísticos, de pistas preparadas para caminhadas, corridas e passeios de bicicletas, patins e skates, um centro de recepção de visitantes, além de estacionamento, auditório, lanchonetes, café, bilheteria e pontos de observação da biodiversidade. O PEUt, já se consolidou como espaço de proteção ambiental e lazer na área urbana de Belém, e observa-se a presença de uma série de pessoas que instalaram no entorno dele comercializando produtos tais como, água, lanches, refeições, sucos, acessórios de

cabelo etc. estando tais "comerciantes" regulamentados ou não. Diante deste cenário até aqui exposto, traçou-se a problemática que versa a respeito de como as mulheres estão envolvidas nesta atividade e como compreendem a atividade turística e a prática do lazer no Parque. O objetivo foi conhecer como se inserem neste contexto, a importância do mesmo para manutenção do grupo social, quem são e como estruturam a atividade. A metodologia utilizada fundamentou-se em pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com o uso de entrevistas semiestruturadas direcionada as trabalhadoras do entorno do parque, utilização de registro iconográficos e fotográficos. Os principais resultados evidenciam que em pleno século XXI o número de trabalhadoras informais ou sub-empregadas vem crescendo, no dizer de Kon (2012, p. 201) desde 1990 tal processo é fruto "da precarização, expressa pela redução do assalariamento e aumento das situações de informalidade, além do crescimento das vinculações contratuais precárias e instabilidade no emprego". Tal contexto fruto de mudanças e crises conjunturais e políticas evidenciam que "a participação feminina no mercado de trabalho aumentou como consequência da necessidade de complementação (ou como única fonte) da remuneração familiar" Kon (2012, p. 201). O entorno do Utinga pode ser enquadrado como fruto deste processo. Os principais resultados identificaram que das oito mulheres que ali exercem atividades comerciais a maioria comercializa gêneros alimentícios, como lanches e bebidas em geral e apenas uma aluga bicicletas; a maioria das mulheres está na faixa etária acima dos 40 anos e trabalham junto com familiares; apenas uma trabalha a mais de 6 anos no local. Com relação a escolaridade, a maioria tem o ensino médio e três tem o ensino superior completo. É quase total a unanimidade no que diz respeito a não ter interesse em sair de lá para trabalhar em outro local, pois sabem que a busca pelo lazer e pelo turismo no PEUT são os principais vetores do êxito de suas atividades comerciais. Se sentem bem junto a natureza, afirmam

que o movimento é excelente e para estarem ali estão regularmente autorizadas pela Secretaria de Economia do Município, com exceção de duas informantes que atuam na informalidade. Algumas não são moradoras do entorno e se deslocam de outros bairros para trabalhar no entorno do Parque. Isto posto, o planejamento público quando executado no âmbito das restruturações desses parques urbanos, não volta-se para o contingente populacional de mulheres e homens que desenvolvem ações no entorno desses espaços, de maneira formal ou não, pois segundo o resultado da pesquisa, todas tem autorização Secretaria Municipal de Economia para exercer comércio no entorno, porém tem muitos lugares, parques outros ambientes que isso não acontece, as pessoas atuam informalmente. Então, é preciso levar isso em consideração. Conclui-se que o Parque Ambiental do Utinga possui uma grande atratividade, em 2024 passaram pelo Parque 270 mil pessoas (Leal, 2024) além disso apresenta elementos relevantes da natureza, assim como representa a história e a cultura amazônica paraense. Combina elementos que propiciam a contemplação e o entretenimento, práticas de educação ambiental e atividades desportivas. Tais fatores se constituem nos principais atrativos para que haja um interesse no estabelecimento de atividades comerciais em seu entorno.

Palavras-chave: Parques Urbanos; Turismo Sustentável; Lazer; Mulheres Trabalhadoras;

BIBLIOGRAFIA

ALVES, R. J. M. et al. Aspectos Socioambientais e Participativos da População no Entorno do Parque Estadual do Utinga, Pará. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v.11 n.22; p. 2015 352, 2015.Acesso em: 20 de agosto de 2021.

BOSCOLO, Reinaldo Tadeu Pacheco; RAIMUNDO, Sidnei. Parques urbanos e o campo dos estudos do lazer: propostas para uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. p.43–66, 2015.

KAICK, Jaqueline Aparecida Mendes van; HARDT, Letícia Peret Antunes; OBA, Leonardo Tossiaki. Contribuição dos Parques Urbanos e Áreas Verdes como Atrativos Turísticos em Curitiba – Paraná. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 3., 2006. **Anais [...].** 2006. Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

KON, Anita A distribuição do trabalho informal no Brasil em uma perspectiva de gênero **Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura**, vol. XVIII, núm. 1, enero-julio, 2012, pp. 201-229 Universidad Central de Venezuela Caracas, Venezuela.

LEAL, Vinicius. **Parque Estadual do Utinga bate recorde de visitantes em 2024 e projeta melhorias para a COP30**, Agência Pará, 18/12/2024.

MEYER, Julio. **Até o dia 13 de dezembro, mais de 470 mil pessoas passaram pela Unidade de Conservação (UC), superando em 40 mil o total registrado no mesmo período de 2023**. Belém: Ideflorbio.

PARÁ. **Parque Estadual do Utinga**. 2000. Disponível em: https://parquedoutinga.com.br/. Acesso em: 10 de jul.2025.

PARÁ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Relatório do Parque Estadual do Utinga**. Belém: SEMA, 2011.

Turismo e políticas públicas: uma análise do Programa Capacita COP 30 do Governo do Pará

Nick Clara Oliveira Alvim
Luis Henrique Bezerra Oliveira

O turismo como atividade detém relevância mundial nos aspectos econômico, social, cultural e ambiental. Com planejamento pode trazer benefícios para as localidades, principalmente na geração de emprego e renda, portanto é necessária a atuação do poder público na implantação de políticas públicas efetivas voltadas para o desenvolvimento local. Para Souza (2006), políticas públicas são diretrizes estratégicas que o estado exerce para alcançar metas a fim de atender os interesses da sociedade de modo geral. Implica na elaboração das ações e na implantação de programas e planos a nível federal, estadual e municipal. As políticas, se aplicadas e avaliadas adequadamente, fomentam setores da economia a qual são direcionadas. Nesse contexto, as políticas públicas de turismo no Brasil surgem como intervenção do estado para a regulamentação da atividade turística junto aos atores envolvidos. Partindo desse pressuposto, as ações devem ser desenvolvidas e executadas em articulação com instituições públicas, iniciativa privada e comunidade local, resultando em uma gestão participativa. A formulação das políticas públicas para o turismo é fundamental para conduzir o planejamento integrado do segmento, possibilitando solucionar e mitigar problemas, promovendo o desenvolvimento do setor turístico (De Paula; Moesch, 2013; Schindler, 2014). Diante da contextualização apresentada, o estudo busca responder à seguinte questão: Como o Programa Capacita COP 30 do Governo do Pará contribui para a qualificação da mão de obra local e o fortalecimento do setor turístico local? O objetivo deste trabalho é analisar o Programa Capacita COP 30 do Governo do Estado do Pará, como

política pública para o desenvolvimento do turismo regional. A metodologia utilizada foi pesquisa exploratória em abordagem qualitativa, com análise bibliográfica e levantamento de dados na Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Educação Superior, Profissional e Tecnológica do Pará (SECTEC-PA) e Agência Pará. Nos últimos anos, cidades brasileiras sediaram megaeventos, a exemplo da Copa do Mundo de 2014 em doze capitais do país e as Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro. Diante disso, políticas públicas de distintos setores se organizam para preparar as cidades para receber os eventos, impulsionando investimentos em planejamento urbanístico, infraestrutura e turismo. Essas intervenções geram transformações urbanas para atender interesses econômicos e turísticos. No entanto, também se faz necessário pensar em políticas públicas que incluam a comunidade local de maneira efetiva no processo que beneficiará a região (Silva, 2023). A partir da escolha da cidade de Belém-PA como sede da 30ª Conferência das Partes (COP 30) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a ser realizada em novembro de 2025 na capital paraense, o governo estadual formulou políticas públicas para a preparação do megaevento. É nessa perspectiva que se insere a implantação do Programa de Capacitação e Qualificação Profissional "Capacita COP 30", lançado em 2024 pelo Governo do Estado do Pará e desenvolvido por meio da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Educação Superior, Profissional e Tecnológica do Pará (SECTEC-PA) o programa como política pública visa preparar a mão de obra local para atender às demandas turísticas durante a COP 30. Essa iniciativa oferece cursos gratuitos de qualificação profissional nas áreas de Lazer, Turismo, Produção Alimentícia, Hospitalidade, Infraestrutura e Segurança; como os cursos de turismo receptivo, gestão de turismo sustentável, condutor turístico, hotelaria, inglês básico e avançado para negócios turísticos, marketing digital para o setor turístico, gestão de bares e restaurante, gestão ambiental

e sustentabilidade, entre outros. De acordo com a Agência Pará (2025), a ideia da implantação do programa Capacita COP 30 foi inserir a população do estado na preparação do megaevento. Além da gestão pública, o programa conta com parceiros, dentre eles as secretarias de Estado: SETUR-PA e SEASTER-PA; A Universidade Estadual do Pará (UEPA), Instituto Federal do Pará (IFPA), SENAI, SEBRAE, SENAC, SESI, SESC, FIEPA, ABBTUR-PA, ABAV-PA, ABIH-PA, SINGTUR-PA, ABRASEL-PA e Instituto Coca-Cola. O público-alvo do programa é toda a sociedade paraense que busca qualificação profissional e oportunidades. Com centenas de vagas ofertadas, os cursos são disponibilizados em módulo presencial, com polos nos municípios de Belém, Ananindeua, Barcarena, Castanhal, Salinópolis, Salvaterra, Soure e Santarém. Recentemente, adotou a modalidade de Ensino à Distância (EAD), e está disponível para todo o estado. Os cursos são ofertados nos turnos matutino, vespertino e noturno. As aulas são ministradas nas unidades das instituições de ensino público do estado e em unidades parceiras da iniciativa privada. A duração dos cursos depende do módulo escolhido, o programa oferece cursos de 10 a 60 horas. Até julho de 2025, com o andamento desta pesquisa, o Programa Capacita COP 30 estava na décima fase e, segundo a SECTEC-PA capacitou mais de 25 mil pessoas com certificações, alcançando a meta estabelecida e sendo o maior programa de capacitação profissional que o Pará já ofereceu. Em junho de 2025, a SECTEC-PA disponibilizou gratuitamente a plataforma "Profissionais COP30", a ideia surgiu com o intuito de conectar os participantes concluintes do Programa Capacita COP 30 com o mercado de trabalho. Como pesquisa inicial, resultados parciais expõem a atuação estratégica do setor público e privado na execução do Programa Capacita COP 30, promovendo a preparação da mão de obra local com os participantes aptos para a COP 30 e alcançando a meta de pessoas capacitadas; vindo a contribuir na geração de emprego e renda; fortalecendo diretamente setores do

turismo e estimulando o desenvolvimento social, econômico e turístico da região. Diante disso, a pesquisa aponta para a continuidade da investigação, ampliando o estudo durante e após a realização do megaevento.

Palavras-chave: Turismo; Políticas Públicas; Programa Capacita COP 30.

BIBLIOGRAFIA

CAPACITA COP 30: Sectec anuncia 37 novas turmas gratuitas para junho. **Agência Pará,** 18 jun. 2025. Disponível em: https://agenciapara.com.br/noticia/68115/capacita-cop30-sectet-anuncia-37-novas-turmas-gratuitas-para-junho. Acesso em: 8 jul, 2025.

DE PAULA, A. T.; MOESCH, M. M. Pela transversalidade da questão social nas políticas públicas setoriais: um ensaio sobre as políticas públicas de turismo. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p.183-198, ago, 2013.

SCHINDLER, A. A. W. **Políticas públicas aplicadas ao turismo**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

SILVA, Jhonatas Lemuel de Souto. **Turismo e megaeventos:** impactos nas localidades. 2023. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias,** Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul-dez, 2006.

A valorização do solo urbano a partir da construção de espaços de lazer no Bairro do Icuí-Guajará, Ananindeua (PA)

Leandro Souza de Jesus
Jéssika Paiva França

A urbanização de áreas periféricas em metrópoles brasileiras, especialmente quando voltada à implantação de espaços públicos qualificados, tem catalisado debates relevantes a respeito da valorização do solo e seus impactos na dinâmica socioeconômica de territórios (Cardoso *et. al.,* 2016). A construção da Orla do Icuí, em Ananindeua (PA), constitui um exemplo emblemático desse fenômeno, ao transformar um espaço historicamente caracterizado por ocupações irregulares e atividades informais em um polo estruturador de lazer, esporte e convivência social. Este processo de requalificação urbana, impulsionado por investimentos públicos em infraestrutura, alterou profundamente o uso, a imagem e a valorização do solo do entorno (Prefeitura Municipal de Ananindeua, 2024). Sobre as investigações no espaço urbano, Carlos (2007) ressalta que, existe a necessidade de superar a visão restrita da cidade como simples cenário ou resultado da localização de fenômenos. Para a autora, o espaço urbano se constitui, essencialmente, como meio, produto e condição para a existência humana, o que confere profundidade à reflexão acerca da importância dos espaços livres. Sob a perspectiva do lazer e do convívio, Marcellino (1996) destaca que os espaços urbanos deixam de ser naturais para tornar-se essencialmente sociais e políticos. O presente estudo parte do seguinte problema: De que maneira a construção desse espaço público de lazer, impactou a valorização do solo urbano no bairro Icui-Guajará? Assume-se a hipótese de que houve alterações socioeconômicas significativas no entorno imediato da orla, reveladas tanto pela valorização imobiliária como

pela transformação nos padrões de uso e apropriação do solo e nas dinâmicas comerciais e residenciais. O objetivo geral consiste em analisar os principais efeitos da implantação da orla, sobre o solo urbano na área de estudo, contemplando seus impactos sociais, econômicos e espaciais. A relevância da pesquisa está em esclarecer as consequências da requalificação urbana em áreas de expansão, particularmente diante dos desafios contemporâneos enfrentados pelas periferias metropolitanas. Metodologicamente, a pesquisa utilizou levantamento bibliográfico e documental, para investigação das categorias: espaços públicos de lazer, valorização do solo e produção de cidade, seguindo uma abordagem qualitativa, Triviños (2008). A pesquisa empírica, foi realizada parcialmente, utilizando um formulário com perguntas semiestruturadas, incluindo abertas e fechadas, sobre as principais mudanças urbanísticas, impactos imobiliários e na qualidade de vida dos habitantes no entorno, além da expansão comercial na área de serviços e produtos de lazer. Foram entrevistados 09 (nove) moradores, da comunidade do Icui-Guajará, no mês de julho de 2025. O critério de escolha dos moradores, partiu da localização das residências nos arredores da orla e do tempo de habitação, que deveria ser igual ou superior a 05(cinco) anos, visando a obtenção de relatos sobre as transformações ocorridas, nos últimos anos. Os resultados parciais, revelaram transformações relevantes na área do entorno da orla do Icuí após a implantação das obras urbanísticas. Os moradores relatam melhorias substanciais na infraestrutura local, destacando a pavimentação das ruas, instalação de iluminação pública, maior oferta de transporte coletivo e criação de novas áreas de lazer. Essas mudanças contribuíram para um aumento significativo da sensação de segurança, redução dos índices de criminalidade e valorização do espaço público. No aspecto socioeconômico, observou-se diversificação das atividades comerciais, com a instalação de bares, restaurantes, mercados e oferta de novos serviços. Como consequência, foram relatados ganhos

econômicos para empreendedores locais, aumento das vendas e geração de empregos, sobretudo informais ou ligados ao turismo e lazer. Também foi registrada elevação dos valores dos imóveis residenciais e comerciais próximos à orla, sinalizando um processo de valorização imobiliária notável. Por outro lado, os entrevistados, apontaram desafios como o aumento do custo de vida na região, com elevação de preços de produtos e serviços, e relatos de deslocamentos pontuais de famílias que residiam em áreas diretamente impactadas pelas obras. Apesar dos impactos positivos sobre a autoestima, pertencimento coletivo e melhoria da qualidade de vida, uma parcela significativa da população discute a necessidade de atenção por parte do poder público para mitigar efeitos de exclusão, garantir o acesso democrático aos benefícios gerados e prevenir a especulação imobiliária que possa prejudicar os grupos mais vulneráveis. Dentre as considerações, a pesquisa evidencia que a urbanização da orla do Icuí tem promovido desenvolvimento econômico, social e melhorias urbanísticas importantes, mas traz consigo desafios relativos à equidade, inclusão e justiça urbana, sobretudo em função das dinâmicas de valorização do solo e transformação do perfil da comunidade local.

Palavras-chave: Valorização do solo urbano; Espaço público; Urbanização periférica; Orla do Icuí; Ananindeua.

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte et al. Forma urbana de Belém e seus desdobramentos para a formação de um sistema de espaços livres acessível à população. **Paisagem e Ambiente**, n. 37, p. 11-34, 2016. Disponível em:https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/101362. Acesso em: 28 de junho de 2025.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano:** Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer:** uma introdução - Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA. **Orla do Icuí oferece qualidade de vida ao cidadão de Ananindeua:** Espaço público é procurado por pessoas que buscam saúde, entretenimento e diversão. 2024. Disponível em: https://ananews.com.br/noticia/8417/orla-do- icui-oferece-qualidade-de-vida-ao-cidadao-de-ananindeua. Acesso em: 25 de junho de 2025.

TRIVIÑOS, A. N. da S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.

Gestão e política pública de turismo em Belém (PA) pré-COP30

Felipe Silva de Souza
Lorhana Fernandes Costa
Karen Bastos Cardoso
Lucas Barbosa Amador

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa sobre a gestão, as políticas públicas de turismo e a participação em municípios paraenses. Partiu-se do questionamento de como está a gestão e a política pública de turismo em Belém (PA) pré-COP30? O objetivo foi analisar como está a gestão e a política pública de Turismo em Belém (PA) pré-COP30. A pesquisa realizada caracteriza-se como exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa, tendo sido realizada pesquisa bibliográfica, sobre gestão, políticas públicas de turismo; pesquisa documental, tendo como objeto o Plano Municipal de Turismo de Belém (Belém, 2021) e outros documentos referentes ao processo de gestão municipal, como o Plano Plurianual. À título de suporte teórico, conceituou-se estado, gestão pública e políticas públicas. Para Silva e Bassi (2012, p. 16), o Estado "é uma organização política, administrativa e jurídica que se constitui com a existência de um povo em um território fixo e submetido à uma soberania". É permanente, estruturando-se por meio dos governos, que são transitórios e exercem a gestão da "coisa pública". O governo deve, então, atender e representar os anseios do Estado. Este, segundo Matias-Pereira (2007), aumenta na proporção em que a economia se desenvolve, destacando, nesse processo, a influência da globalização. De acordo com Pereira (1999), as discussões sobre as políticas públicas emergem nos anos 1940/1950 nos Estados Unidos, intensificando-se nos anos 1960, face a necessidade de discutir o papel do governo. Souza (2006) argumenta sobre a dificuldade em se ter consenso

sobre a definição de políticas públicas, destacando que "[...] a mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz" (Souza, 2006, p. 24). Por fim, a gestão da coisa pública ocorre por meio dos órgãos da administração pública, elo de ligação entre o Estado e a sociedade, que deve estar bem estruturada e atuar com eficiência, eficácia e efetividade (Matias-Pereira, 2007). Na governança pública, "os gestores têm sob sua responsabilidade bens que pertencem à sociedade e cuja gestão deve ser feita com elevado nível de compromisso, responsabilidade, transparência, ética e senso de justiça" (Matias-Pereira, 2007, p. 4). Os resultados encontrados indicam que a gestão do turismo em Belém é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SEMCULT), pela Lei nº 10.143, de 10 de fevereiro de 2025, tendo como órgão de assessoramento o Conselho Municipal de Turismo (CMT), instituído em 23 de dezembro de 1998 pela lei nº 7.931. Belém possui também, Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), instituído pela Lei nº 8.815 de 04 de maio de 2011. Essa estrutura de gestão possibilita, em tese, que o processo decisório sobre a atividade turística no município seja feito de modo participativo, com a atuação do setor público, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada. Porém, para a verificação se isso se dá realmente assim, é necessário estudar o COMTUR. Quanto à política pública de turismo, ela está materializada no Plano Municipal de Turismo de Belém 2021, cujo objetivo é "[...] planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades relacionadas ao turismo no Município de Belém, nos termos da Política Nacional de Turismo" (Belém, 2021, p. 43). Consoante a Belém (2021), para a elaboração desse plano, foi criado um grupo de trabalho formado por representantes da então Coordenadoria Municipal de Turismo (BELEMTUR), Universidade Federal do Pará (UFPA), Faculdade Pan Amazônica (FAPAN), Associação Brasileira de Turismólogos

e profissionais do Turismo (ABBTUR), Associação Brasileira de Agências de Viagem (ABAV) e o Conselho Municipal de Turismo de Belém. Tal grupo realizou várias reuniões técnicas que culminaram com um diagnóstico da oferta e da demanda turística municipal, a proposição de eixos temáticos, as estratégias, as metas, os programas e macroprogramas, os objetivos, ações para o fomento do turismo em Belém. Destaque para os programas: a) Qualificação profissional, com o intuito de criar cursos periódicos para profissionais do turismo, como guias, condutores de embarcações, recepcionistas e garçons, além de um centro de qualificação para a gastronomia; b) Diversificação de produtos turísticos, envolvendo criação de roteiros turísticos, sinalização de atrativos naturais e culturais e promoção de eventos como feiras que sejam de caráter turístico; e c) Infraestrutura Turística, almeja alcançar reformas que melhorem a infraestrutura já existente de equipamentos e atrativos turísticos da cidade. Todavia, para a execução do PMT, é necessário investimento público, que necessita estar previsto no Plano Plurianual (PPA), que é uma ferramenta essencial para o planejamento orçamentário governamental no período de quatro anos. Conclui-se que a gestão do turismo em Belém é feita por um sistema de gestão constituído pela SEMCULT e pelo, contando ainda com o FUMTUR. E que o Plano Municipal de Turismo de Belém foi lançado em 2021, no governo do então Prefeito Zenaldo Coutinho; foi adotado pelo gestor municipal seguinte, Edmilson Rodrigues; e ainda continua disponível no *site* da SEMCULT, na gestão do atual prefeito de Belém, Igor Normando. Ressalta-se a necessidade de continuação da pesquisa para elucidar questões, por exemplo, a como o turismo é abordado no PPA de Belém, bem como para detalhar a mudança de BELEMTUR para SEMCULT e analisar os fatores e os participantes do processo de formulação do PMT.

Palavras-chave: Gestão pública; Política pública de turismo; Plano

Municipal de Turismo; Belém (PA).

BIBLIOGRAFIA

BELÉM. Coordenadoria Municipal de Turismo. Lei nº 7.931 de 23 de dezembro de 1998. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo (CMT) e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Belém,** Poder Executivo, Belém, 1998. Disponível em: http://cm-belem.jusbrasil.com.br/legilacao/579629/lei-7931-98#. Acesso em: 20 jan. 2017.

BELÉM. Coordenadoria Municipal de Turismo. Lei nº 8.815, de 04 de maio de 2011. Institui o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Belém,** Poder Executivo, Belém, 2011. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a1/pa/b/belem/lei-ordinaria/2011/881/8815/lei-ordinaria-n-8815-2011-institui-o-fundo-municipal-de-turismo-fumtur-e-da-outras-providencias?r=p. Acesso em: 20 jan. 2017.

BELÉM. Coordenadoria Municipal de Turismo. **Plano Municipal de Turismo de Belém**. Belém 2021. Belém: Coordenadoria Municipal de Turismo – Belém, 2021. Disponível em: https://belemtur.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/PLANO-MUNICIPAL-DE-TU RISMO-VERSAO-FINAL-2021-1.pdf. Acesso em: 21 mar. 2025.

BELÉM. Prefeitura Municipal de Belém. **Lei nº 10.143, de 10 de fevereiro de 2025.** Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – SEMCULT. Diário Oficial do Município de Belém, Belém, PA, 10 fev. 2025. Disponível em: https://portaltransparencia.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2025/02/dom_10-02-25.pdf. Acesso em: 11 mar. 2025.

SILVA, Christian Luiz; BASSI, Nádia (org.) **Políticas Públicas e desenvolvimento local:** instrumentos e proposições de análise para o Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea.** São Paulo, SP: Atlas, 2007.

PEREIRA, Cássio Avelino S. Políticas Públicas no Setor Turismo. **Turismo em Análise**, v. 10, n. 2. São Paulo, 1999.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez, 2006, p. 20-45.

O Círio de Nazaré como estratégia de fomento para o turismo cultural em Belém do Pará: primeiras reflexões

Layane Caroline Lima de Melo
Alessandra de Almeida Pereira Arnund

O Círio de Nossa Senhora de Nazaré, celebrado anualmente no segundo domingo de outubro em Belém do Pará, é uma das maiores manifestações religiosas do Brasil e do mundo, reunindo milhões de fiéis em uma expressão profunda de fé, identidade cultural e tradição regional. Reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 2013, o círio transcende seu caráter estritamente religioso e se consolida como um fenômeno sociocultural de impacto local, nacional e internacional. A festa integra aspectos simbólicos, econômicos e turísticos, atuando como uma vitrine da cultura paraense e como um catalisador do turismo cultural. Este estudo, em andamento, sobre o Círio de Nossa Senhora de Nazaré como estratégia de fomento ao turismo cultural questiona a seguinte problemática, de que forma o Círio de Nossa Senhora de Nazaré contribui para o fomento do turismo cultural em Belém do Pará, diante da baixa divulgação e da limitada visibilidade do evento em estratégias de promoção turística? Tem-se como objetivo geral analisar como essa manifestação popular contribui para o desenvolvimento do turismo em Belém, especialmente diante da baixa visibilidade em estratégias de promoção institucional, apesar de seu imenso potencial atrativo e econômico. Esta pesquisa possui abordagem qualitativa, pois busca compreender os aspectos culturais, sociais e turísticos relacionados ao Círio de Nossa Senhora de Nazaré, por meio da análise crítica de textos acadêmicos, documentos institucionais e dados secundários.

De acordo com Farias Filho e Arruda Filho (2013), é uma pesquisa qualitativa, aplicada e exploratória. Segundo a classificação de Beni (2006), trata-se de um estudo sistêmico, interdisciplinar, voltado à compreensão do turismo em sua articulação com fatores históricos, culturais, sociais e econômicos. Os procedimentos técnicos incluem levantamento bibliográfico e documental, com análise de autores como Serra (2017), Bitar e Reymão (2022), Silva *et al.* (2020), Frugoli e Rejowski (2017), além da consulta a documentos como o Plano Nacional de Turismo, o Plano Nacional de Cultura, o Plano Municipal de Turismo de Belém (2021), registros do Instituto do atrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Portaria MTur nº 9/2025. Com a pesquisa documental buscou-se embasamento da fundamentação legal considerando as políticas públicas de cultura e turismo com o objeto de estudo. A realização do Círio de Nossa Senhora de Nazaré em Belém do Pará representa uma das maiores expressões de religiosidade popular da América Latina, reunindo mais de dois milhões de pessoas em manifestações que vão além da fé, abrangendo aspectos culturais, turísticos e econômicos. Segundo IPHAN, que reconheceu o evento como Patrimônio Cultural Imaterial em 2006, e a UNESCO (2013), que o elevou ao status de Patrimônio da Humanidade, o círio articula valores simbólicos e sociais fundamentais à identidade amazônica. Do ponto de vista turístico, o círio movimenta significativamente a economia local. Dados da Agência Pará (2024) apontam que o evento atraiu cerca de 89 mil turistas e injetou aproximadamente R$ 189 milhões na economia paraense. Os principais setores beneficiados são hotelaria, alimentação, transporte, comércio popular, serviços turísticos e o setor informal, demonstrando o papel estratégico do evento no fomento ao turismo cultural. Informações do Ministério do Turismo (2024) corroboram esse impacto, enfatizando a diversidade de segmentos econômicos envolvidos. Contudo, a análise documental revela que, apesar de sua magnitude, o círio ainda carece de maior

visibilidade nacional e internacional no âmbito das políticas públicas de turismo. Embora conste como o principal atrativo no Plano Municipal de Turismo de Belém (2021) e esteja incluído no Mapa do Turismo Brasileiro por meio da Portaria MTur nº 9/2025, o evento é pouco inserido em campanhas promocionais permanentes e em roteiros turísticos integrados. Essa lacuna evidencia a ausência de estratégias coordenadas entre os níveis municipal, estadual e federal para promover o evento como ativo turístico de alto valor simbólico e econômico. Conclui-se, portanto, que há necessidade de maior articulação entre os setores de cultura, turismo e comunicação, visando consolidar o Círio de Nossa Senhora de Nazaré como um produto turístico estruturado. Recomenda-se o fortalecimento das estratégias de marketing territorial e cultural, a valorização do patrimônio imaterial e o estímulo à participação comunitária como eixos centrais para o desenvolvimento sustentável do turismo em Belém. Além disso, a Lei nº 12.343/2010, que institui o Plano Nacional de Cultura, reconhece a importância do turismo cultural como instrumento de promoção da diversidade cultural e do desenvolvimento sustentável. Apesar disso, a pesquisa aponta que as ações públicas voltadas ao círio ainda estão aquém do que a legislação prevê. A interseção entre cultura e turismo, neste caso, requer maior articulação institucional e planejamento estratégico. Assim, o desenvolvimento da pesquisa indica que o Círio de Nossa Senhora de Nazaré possui elevado potencial para consolidar Belém como destino de turismo religioso e cultural, mas a sua efetividade como produto turístico depende diretamente da criação de políticas públicas de valorização do patrimônio imaterial, da ampliação de ações promocionais e da inclusão social das comunidades que vivem o evento.

Palavras-chave: Cultura; Turismo Cultural; Círio de Nossa Senhora de Nazaré; Patrimônio Imaterial.

BIBLIOGRAFIA

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 14. ed. São Paulo: SENAC, 2006.

BITAR, Helder Fadul; REYMÃO, Ana Elizabeth Neirão. De Nazaré para Sé: Círio de Nazaré, cultura, economia e direito ao desenvolvimento. **Revista Direitos Fundamentais e Democracia,** v. 27, n. 3, p. 50-71, set./dez. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.25192/issn.1982-0496.rdfd.v27i31947. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. **Institui o Plano Nacional de Cultura.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso em: 15 jul. 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Portaria MTur nº 9, de 24 de abril de 2025.** Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos-2/2025/portaria-mtur-no-9-de-24-de-abril-de-2025. Acesso em: 15 jul. 2025.

FARIAS FILHO, José Ramos de; ARRUDA FILHO, Nelson de Sousa. **Metodologia da pesquisa para administração, ciências contábeis e turismo.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

FRUGOLI JR., H.; REJOWSKI, M. Cidade e turismo: uma introdução ao tema. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 11, n. 1, p. 40–61, jan./abr. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.7784/rbtur.v11i1.1144. Acesso em: 15 jul. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Registro do Círio de Nazaré como Patrimônio Cultural Imaterial**. Brasília: IPHAN, 2006.

PARÁ. Agência Pará. **Círio de Nazaré deve receber 89 mil turistas e injetar R$ 189 milhões na economia.** 2024. Disponível em: https://agenciapara.com.br/noticia/59889. Acesso em: 15 jul. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Plano Municipal de Turismo de Belém.** Belém: BELEMTUR, 2021. Disponível em: https://www.belem.pa.gov.br. Acesso em: 15 jul. 2025.

SERRA, Débora Rodrigues de Oliveira. Turismo religioso e cultural na Amazônia: a turistificação do espaço no Círio de Nazaré em Belém (Pará–PA, Brasil). **Turismo & Sociedade**, v. 10, n. 3, p. 1-26, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.5380/tes.v10i3.55187. Acesso em: 15 jul. 2025.

SILVA, Charles Paes; SERRA, Débora R.; CONCEIÇÃO, Luana Oliveira da. Festas, produção do espaço urbano e turismo: considerações sobre o Círio de Nazaré em Belém-PA. **Espaço Aberto**, v. 10, n. 2, p. 129-146, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2020.31068. Acesso em: 15 jul. 2025.

UNESCO. **Círio de Nazaré é reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.** 2013. Disponível em: https://ich.unesco.org/en/RL/cirio-de-nazare-the-taper-of-our-lady-of-nazareth-in-the-city-of-belem-para-00602. Acesso em: 15 jul. 2025.



MEMÓRIA FOTOGRÁFICA 50 ANOS DA FACULDADE DE TURISMO

Denise Sá

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS 2025





BLOCOS DE SALA DE AULA DA FACULDADE DE TURISMO





DOCENTES DA FACULDADE DE TURISMO:
PAULO PINTO, ÁLVARO E. SANTO E SILVIA CRUZ



DOCENTES DA FACULDADE DE TURISMO: DIANA ALBERTO E MARILSA EWERTON



O EVENTO: MESA DE ABERTURA DO XIV TURISMO EM DEBATE: PROFESSORES PAULO PINTO, ARMANDO LÍRIO, SILVIA CRUZ E A DISCENTE GRAZIELLE SOUZA





EGRESSOS DA PRIMEIRA TURMA DA FACULDADE DE TURISMO: ÂNGELA E. SANTO E ÁLVARO E. SANTO



PRIMEIRAS PROFESSORAS: MARILSA EWERTON E ÂNGELA E. SANTO




ViewSonic



APRESENTAÇÃO DA LOGO COMEMORATIVA DOS 50 ANOS DA FACTUR



JORGE COSTA, IDEALIZADOR DA LOGO DOS 50 ANOS DA FACTUR



DOCENTES, ALUNOS, EX-ALUNOS DA FACULDADE DE TURISMO DA UFPA



EQUIPE ESCRITÓRIO MODELO DE PRÁTICAS ACADÊMICAS EM TURISMO





ISBN: 978-85-61214-47-0